

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENFERMAGEM

Taís Tasqueto Tassinari

**MULHERES ESTUDANTES UNIVERSITÁRIAS EM SITUAÇÃO
DE VIOLÊNCIA DE GÊNERO E A ROTA CRÍTICA PARA O SEU
ENFRENTAMENTO**

Santa Maria, RS

2020

Taís Tasqueto Tassinari

**MULHERES ESTUDANTES UNIVERSITÁRIAS EM SITUAÇÃO DE
VIOLÊNCIA DE GÊNERO E A ROTA CRÍTICA PARA O SEU
ENFRENTAMENTO**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Enfermagem, Área de Concentração: cuidado, educação e trabalho em enfermagem e saúde, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para o grau de **Mestra em Enfermagem**.

Orientadora: Enf^a. Prof^a. Dr^a. Stela Maris de Mello Padoin
Co-orientadora: Enf^a. Prof^a. Dr^a. Tassiane Ferreira Langendorf

Santa Maria, RS
2020

Tassinari, Taís Tasqueto
MULHERES ESTUDANTES UNIVERSITÁRIAS EM SITUAÇÃO DE
VIOLÊNCIA DE GÊNERO E A ROTA CRÍTICA PARA O SEU
ENFRENTAMENTO / Taís Tasqueto Tassinari.- 2020.
149 p.; 30 cm

Orientadora: Stela Maris de Mello Padoin
Coorientadora: Tassiane Ferreira Langendorf
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa
Maria, Centro de Ciências da Saúde, Programa de Pós
Graduação em Enfermagem, RS, 2020

1. Violência de gênero 2. Violência contra as
mulheres 3. Saúde da Mulher 4. Estudantes 5. Estratégias
de enfrentamento I. Padoin, Stela Maris de Mello II.
Langendorf, Tassiane Ferreira III. Título.

Taís Tasqueto Tassinari

**MULHERES ESTUDANTES UNIVERSITÁRIAS EM SITUAÇÃO DE
VIOLÊNCIA DE GÊNERO E A ROTA CRÍTICA PARA O SEU
ENFRENTAMENTO**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Enfermagem, Área de Concentração: cuidado, educação e trabalho em enfermagem e saúde, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para o grau de **Mestra em Enfermagem**.

Aprovado em 20 de fevereiro de 2020:

Stela Maris de Mello Padoin, Dra. (UFSM)
(Presidente/Orientadora)

Tassiane Ferreira Langendorf, Dra. (UFSM)
(Coorientadora)

Letícia Becker Vieira, Dra. (UFRGS)
(Membro Titular – participação por videoconferência)

Laís Mara Caetano da Silva, Dra. (UFSM)
(Membro Titular)

Jaqueline Arboit, Dra. (UFSM)
(Membro Suplente)

Santa Maria, RS
2020

AGRADECIMENTOS

A minha orientadora **Stela Maris de Mello Padoin** e a coorientadora **Tassiane Ferreira Langendorf**, por serem exemplos de mulheres que fazem ciência com qualidade, ética e compromisso. Sou grata pela confiança desprendida, pelo conhecimento compartilhado e por suas palavras de apoio durante o processo de construção deste trabalho, sendo possível desenvolver uma relação de carinho e admiração, para além de aspectos acadêmicos.

Aos membros do grupo de pesquisa **Cuidado à Saúde das Pessoas, Famílias e Sociedade**, pela acolhida, apoio e companheirismo. Pela excelência na produção de conhecimento, instigando o desenvolvimento de habilidades e do trabalho em equipe. Também, pelos momentos de descontração, pelos laços de amizade construídos e fortalecidos. Agradeço pelo privilégio de estar em um ambiente acadêmico tão alegre e unido.

Ao grupo de pesquisa **Comunicação, Gênero e Desigualdades**, na pessoa da professora **Milena Freire**, pelo conhecimento compartilhado e pelo carinho com que fui acolhida e imersa nas reuniões do grupo, de maneira leve e enriquecedora.

Aos meus pais, **Sandra e Edson**, pela compreensão nos momentos de ausência. Pelo apoio emocional, financeiro e incentivo à minha formação pessoal e acadêmica, na busca de um caminho profissional significativo para mim. Aos ensinamentos e exemplos que recebi da minha mãe, **Sandra**, que me mostrou e mostra que é possível desprender-se das barreiras que lhe foram impostas, que estudou depois de adulta e se tornou uma profissional da educação, mesmo com o desafio da dupla jornada de trabalho. A minha irmã, **Mariana**, por ser inspiração e orgulho, pelas leituras compartilhadas e pelo modo como acredita em um mundo mais justo e igualitário.

Aos amigos e amigas que estiveram próximos, que torceram e incentivaram. Em especial às mulheres que me estimulam com sua força: **Eliza, Isadora, Letícia e Roberta**, que possamos crescer juntas e festejar um mundo melhor e mais livre para nós e nossas irmãs.

À **banca examinadora**, por ter aceito o convite para a leitura e considerações acerca deste trabalho. Em especial à **Jaqueline**, pela amizade, paciência e ensinamentos. Fico feliz pela proximidade que me oportunizou acompanhar um pouquinho da tua jornada, tão repleta de dedicação.

A **Universidade Federal de Santa Maria**, por todas as oportunidades que me fizeram crescer acadêmica e pessoalmente, perpassando meu período de graduação, residência multiprofissional e agora o mestrado. Em especial, à equipe do **Centro de Processamento de Dados**, pela disponibilidade e agilidade no apoio à esta pesquisa.

A **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES**, pela concessão da bolsa de estudos.

A todas as **mulheres estudantes universitárias** que desprenderam seu tempo para responder a esta pesquisa, sou grata pela confiança e disponibilidade. Espero profundamente que este trabalho possa gerar contribuições significativas para vocês e para aquelas que ainda virão.

RESUMO

MULHERES ESTUDANTES UNIVERSITÁRIAS EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA DE GÊNERO E A ROTA CRÍTICA PARA O SEU ENFRENTAMENTO

AUTORA: Taís Tasqueto Tassinari

ORIENTADORA: Stela Maris de Mello Padoin

CO-ORIENTADORA: Tassiane Ferreira Langendorf

Este estudo objetivou identificar a rota crítica de mulheres estudantes universitárias para o enfrentamento da violência de gênero. Foi desenvolvida uma pesquisa do tipo transversal, a amostra constituiu-se de 1.469 mulheres estudantes universitárias matriculadas na Universidade Federal de Santa Maria em cursos técnicos pós-médio, graduação e pós-graduação, vinculadas aos campi de Santa Maria, Palmeira das Missões, Frederico Westphalen e Cachoeira do Sul, no Estado do Rio Grande do Sul, Brasil. O instrumento para a coleta de dados foi um questionário composto por três seções: caracterização sociodemográfica e acadêmica; caracterização das situações de violência, caso houvesse e, roteiro de descrição da rota crítica, sendo este distribuído de modo online por via institucional no Portal do Aluno. Houve divulgação impressa e digital da pesquisa à população acadêmica. Os dados foram analisados a partir da estatística descritiva e inferencial com utilização do programa *PASW Statistic®*. Os resultados demonstram que as estudantes da UFSM são mulheres brancas (n=1.188; 80,9%), heterossexuais (n=1.113; 75,8%), na faixa etária de 21 a 25 anos (n=596; 40,6%), que estão namorando (n=551;37,5%), residem com membros da família (n=471;32,1%) e não possuem filhos (n=1.242;84,5%). A maior parte da amostra estuda no campus de Santa Maria (n=1.252;85,2%), em cursos de graduação (n=1.053;71,7%) e está no quarto ano ou mais do curso (n= 431;29,3%). A maioria das estudantes sofreu violência de gênero ao longo da vida (n=900;61,3%), sendo a psicológica a mais prevalente (n=713;79,21%) e os companheiros os agressores mais citados (n=316;35,1%). Parte da amostra referiu violência durante o período de vínculo com a universidade (n=417;28,4%), principalmente do tipo psicológica (n=210;50,4%) ocorrida no primeiro ano do curso (n=168;31,7%). A maior parte das mulheres que sofreu violência de gênero contou para alguém (n=646;77,6%), porém não buscou ajuda (n=575;63,0%) e não conhece os serviços disponíveis para auxiliá-las no enfrentamento (n=556; 66,7%). O setor mais citado da rota crítica foi o setor saúde (n=139;16,7%). Entre as que buscaram ajuda na universidade, o serviço mais citado foi o SATIE/PRAE (n=18; 26,9%). Entre as mulheres que buscaram ajuda, a família foi o ponto mais importante da rota crítica (n=135;43,8%). Houve associação significativa entre não sofrer violência de gênero na universidade e não possuir vida sexual ativa, ser casada, morar com companheiro, cursar especialização, ter 51 anos ou mais e ser assexual, pansexual ou não saber/não informar a orientação sexual. Conclui-se que a maioria das mulheres estudantes universitárias não inicia a rota crítica e desconhecem os serviços que podem auxiliá-las no enfrentamento da violência de gênero. Recomenda-se o desenvolvimento de estratégias de prevenção da violência de gênero entre mulheres estudantes universitárias.

Descritores: Violência de gênero. Violência contra as mulheres. Saúde da Mulher. Estudantes. Estratégias de enfrentamento.

ABSTRACT

UNIVERSITY STUDENT WOMEN IN SITUATION OF GENDER VIOLENCE AND THE CRITICAL PATH TO FACING IT

AUTHOR: Taís Tasqueto Tassinari
ADVISOR: Stela Maris de Mello Padoin
GUIDING CO: Tassiane Ferreira Langendorf

This study aimed to identify the critical path of female university students to face gender-based violence. A cross-sectional research was carried out, the sample consists of 1.469 female university students enrolled at the Federal University of Santa Maria in post-secondary, undergraduate and graduate technical courses, linked to the campuses of Santa Maria, Palmeira das Missões, Frederico Westphalen and Cachoeira do Sul, in the State of Rio Grande do Sul, Brazil. The instrument for data collection was a questionnaire composed of three sections: sociodemographic and academic characterization; characterization of situations of violence, if any, and script for the description of the critical route, which was distributed online through the institutional site on the Student Portal guide. There was printed and digital dissemination of the research to the academic population. Data were analyzed using descriptive and inferential statistics using the PASW Statistic® program. The results demonstrate that UFSM students are white women (n= 1.188; 80,9%), heterosexual (n= 1.113; 75,8%), in the age group of 21 to 25 years (n= 596; 40,6 %), who are dating (n= 551; 37,5%), live with family members (n= 471; 32,1%) and do not have children (n= 1.242; 84,5%). Most of the sample studies on the Santa Maria campus (n= 1252; 85,2%), in undergraduate courses (n= 1.053; 71,7%) and is in the fourth year or more of the course (n= 431; 29,3%). Most of the students suffered gender violence throughout their lives (n= 900; 61,3%), with psychological violence being the most prevalent (n= 713; 79,2%) and the partners the most cited aggressors (n= 316; 35,11%). Part of the sample reported violence during the academic period (n= 417; 28,4%), mainly of a psychological type (n= 210; 50,3%) occurred in the first year of the course (n= 168; 31,7%). Most women who suffered gender violence told someone (n= 646; 77,6%), but did not seek help (n= 575; 63,0%) and did not know the services available to assist them in coping. (n= 556; 66,7%). The most cited sector of the critical path was the health sector (n= 139; 16,7%). Among those who sought help at the university, the most cited service was SATIE / PRAE (n= 18; 26,9%). Among women who sought help, the family was the most important point on the critical path (n= 135; 43,8%). There was a significant association between not experiencing gender violence at the university and not having an active sex life, being married, living with a partner, studying specialization, being 51 years old or more and being asexual, pansexual or not knowing / not informing sexual orientation. It is concluded that the majority of female university students do not start the critical path and are unaware of the services that can assist them in facing gender violence. The development of strategies to prevent gender-based violence among female university students is recommended.

Keywords: Gender violence. Violence against women. Woman health. Studentes. Coping behavior.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Diagrama da rota crítica proposto por Montserrat Sagot.....	19
--	----

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Caracterização das participantes em relação ao campus de estudo, nível, tipo e período do curso. Santa Maria, RS, 2019 (n=1469)	83
Tabela 2 - Caracterização das participantes do campus sede em relação aos centros acadêmicos. Santa Maria, RS, 2019 (n=1252)	84
Tabela 3 - Caracterização das participantes em relação à faixa etária, Santa Maria, RS, 2019 (n=1469)	84
Tabela 4 - Caracterização das estudantes quanto à forma de se manter economicamente na universidade, Santa Maria, RS, 2019 (n=1469).....	85
Tabela 5 - Caracterização das estudantes quanto à raça/cor de pele, identidade de gênero, orientação sexual, status de relacionamento, número de filhos e situação de moradia, Santa Maria, RS, 2019 (n=1469).....	87
Tabela 6 - Apresentação das situações de violência relatadas em relação à tipificação. Santa Maria, RS, 2019 (n=1469).....	89
Tabela 7- Setores e serviços que compuseram a rota crítica das mulheres estudantes em situação de violência de gênero, Santa Maria, RS, 2019 (n=883).....	91
Tabela 8 - Serviços do setor saúde que compuseram a rota crítica das mulheres estudantes universitárias. Santa Maria, RS, 2019 (n=139).....	92
Tabela 9 - Serviços do setor judiciário que compuseram a rota crítica das mulheres estudantes universitárias. Santa Maria, RS, 2019 (n=51).....	92
Tabela 10 - Serviços do setor policial que compuseram a rota crítica das mulheres estudantes universitárias. Santa Maria, RS, 2019 (n=95).....	93
Tabela 11 - Serviços do setor de assistência social que compuseram a rota crítica das mulheres estudantes universitárias. Santa Maria, RS, 2019 (n=29).....	93
Tabela 12 - Serviços do setor comunitário que compuseram a rota crítica das mulheres estudantes universitárias. Santa Maria, RS, 2019 (n=16).....	94
Tabela 13 - Serviços da Universidade que compuseram a rota crítica das mulheres estudantes universitárias. Santa Maria, RS, 2019 (n=67).....	94
Tabela 14 - Distribuição das mulheres estudantes que sofreram e que não sofreram violência no período de vínculo com a universidade, em relação às variáveis de interesse. Santa Maria, 2019 (n= 1469)	96
Tabela 15 - Distribuição das mulheres estudantes que sofreram e que não sofreram violência no período de vínculo com a universidade, em relação ao centro acadêmico. Santa Maria, 2019 (n= 1247).....	99
Tabela 16 - Distribuição das mulheres estudantes que iniciaram sua rota crítica para o enfrentamento da violência de gênero, em relação às variáveis de interesse. Santa Maria, 2019 (n= 833).....	100

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANIMA	Núcleo de Apoio à Aprendizagem
CAED	Coordenação de Acções Educativas
CAL	Centro de Artes e Letras
CAPS	Centro de Atenção Psicossocial
CCNE	Centro de Ciências Naturais e Exatas
CCR	Centro de Ciências Rurais
CCS	Centro de Ciências da Saúde
CCSH	Centro de Ciências Sociais e Humanas
CE	Centro de Educação
CEDAW	Convenção sobre a eliminação de todas as formas de discriminação contra as mulheres
CEFD	Centro de Educação Física e Desportos
CEIP	Clínica de Estudos e Intervenções em Psicologia
CEU	Casa do Estudante Universitário
CPD	Centro de Processamento de Dados
CRAS	Centro de Referência em Assistência Social
CREAS	Centro de Referência Especializada em Assistência Social
CT	Centro de Tecnologia
CTISM	Colégio Técnico Industrial de Santa Maria
CVV	Centro de Valorização da Vida
DA	Diretório Acadêmico
DCE	Diretório Central dos Estudantes
ESF	Estratégia de Saúde da Família
GP-PEFAS	Grupo de Pesquisa Cuidado à Saúde das Pessoas, Famílias e Sociedade
IES	Instituição de Ensino Superior
IST's	Infeções Sexualmente Transmissíveis
LGBTQIA+	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais e Transgêneros, Queer, Intersexo, Assexuais e outros
NAP	Núcleo de Apoio Pedagógico
OEA	Organização dos Estados Americanos
OMS	Organização Mundial da Saúde
ONG	Organização Não Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
OPAS	Organização Panamericana de Saúde
PNAISM	Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Mulheres
PPGENF	Programa de Pós-Graduação em Enfermagem
PRAE	Pró-reitoria de Assuntos Estudantis
PRPGP	Pró-reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa
SATIE	Setor de Atendimento Integral ao Estudante
SINAN	Sistema de Informação de Agravos de Notificação
SUS	Sistema Único de Saúde
TALE	Termo de Assentimento Livre e Esclarecido
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UAP	Unidade de Apoio Pedagógico
UBS	Unidade Básica de Saúde
UFMS	Universidade Federal de Santa Maria

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	24
2	MARCO CONCEITUAL: ROTA CRÍTICA PARA O ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA	28
3	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	32
3.1	A VIOLÊNCIA DE GÊNERO COMO CONSTRUÇÃO SOCIAL E A MANUTENÇÃO DE PADRÕES DESIGUAIS DE GÊNERO.....	35
3.2	VIOLÊNCIA DE GÊNERO CONTRA AS MULHERES NO BRASIL: CARÁTER EPIDEMIOLÓGICO.....	38
3.3	A VIOLÊNCIA DE GÊNERO E O CONTEXTO DAS MULHERES ESTUDANTES UNIVERSITÁRIAS.....	39
3.4	ASPECTOS HISTÓRICOS E POLÍTICOS DA VIOLÊNCIA DE GÊNERO.....	43
3.5	DEMANDAS CLÍNICO-ASSISTENCIAIS RELACIONADAS À VIOLÊNCIA DE GÊNERO.....	32
3.6	TENDÊNCIAS NA PRODUÇÃO CIENTÍFICA BRASILEIRA SOBRE A VIOLÊNCIA DE GÊNERO EM MULHERES UNIVERSITÁRIAS E SUA PERMANÊNCIA NO ENSINO SUPERIOR.....	48
3.7	ARTIGO 1 - VIOLÊNCIA DE GÊNERO EM MULHERES ESTUDANTES UNIVERSITÁRIAS: EVIDÊNCIAS SOBRE A PREVALÊNCIA E FATORES ASSOCIADOS.....	52
4	MÉTODO	76
4.1	TIPO DE ESTUDO.....	76
4.2	CENÁRIO DO ESTUDO.....	76
4.3	PARTICIPANTES DO ESTUDO.....	76
4.4	COLETA DE DADOS.....	77
4.4.1	Variáveis do estudo.....	78
4.5	ANÁLISE ESTATÍSTICA DOS DADOS.....	79
4.6	CONSIDERAÇÕES ÉTICAS DA PESQUISA.....	79
5	RESULTADOS	82
5.1	CARACTERIZAÇÃO SOCIODEMOGRÁFICA E ACADÊMICA DAS MULHERES ESTUDANTES UNIVERSITÁRIAS.....	82
5.2	CARACTERIZAÇÃO DAS SITUAÇÕES DE VIOLÊNCIA DE GÊNERO RELATADAS PELAS MULHERES ESTUDANTES UNIVERSITÁRIAS.....	89
5.3	CARACTERIZAÇÃO DA ROTA CRÍTICA DAS MULHERES ESTUDANTES UNIVERSITÁRIAS PARA O ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA DE GÊNERO.....	91
5.4	ASSOCIAÇÃO ENTRE A VIOLÊNCIA DE GÊNERO NO PERÍODO DE VÍNCULO COM A UNIVERSIDADE COM AS VARIÁVEIS DE INTERESSE.....	96
5.5	ASSOCIAÇÃO ENTRE A ROTA CRÍTICA DAS MULHERES ESTUDANTES UNIVERSITÁRIAS COM AS VARIÁVEIS DE INTERESSE.....	99
6	DISCUSSÃO	103
6.1	CARACTERIZAÇÃO SOCIODEMOGRÁFICA E ACADÊMICA DAS MULHERES ESTUDANTES UNIVERSITÁRIAS.....	103
6.2	CARACTERIZAÇÃO DAS SITUAÇÕES DE VIOLÊNCIA DE GÊNERO RELATADAS PELAS MULHERES ESTUDANTES UNIVERSITÁRIAS.....	104
6.3	CARACTERIZAÇÃO DA ROTA CRÍTICA DAS MULHERES ESTUDANTES UNIVERSITÁRIAS PARA O ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA DE GÊNERO.....	109

6.4 ASSOCIAÇÃO ENTRE A VIOLÊNCIA DE GÊNERO NO PERÍODO DE VÍNCULO COM A UNIVERSIDADE COM AS VARIÁVEIS DE INTERESSE.....	116
7 CONCLUSÕES	119
7.1 CARACTERIZAÇÃO SOCIODEMOGRÁFICA E ACADÊMICA DAS MULHERES ESTUDANTES UNIVERSITÁRIAS	119
7.2 CARACTERIZAÇÃO DAS SITUAÇÕES DE VIOLÊNCIA DE GÊNERO RELATADAS PELAS MULHERES ESTUDANTES UNIVERSITÁRIAS	119
7.3 DESCRIÇÃO DA ROTA CRÍTICA DAS MULHERES ESTUDANTES UNIVERSITÁRIAS PARA O ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA DE GÊNERO.....	120
7.4 ASSOCIAÇÃO ENTRE A VIOLÊNCIA DE GÊNERO NO PERÍODO DE VÍNCULO COM A UNIVERSIDADE COM AS VARIÁVEIS DE INTERESSE.....	121
8 CONSIDERAÇÕES FINAIS	122
REFERÊNCIAS	124
APÊNDICE A – CARTAZ DE DIVULGAÇÃO DA PESQUISA	136
APÊNDICE B – DIVULGAÇÃO DA PESQUISA NO <i>SITE</i> DA UFSM	137
APÊNDICE C – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE (DIGITAL)	138
APÊNDICE D – TERMO DE ASSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TALE (DIGITAL)	141
APÊNDICE E – TERMO DE CONFIDENCIALIDADE	145
ANEXO A – PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP	146

APRESENTAÇÃO

A mobilização para realização deste trabalho relaciona-se com a trajetória acadêmica da autora. Inicialmente, como integrante do Grupo de Pesquisa Cuidado à Saúde das Pessoas, Famílias e Sociedade (GP-PEFAS), durante a graduação em Enfermagem na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), houve a oportunidade de vínculo como bolsista de extensão. Com isso, a participação nas reuniões científicas no grupo propiciou o conhecimento inicial de projetos de pesquisa na linha Atenção às Mulheres em Situação de Violência.

A realização do Trabalho de Conclusão de Curso tratou da formação acadêmica em enfermagem para o cuidado às mulheres homossexuais e bissexuais e, assim, houve a percepção da importância e desejo em seguir pesquisando os temas de gênero, saúde da mulher, violência e, particularmente, estudos realizados com mulheres e para as mulheres.

Aliado a isso, com o ingresso no Programa de Residência Multiprofissional Integrada em Saúde Mental da UFSM, a autora desenvolveu atividades em um Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas (CAPS-AD), sendo uma delas um grupo voltado às mulheres usuárias de substâncias psicoativas. Nestes grupos eram abordados temas com as mulheres, como gênero e desigualdades de gênero, Lei Maria da Penha, dentre outros, visando estimular a autonomia daquelas mulheres, muitas em situação de violência, vulnerabilidade e estigma. Nesse período realizaram-se os turnos de carga horária complementar no Setor de Atendimento Integral ao Estudante (SATIE) e na Clínica de Intervenções em Psicologia (CEIP), onde foi possível a aproximação com estudantes universitárias, bem como discussões e reflexões sobre a sua situação de saúde, incluindo temas como gênero, violência de gênero e saúde mental.

A partir do ingresso no Programa de Pós-Graduação em Enfermagem (PPGENF) da UFSM, em 2018, houve o retorno ao GP - PEFAS para o desenvolvimento do Curso de Mestrado, sendo determinante para a realização deste projeto. A inserção na linha de pesquisa do GP Atenção às Mulheres em Situação de Violência, propiciou discussões sobre o cuidado de enfermagem à essa população, suas demandas e fragilidades da rede de atenção.

Ressalta-se ainda, a inserção e a participação no Grupo de Pesquisa Comunicação, Gênero e Desigualdades, vinculado ao Departamento de Comunicação Social da UFSM, o qual contribuiu com leituras sobre a categoria gênero e a

oportunidade de participar das reuniões da Comissão para a criação da política de igualdade de gênero da UFSM e do Fórum de Enfrentamento à violência contra as mulheres no município de Santa Maria, que auxiliaram no embasamento teórico deste trabalho.

1 INTRODUÇÃO

De acordo com a Organização Mundial de Saúde (OMS) a violência pode ser definida como o uso intencional da força física ou do poder, praticado contra si, contra outra pessoa ou grupo, causando danos físicos, psicológicos e comportamentais. Além disso, afeta a estrutura econômica da sociedade, de modo que interfere na produtividade, absenteísmo e perda da força de trabalho das mulheres (WHO, 2014).

Pensando em uma perspectiva de gênero, alguns estudos brasileiros que tratam do tema violência contra as mulheres, utilizam-se da expressão “violência de gênero”. Este termo, inicialmente utilizado no Brasil pela socióloga feminista Heleieth Saffioti, pode ser entendido como uma categoria de violência mais geral, podendo abranger a violência doméstica e a violência intrafamiliar. A partir deste termo, entende-se a violência contra as mulheres como fenômeno relacionado à desigualdade de gênero, sendo entendida como a ruptura de qualquer forma de integridade da mulher, independente do ambiente em que ocorra (SAFFIOTI, 2015).

Esta definição se embasa no conceito de gênero, proposto por Joan Scott (1995), definido como uma forma de se referir às construções sociais das identidades subjetivas de homens e mulheres, em um sistema de relações que pode incluir o sexo, mas não é determinado por ele. A partir disso, os papéis destinados a homens e mulheres foram socialmente construídos, originando o sistema patriarcal que confere poder aos homens sobre as mulheres.

Considerando a construção histórica dos corpos femininos e as relações assimétricas de poder baseadas no gênero a violência de gênero recai predominantemente sobre as mulheres (BANDEIRA, 2014). No Brasil, a legislação a respeito da violência contra as mulheres concretizou-se por meio da lei nº 11.340/2006, conhecida como lei Maria da Penha. Esta, em seu artigo 5º define a violência doméstica como toda a espécie de agressão (ação ou omissão) dirigida contra mulher num determinado ambiente, que pode ser doméstico, familiar ou de intimidade, baseada no gênero e que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial (BRASIL, 2006).

Historicamente, os movimentos de mulheres e movimentos feministas instigaram questionamentos acerca de questões de gênero e do papel das mulheres na sociedade, sendo possível provocar mudanças sociais de atitude e comportamento, principalmente nos últimos anos. Um avanço resultante destes movimentos pode ser percebido por meio do aumento de

mulheres com acesso à educação, inclusive de nível superior. Dados do Censo da Educação Superior, publicados em 2018 revelam que no Brasil as mulheres ocupam a maioria das matrículas (57,2%). Além disso, as mulheres são também maioria entre os ingressantes (55,2%) e concluintes (61,4%) das Instituições de Ensino Superior (IES). Em relação aos 20 maiores cursos em número de matrículas, as mulheres possuem representação majoritária em 13, sendo um deles a Enfermagem (BRASIL, 2018).

Em nosso país, um estudo realizado em universidades públicas e privadas aponta que 67% das mulheres já sofreram algum tipo de violência no ambiente universitário e mais de um terço já deixou de realizar alguma atividade na universidade por medo de sofrer violência. Ainda, mais da metade das mulheres que participaram do estudo admitiram viver situações de desqualificação intelectual, apenas pelo fato de serem mulheres (DATA POPULAR/INSTITUTO AVON, 2015).

A violência de gênero pode afetar as estudantes universitárias desde a entrada no curso de escolha, por meio de trotes machistas e sexualizados. Ao longo do percurso acadêmico, estas mulheres estão expostas a situações constrangedoras, assédio sexual e violência física. Estas situações são perpetradas por colegas e professores, gerando constrangimento para as estudantes. Além disso, muitas vezes essa violência não é reconhecida, assumida e denunciada por quem a sofre (TEIXEIRA; DIAS; RIBEIRO, 2018). Importante perceber que estas situações podem se somar à violência já sofrida pelas mulheres no âmbito doméstico, conferindo a elas, uma carga dupla de sofrimento.

Investigações sobre a violência contra as mulheres confirmam que esta situação configura-se como uma importante barreira para sua realização profissional. Para elas em particular, o campus universitário pode não ser mais seguro do que a comunidade em geral, tornando-se um ambiente de risco que pode trazer desafios aos seus objetivos educacionais, pois, o efeito da violência envolve o coletivo, podendo ocorrer inclusive em locais socialmente privilegiados, como as universidades (ZOTARELLI et al., 2012).

Entretanto, a violência de gênero em nossa sociedade é comumente naturalizada e banalizada, resultando, por vezes, na culpabilização das mulheres. A naturalização está presente em nossa cultura e as relações desiguais de gênero enraizadas na sociedade, de modo que a violência passa a ser justificada e aceita, especialmente quando as mulheres desviam do padrão socialmente esperado. Assim, esta prática é legitimada por discursos morais, como se, em alguns casos, as mulheres autorizassem estas situações (BRILHANTE; NATIONS; CATRIB, 2018).

Existe ainda o fato de que muitas mulheres não identificam ou denominam aquilo que

sofrem como violência. Isso ocorre principalmente quando os agressores são pessoas próximas e, admitir esta situação gera grande sofrimento às mulheres (PIEROTTI; D'OLIVEIRA; TERRA, 2018). Aliado a isso, torna-se importante ressaltar a fragilidade dos serviços de saúde em identificar, acompanhar e prestar cuidado às mulheres nessa situação. A rede de atenção, por vezes, encontra-se fragmentada, dificultando o atendimento adequado, entre eles o da saúde (SILVA; PADOIN; VIANNA, 2015).

Desta forma, o enfrentamento da violência de gênero pode ser um caminho diverso para cada mulher e que depende e é influenciado por vários fatores. Nesse sentido, esta pesquisa adotará o conceito da rota crítica, proposto por Montserrat Sagot (2007), que pode ser entendido como:

“um processo construído a partir da sequência de decisões e ações realizadas pelas mulheres em situação de violência intrafamiliar e das respostas encontradas na sua busca de soluções. Esse é um processo repetitivo, constituído tanto pelos elementos relacionados às mulheres e as ações empreendidas por elas, como pela resposta social encontrada, a qual, por sua vez, torna-se um elemento determinante da rota crítica” (SAGOT, 2007).

A violência de gênero é um tema que interessa diretamente a área da saúde e da enfermagem, pois os profissionais participam de diversas formas no cuidado às pessoas que se encontram nessa situação. Este pode se desenvolver por meio de procedimentos técnicos como o cuidado com as lesões, em caso de violência física ou sexual, administração de medicamentos e encaminhamento para exames, ou mediante elementos de cuidado não clínicos, como escuta, conversa e orientações (CORTES et al., 2015).

Também, este estudo pretende corroborar com a agenda 2030, proposta pela Organização das Nações Unidas (ONU), que trata dos objetivos para o desenvolvimento sustentável. Esta agenda abarca 17 objetivos, sendo o quinto deles alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas. Para isso, algumas das metas sugeridas são acabar com todas as formas de discriminação e violência contra as mulheres, bem como promover igualdade de oportunidades e sua participação efetiva e plena nas tomadas de decisões em diversas esferas da vida (ONU, 2016).

Ressalta-se ainda, a conformidade deste estudo com os objetivos de número três e quatro: assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades; e, assegurar a educação inclusiva e equitativa de qualidade e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos (ONU, 2016).

Além disso, aponta-se a consonância com a agenda de prioridades de pesquisa do Ministério da Saúde (2018), especificamente o eixo 10 - saúde da mulher. Dentre os tópicos

priorizados neste eixo, tendo em vista o estudo da rota crítica, destacam-se aqui os que estão relacionados com a Rede de Proteção às Mulheres em Situação de Violência: Identificação e análise das práticas dos profissionais da saúde na atenção integral a mulheres e meninas em situação de violência doméstica e sexual nos serviços de urgência e emergência; Mapeamento e análise da inserção dos serviços de urgência/emergência na Rede de Proteção às Mulheres em Situação de Violência; Mapeamento e análise de boas práticas e estratégias inovadoras para identificação e cuidado integral nos casos de violência doméstica contra as mulheres (BRASIL, 2018).

Acredita-se que esse estudo possa contribuir para o conhecimento científico da enfermagem sobre o tema, de modo que poderá possibilitar o conhecimento sobre a rota crítica das mulheres estudantes universitárias. Assim, poderão ser identificados os pontos frágeis, bem como repensar e readequar a rede de atenção, contemplando as necessidades desta população.

Para isto, será utilizado o conceito de rota crítica, de modo a ser possível reconstruir a lógica das ações e reações das mulheres em situação de violência, assim como os fatores que intervêm nesse processo pela busca de soluções (SAGOT, 2007).

Assim, tem-se como **objeto de estudo**: o enfrentamento da violência de gênero por mulheres estudantes universitárias. Logo, definiu-se como **questão de pesquisa**: Qual a rota crítica de mulheres estudantes universitárias para o enfrentamento à violência de gênero?

Nesta pesquisa, o **objetivo geral**: Analisar a rota crítica de mulheres estudantes universitárias para o enfrentamento da violência de gênero.

Os **objetivos específicos** são:

- Caracterizar a população de mulheres estudantes universitárias;
- Caracterizar as situações de violência de gênero sofridas por mulheres estudantes universitárias;
- Descrever a rota crítica de mulheres estudantes universitárias em situação de violência de gênero;
- Verificar a associação entre as características sociodemográficas e a violência de gênero ocorrida no período de vínculo com a universidade;
- Verificar a associação entre as características sociodemográficas e a rota crítica de mulheres estudantes universitárias em situação de violência de gênero.

2 MARCO CONCEITUAL: ROTA CRÍTICA PARA O ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA

O conceito da rota crítica tornou-se conhecido quando a socióloga Montserrat Sagot realizou um grande estudo a fim de conhecer os caminhos percorridos pelas mulheres para o enfrentamento da violência intrafamiliar. O estudo foi realizado em países da América Central e andinos, por meio de um protocolo multicêntrico, com apoio dos Ministérios da Saúde dos países envolvidos, e da Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS). O processo de investigação contemplou aproximadamente 900 pessoas, entre mulheres que tivessem iniciado sua rota e operadores de serviços (profissionais dos serviços). O relatório da pesquisa permitiu que fossem observadas diferenças e semelhanças entre os caminhos percorridos pelas mulheres, bem como as respostas encontradas em sua rota (SAGOT, 2000).

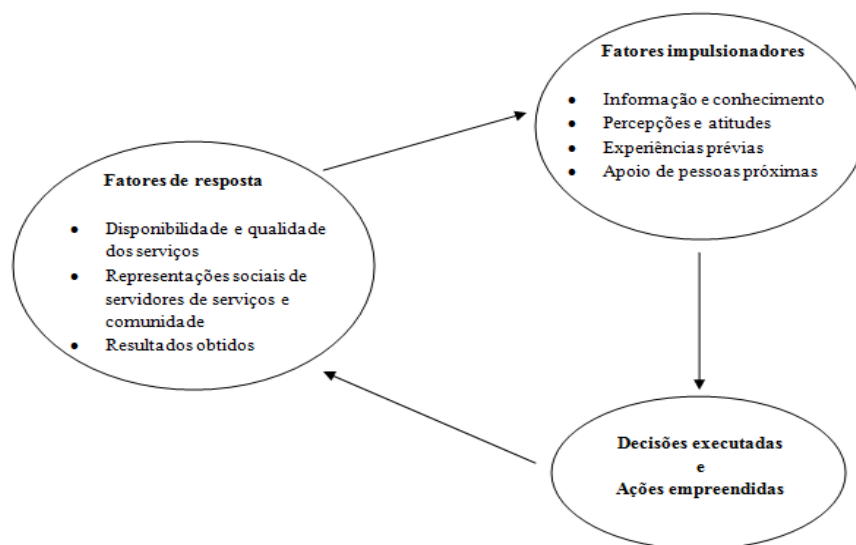
Para Sagot (2007), a rota crítica é um processo que se inicia com a decisão da mulher em romper com o silêncio, revelando a situação de violência à outras pessoas, fora do âmbito doméstico imediato, com a finalidade de buscar soluções para sua situação.

Desta forma, há fatores que auxiliam ou inibem esta busca por ajuda, podendo ser citados o conhecimento e as percepções que as mulheres possuem sobre a violência que sofrem, suas experiências prévias, os recursos disponíveis, bem como o apoio ou as dificuldades encontradas. Portanto, fazem parte da rota crítica as decisões e ações empreendidas pelas mulheres e as respostas encontradas no âmbito familiar, comunitário e institucional (Figura 1) (SAGOT, 2007).

Sagot (2007) classifica os fatores impulsionadores da rota crítica em dois tipos: internos e externos. Os fatores internos incluem os processos pessoais, sentimentos e razões das mulheres para iniciarem sua rota crítica. Dentre eles podem ser citadas a certeza de que o agressor continuará violento e não mudará, o sentimento de que os recursos emocionais para aguentar a situação de esgotaram e a fixação de metas e objetivos próprios para suas vidas, em detrimento de continuar no ambiente de violência.

Por sua vez, dentre os fatores externos elencam-se as condições ambientais, como aumento da violência e a mudança nos padrões do agressor, a extensão da violência aos filhos/as ou outros membros da família e a possibilidade de perder bens. Também, o apoio de pessoas próximas, condições econômicas ou materiais favoráveis, informação correta sobre os serviços e qualidade da rede de apoio são considerados fatores impulsionadores da rota crítica (SAGOT, 2007).

Figura 1 - Diagrama da rota crítica, proposto por Montserrat Sagot:



Fonte: Sagot, 2007, p.27.

Contudo, existem fatores que agem como inibidores para o início ou seguimento da rota por parte das mulheres. Os papéis tradicionais de gênero podem atuar neste sentido, refletidos na função feminina de mães e esposas e no apreço das mulheres pela manutenção da família. Também pode ser citado o medo do agressor e da violência que este pode exercer, a insegurança econômica, posse de armas por parte do agressor, pressão de familiares ou pessoas próximas, escassa cobertura dos serviços e respostas institucionais inadequadas (SAGOT, 2007).

Os serviços que compõem o âmbito institucional são classificados nos setores saúde, policial-judicial, educativo e não governamental e/ou comunitários. Os fatores de resposta em âmbito institucional dizem respeito ao acesso, disponibilidade e qualidade dos serviços, sendo estes determinados por fatores estruturais, normativos, representações sociais, atitudes da comunidade e dos prestadores de serviços. Nesse sentido, as ideias do imaginário coletivo sobre a violência contra as mulheres impactam nas respostas sociais encontradas pelas mulheres (SAGOT, 2007).

Incluem-se nos fatores de resposta o excesso de burocracia, procedimentos longos e ineficientes, falta de privacidade e de pessoal capacitado, trâmites, linguagem e atitudes dos servidores dos serviços. Deste modo, os servidores das instituições possuem papel importante na rota, visto que sua cultura influencia na atenção disponibilizada às mulheres, podendo ser facilitador ou barreira (SAGOT, 2007).

Sagot (2000) identificou em seu estudo costumes, crenças e aspectos culturais de cunho patriarcal, os quais interferem na efetividade da rota crítica. Por vezes, os prestadores de serviços e as pessoas da comunidade não percebem a violência como um perigo na vida das mulheres, naturalizando-a. Assim, as respostas encontradas pelas mulheres podem ser inadequadas e até mesmo prejudiciais.

Desta forma, percebe-se que apenas romper o silêncio não se mostra suficiente para enfrentar a violência sofrida. As respostas sociais podem ser justificadoras da violência, revitimizantes e fragmentadas, contribuindo para a impunidade e tornando-se elemento determinante da rota. No estudo realizado na América Latina, observou-se que todas as mulheres iniciaram sua rota, demonstrando seu desejo de cessar com a violência. Entretanto, muitas delas desconhecem tanto seus direitos como a existência dos serviços (SAGOT, 2000; 2007).

Em realidade, os fatores intervenientes da rota crítica relacionam-se e se reforçam mutuamente, atuando para debilitar ou fortalecer a decisão da mulher em iniciar ou continuar a rota crítica. Além disso, um mesmo elemento pode agir como fator impulsionador ou inibidor, sendo este processo subjetivo a cada mulher (SAGOT, 2007).

Compreende-se também, que o processo da rota crítica pode ser permeado por ambivalências e ações aparentemente contraditórias por parte das mulheres. Ocorre que muitas vezes, dar início à rota crítica pode ser sinônimo de aumento da violência ou perda de bens patrimoniais, principalmente quando os agressores são companheiros ou pessoas próximas. Isto explica o fato de muitas mulheres retrocederem após o início de suas rotas, permanecendo por longo tempo no cotidiano da violência (SAGOT, 2007).

Assim, considera-se que a rota crítica é um processo complexo e não linear, comportando avanços e retrocessos. Deste modo, considerando também a multiplicidade de serviços, superposições entre eles e rotas informais (família, amigos, vizinhos) reconhece-se que há mais de uma rota crítica, pois as mulheres percorrem múltiplas rotas e itinerários (SAGOT, 2007; MENEGHEL et al, 2007).

Ademais, não se pode confundir a rota crítica com a aplicação de um plano preestabelecido, como uma trajetória perfeita. Não existe uma rota ótima ou mais adequada. “Trata-se de um processo de fortalecimento das mulheres e de apropriação de suas condições de vida, no qual as instituições deveriam funcionar como instrumentos de apoio, facilitação e garantia de direitos” (SAGOT, 2000).

O apoio às mulheres em suas rotas faz-se importante tendo em vista que romper com o silêncio e dar início a rota implica em atenuar a invisibilidade da violência, repercutindo na

sociedade e na cultura. Assim, é possível questionar a ideologia patriarcal e dos estereótipos de gênero socialmente construídos, de modo que as desigualdades entre os homens e as mulheres sejam superadas (GROSSI; ALMEIDA; TAVARES, 2007).

3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Neste capítulo serão abordados elementos teóricos necessários à construção da problemática de investigação. Espera-se contemplar aspectos sociais, epidemiológicos, conceituais, políticos e históricos, além das repercussões clínicas e assistenciais das mulheres em situação de violência, aspectos essencialmente importantes para a enfermagem. Também, propõe-se a apresentar os estudos de revisão narrativa e integrativa referentes à violência de gênero em mulheres universitárias.

3.1 A VIOLÊNCIA DE GÊNERO COMO CONSTRUÇÃO SOCIAL E A MANUTENÇÃO DE PADRÕES DESIGUAIS DE GÊNERO

A denominação violência de gênero implica no entendimento de que as ações violentas se produzem em contextos e relações interpessoais, em cenários históricos não uniformes, de acordo com a organização da sociedade. Essa violência pode ser física, sexual, psicológica, patrimonial ou moral, e ocorrer tanto no âmbito privado-familiar como nos espaços de trabalho e públicos. Contudo, a violência de gênero recai predominantemente sobre as mulheres, vista a construção histórica dos corpos femininos e as relações assimétricas de poder baseadas no gênero (BANDEIRA, 2014).

Os estudos sobre violência de gênero atribuem o patriarcado como um de seus determinantes, ou seja, a dominação simbólica dos homens sobre as mulheres, expressa por relações de poder. Porém, existem também outros elementos que integram as relações de violência, contribuindo para que seja um fenômeno complexo. Deste modo, é preciso considerar as múltiplas situações e contextos socioculturais em que a violência está presente (BANDEIRA, 2014).

Atualmente, o papel destinado socialmente às mulheres é o de mantenedora do ambiente privado. Dessa forma, espera-se das mulheres que realizem o trabalho doméstico - este sem remuneração, se responsabilizem pelo cuidado com os outros e pela maternidade. Essas “escolhas” são naturalizadas, como se fossem ligadas às características biológicas das mulheres e não uma atribuição de papéis ao longo do tempo. São tarefas que exigem tempo e energia, porém são ligadas ao feminino e desvalorizadas. Assim, pode-se notar que a alocação de tarefas é baseada no gênero, naturalizando habilidades, que são definidas pela ilusória conexão entre comportamento e sexo biológico (BIROLI, 2018, p. 67).

Assim, essa divisão, que confere à mulher o espaço privado, íntimo e doméstico, incide em suas possibilidades de participação em ambientes públicos, pois, ao realizar o trabalho doméstico em sua casa, que não é remunerado, as mulheres ficam restritas de tempo livre, remuneração própria e redes de contatos. Ou seja, as responsabilidades destinadas à homens e mulheres, por meio de construções sociais, afetam ou coíbem outras esferas da vida, como trabalho, participação política e educação (BIROLI, 2018). Deste modo, a categoria gênero torna-se um determinante de acesso aos espaços de poder, em que as mulheres têm menores chances de participação em espaços públicos.

Contudo, algumas destas restrições são superadas conforme as mudanças sociais ao longo do tempo. O surgimento da segunda onda do movimento feminista, no final dos anos 1960, por exemplo, foi responsável por novas configurações sociais, dentre elas o ingresso das mulheres no ensino superior e no mercado de trabalho, principalmente em países ocidentais (RICOLDI; ARTES, 2016).

A partir dos anos 1990 constatou-se um predomínio nas matrículas de mulheres no ensino superior, sendo um fenômeno constatado no âmbito mundial (MCDANIEL, 2014). Entretanto, mesmo com o advento das mulheres no ensino, tanto em número maior quanto em tempo de educação formal, elas ainda não alcançaram o mesmo rendimento que os homens quando chegam ao mercado de trabalho. A diferença salarial entre homens e mulheres é em torno de 25%. Isso demonstra que as mulheres alcançaram um importante espaço para sua profissionalização, mas isso não se reflete em acesso igualitário a diferentes ocupações (PINHEIRO et al, 2016).

Os cargos de poder e prestígio, assim como os melhores salários, ainda são masculinos. Hirata e Kergoat (2007) explicam isso a partir da divisão sexual do trabalho. Essa divisão segrega as ocupações por sexo, mantendo dois princípios: separação, ou seja, existem trabalhos de homens e trabalhos de mulheres e, o princípio da hierarquização, em que os trabalhos dos homens valem mais que o das mulheres.

Além disso, mesmo com acesso à educação e ao mercado de trabalho, as mulheres precisam conciliar os afazeres domésticos, cuidados com a família e outras atribuições tipicamente femininas. Desta forma, o ambiente doméstico contempla a dimensão dos controles, definindo fronteiras entre homens e mulheres, que podem resultar em violência e privações. Algumas ideias tidas como naturais, como a domesticidade feminina, a maternidade ideal, o amor romântico e a heteronormatividade contribuem para que as mulheres que não se encaixam nesses códigos sejam discriminadas (BIROLI, 2018, p.92).

A distinção entre esfera pública e privada configura as identidades de gênero,

definindo papéis, comportamentos e limites socialmente esperados para homens e mulheres. O papel da mulher se transforma ao longo do tempo e das sociedades, porém, a valorização do feminino ainda é ligada ao universo doméstico e familiar. Mesmo que a presença das mulheres esteja evidente em espaços como a universidade, o trabalho e a política, ainda permanecem barreiras e desigualdades (BIROLI, 2018, p.94).

Uma dessas barreiras se dá devido à sobrecarga de tarefas por parte das mulheres. É importante perceber que o acesso das mulheres ao ensino superior e a pós-graduação não elimina delas as responsabilidades domésticas, como o cuidado da casa e dos filhos. Desta forma, as mulheres se deparam com uma jornada excessiva, conciliando as exigências da vida acadêmica e as responsabilidades domésticas. Isso também pode contribuir para a representação social da mulher, como sendo aquela que gerencia a família e a vida acadêmica, mesmo que para isso precise se sobrecarregar (SILVA; RIBEIRO, 2014).

Também, a representação social da maternidade destina às mulheres a responsabilidade pelo cuidado dos filhos, o que influencia nos projetos de vida das mulheres que se inserem no ensino superior. Algumas delas optam por adiar ou inclusive recusar a maternidade em detrimento da carreira. Nota-se que a ocupação dos espaços públicos, como as universidades, por parte das mulheres, não foi acompanhada de equipamentos públicos que pudessem garantir a autonomia de suas decisões. A falta de acesso a creches, por exemplo, influencia fortemente as mulheres na decisão de retornar ao mercado de trabalho (SILVA; RIBEIRO, 2014), e pode-se pensar também na possível influência ao desenvolvimento de atividades acadêmicas.

Um estudo realizado no estado do Piauí, com mães universitárias que estão em processo de aleitamento materno, destaca os desafios encontrados por elas em conciliar as atividades acadêmicas neste período. A carga horária excessiva, os horários fixos e a dificuldade em encontrar locais adequados na instituição para realizar o aleitamento contribuem para a interrupção das atividades acadêmicas neste período (SOARES et al, 2017).

Em relação à saúde das mulheres, também se percebe a atuação das relações sociais de gênero, de modo que a vulnerabilidade feminina diante de certos agravos, como a violência, está relacionada mais a situação de discriminação do que a fatores biológicos. As relações de gênero refletem condições subalternas e precárias à vida das mulheres, sendo fatores determinantes de sua qualidade de vida e saúde (GUEDES; FONSECA; EGRY, 2013).

As condições de pobreza são uma tendência desfavorável às mulheres, que já são subvalorizadas em seu trabalho. Além disso, a violência de gênero e as duplas ou triplas

jornadas de trabalho estão estritamente relacionadas às suas necessidades em saúde (GUEDES; FONSECA; EGRY, 2013).

Ainda, um fator determinante na qualidade de vida das mulheres é a culpabilização presente nas situações de violência. Saffioti (2015, p.64) retrata: “As mulheres são culpabilizadas por quase tudo que não dá certo. Se ela é estuprada, a culpa é dela, porque sua saia era muito curta ou seu decote, ousado”. Isso demonstra a permanência de atitudes sexistas, podendo contribuir para a dificuldade das mulheres em quebrar o ciclo da violência.

Os números da violência de gênero destinada às mulheres permanecem muito elevados. A partir disso, pode-se inferir que ao longo do tempo não houve mudanças significativas a respeito das razões que justificam a persistência deste tipo de violência, centrada no argumento de que as mulheres não estão cumprindo bem os papéis sociais destinados a elas. Os valores e padrões sexistas se mantêm; as concepções de gênero relacionadas ao masculino e feminino ainda se organizam em disputas, as quais operam no âmbito doméstico e, conseqüentemente interferem em outros espaços institucionais (BANDEIRA, 2014).

3.2 VIOLÊNCIA DE GÊNERO CONTRA AS MULHERES NO BRASIL: DIMENSÃO EPIDEMIOLÓGICA

Em âmbito nacional, de acordo com dados disponíveis no Mapa da Violência de 2015, entre 1980 e 2013, morreram um total de 106.093 mulheres em decorrência de feminicídio¹. O número de mulheres mortas passou de 1.353 em 1980, para 4.762 em 2013. Assim, a taxa de feminicídios por 100 mil mulheres, que em 1980 era de 2,3 vítimas passou para 4,8 em 2013, o que significa um aumento de 111,1%, resultando em uma média de 13 crimes diários deste tipo em 2013 (WAISELFISZ, 2015).

Deste modo, o Brasil possui a quinta maior taxa registrada de feminicídios no mundo, ficando atrás apenas de El Salvador, Colômbia, Guatemala e a Federação Russa. Para melhor visualizar a dimensão deste fenômeno, pode-se comparar os dados com outros países: o Brasil tem 48 vezes mais feminicídios que o Reino Unido, 24 vezes mais do que a Irlanda ou a Dinamarca e 16 vezes mais do que o Japão ou a Escócia (WAISELFISZ, 2015).

Uma pesquisa telefônica nacional realizada pelo DataSenado, por meio de uma amostragem aleatória dentre as mulheres com acesso a celular ou telefone fixo, mostrou que o

¹ De acordo com a Lei 13.104, de 09 de março de 2015, considera-se feminicídio o crime contra a mulher por razões decorrentes da condição do sexo feminino, considerando a violência doméstica e familiar e o menosprezo ou discriminação à condição de mulher.

percentual de entrevistadas que relataram ter sido vítima de violência provocada por um homem, aumentou significativamente em 2017, chegando a 29%, quando o percentual era de 18% em 2015 (BRASIL, 2017).

Nesta mesma pesquisa, a agressão física foi mencionada por 67% das mulheres que relataram ter sofrido algum tipo de violência, seguida da violência psicológica, com 47% das menções (BRASIL, 2017). Estes dados corroboram com os estudos brasileiros, que apontam que a principal forma de violência cometida contra a mulher é a física, seguida da psicológica e sexual, apresentando índices mais elevados em mulheres jovens e adultas. Também, a residência da vítima foi o local mais frequente nos registros de violência não letal (ANDRADE et al, 2016; OLIVEIRA; SILVA, 2016).

Cabe ressaltar que quando se fala de violência de gênero, é importante a intersecção do gênero com outros marcadores, como raça/cor, por exemplo. Ao observar os dados percebe-se que a população de mulheres negras é vítima prioritária dos feminicídios na maior parte das regiões brasileiras. No caso de mulheres negras e jovens, o risco de morrer é maior do que nas mulheres brancas (DANTAS et al., 2017; MENEGHEL et al., 2017).

O Atlas da Violência de 2018, também destaca este recorte étnico/racial. Ao realizar um comparativo no ano de 2016, a taxa de feminicídio entre as mulheres negras foi de 5,3 mortes por 100 mil habitantes, enquanto que nas não negras a taxa foi de 3,1 a cada 100 mil habitantes, resultando em uma diferença de 71% (IPEA/FBSP, 2018).

Nos casos registrados de feminicídio, em média, metade tem a utilização de arma de fogo, porém, são registrados também em grande número, mortes por estrangulamento/sufocação, uso de força física, objeto cortante/penetrante e objeto contundente (GARCIA et al., 2015; DANTAS et al., 2017). Logo, observa-se um importante quantitativo de crimes de ódio contra as mulheres.

Dentre as mulheres jovens e adultas, os principais agressores são os namorados, maridos, companheiros ou ex-companheiros das vítimas, ou seja, homens que elas escolhem para conviver intimamente e compartilhar seu cotidiano (BRASIL, 2017). Nos atendimentos por violência no Sistema Único de Saúde (SUS), 82% das agressões a crianças do sexo feminino partiram dos pais – principalmente da mãe. Na adolescência, os principais agressores são os pais, parceiros ou ex-parceiros, para as jovens e adultas, os principais agressores são o parceiro ou ex-parceiro e, para as idosas, o principal agressor foi um filho (WAISELFISZ, 2015).

Pode-se observar, a partir destes dados, que após a adolescência, os índices mais altos de violência são cometidos pelos homens que detém poder sobre o corpo da mulher ao longo

de sua vida, refletindo assim, as desigualdades de gênero e a submissão feminina, ainda naturalizados em nossa sociedade.

Nesse contexto, um estudo brasileiro realizado no Nordeste evidenciou que os principais perpetradores da violência contra a mulher são seus companheiros atuais ou anteriores. Também, a principal forma de violência foi a psicológica. Quanto aos motivos para a permanência das mulheres nesta situação, a principal razão referida foi a dependência financeira (COSTA; SERAFIM; NASCIMENTO, 2015).

Em relação aos casos de violência sexual, houve divergência entre os dados do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN) e os registrados pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública. De acordo com o SINAN, em 2016, foram atendidos 22.918 casos de estupro, enquanto que o Fórum Brasileiro de Segurança Pública contou com 49.497 registros (IPEA/FBSP, 2018). Neste caso, há possibilidade de subnotificação deste tipo de crime, dificultado a precisão dos dados.

O Mapa da Violência apresenta registros mais gerais de 2014, disponíveis no SINAN, em que aponta que foram atendidas 223.796 vítimas de diversos tipos de violência. Destas, estima-se que dois terços (147.691) foram mulheres que precisaram de atendimento de saúde, principalmente por violência ocorrida no domicílio. Ainda, os atendimentos femininos são em maior número que os masculinos, em todas as idades, até os 59 anos (WAISELFISZ, 2015).

No estado do Rio Grande do Sul, assim como em âmbito nacional, as taxas de feminicídio tiveram aumento, porém, de forma mais tímida, passando de 2,9 feminicídios/100.000 mulheres em 2006, para 3,8/100.000 mulheres em 2013 (WAISELFISZ, 2015). Quanto aos casos de violência sexual, em nosso estado, no ano de 2016, foram registrados 1.928 pelo SINAN e 4.144 pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (IPEA/FBSP, 2018).

Um fenômeno importante a se destacar é que, em uma das pesquisas nacionais, 74% das mulheres relataram que não buscaram nenhum tipo de atendimento de saúde após a ocorrência das situações de violência. Ao serem perguntadas sobre o motivo, as mulheres de todas as faixas etárias acreditam ser por medo do agressor. Quase um terço das respondentes relatou não ter feito nada, enquanto outras buscaram ajuda da família e da igreja, sendo que a busca de apoio na instituição religiosa aumentou de 7% em 2015, para 19% em 2017 (BRASIL, 2017).

Desta forma, é possível que a dimensão da violência de gênero seja desconhecida, bem maior que os dados registrados. Também, é importante repensar sobre a rede de atendimento em saúde e as ações de prevenção da violência de gênero, de forma a dialogarem com as

instituições onde as mulheres se sentem confiantes, como as instituições religiosas, por exemplo. Destaca-se que as instituições religiosas podem reforçar o papel social da mulher como submissa, minimizando a situação de violência e/ou mascarando a necessidade de procurar ajuda na rede de proteção.

3.3 A VIOLÊNCIA DE GÊNERO E O CONTEXTO DAS MULHERES ESTUDANTES UNIVERSITÁRIAS

Destaca-se que a violência de gênero está presente em diversos contextos, inclusive, nas instituições de ensino. Em estudos com população universitária, as mulheres estudantes possuem taxas mais altas de vitimização quando comparadas aos homens. Além disso, dentre os estudantes que relataram mais de uma forma de vitimização, o número médio de situações de violência é maior entre as mulheres do que entre os homens (AIZPURA, 2018).

Em estudos norte americanos sobre experiências sexuais indesejadas e estupro, as mulheres universitárias relataram taxas significativamente mais altas do que os homens (CONLEY et al, 2017; MARSIL; MC NAMARA, 2015). Em estudo realizado no Chile mais mulheres do que homens relataram vitimização por contato sexual (SCHUSTER et al, 2016). Na Espanha foi estatisticamente significativa essa diferença com mais mulheres do que homens relatando diversas formas de violência sexual (SCHUSTER; KRAHÉ; TOPLU-DEMIRTAŞ, 2016).

Em uma pesquisa brasileira, 10% das mulheres estudantes universitárias relataram ter sofrido violência de um homem. Porém, quando foram estimuladas com uma lista de situações de violência mais de dois terços das mulheres identificaram ter sofrido algum tipo (DATA POPULAR/INSTITUTO AVON, 2015).

Quanto aos tipos de violência relatadas, houve predomínio do assédio sexual, sendo relatado por 56% das mulheres, seguido por agressão moral ou psicológica, relatada por 52% das mulheres. Também foram relatadas violência sexual (28%) e violência física (10%). Além disso, mais da metade das mulheres que participaram do estudo admitiram viver situações de desqualificação intelectual, apenas pelo fato de serem mulheres. Ainda, 63% das mulheres universitárias relatou não ter reagido após a situação de violência (DATA POPULAR/INSTITUTO AVON, 2015). Percebe-se que a impotência em buscar auxílio após uma situação de violência estende-se também ao contexto universitário, do mesmo modo que as mulheres em geral.

Um dado importante disponibilizado pelo Censo da Educação Superior é a idade

média das mulheres ingressantes, matriculadas e concluintes na modalidade presencial do ensino superior, que correspondem respectivamente a 25,8 anos; 24,3 anos; e 28,3 anos. (BRASIL, 2018). Destaca-se que estas idades correspondem à faixa etária de mulheres jovens, dentre as quais se encontram os índices mais altos de violência doméstica e feminicídio.

3.4 ASPECTOS HISTÓRICOS E POLÍTICOS DA VIOLÊNCIA DE GÊNERO

A declaração universal dos direitos humanos foi um marco histórico para a redução das desigualdades sociais, de modo a garantir a dignidade da pessoa humana. Foi proclamada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em Paris, em 10 de dezembro de 1948 e possui caráter universal na proteção dos direitos humanos (ONU, 1948). No Brasil, foi ratificada em dezembro do mesmo ano. A partir disso, foi possível dar maior visibilidade às lutas sociais de enfrentamento às desigualdades como as raciais e de gênero.

No âmbito do enfrentamento às desigualdades de gênero, cabe ressaltar o papel das quatro conferências mundiais de saúde da mulher. A primeira foi realizada no México, em 1975, definido como Ano Internacional da Mulher. Neste espaço, dentre outros temas, foi debatido sobre a autonomia feminina relacionada ao próprio corpo e à maternidade opcional, a igualdade de gênero e eliminação da discriminação. Dentre as 133 representantes de governo, todas eram mulheres (UNITED NATIONS, 1976).

Um marco importante ocorreu em 1979 com a Convenção sobre a eliminação de todas as formas de discriminação contra a mulher (CEDAW) adotada pela Assembleia Geral das Nações Unidas, e ratificada pelo Brasil em fevereiro de 1984. Esta convenção consagrou o princípio da equidade de gênero para as mulheres e reivindicou o direito de plena cidadania e o respeito integral aos direitos humanos das mulheres. Além disso, a Convenção surgiu como reivindicação dos movimentos sociais feministas e de mulheres, possuindo caráter global e abrangente (LIMA et al, 2016).

Na segunda conferência mundial, realizada em Copenhague, em 1980, além de avaliar o cumprimento das diretrizes da conferência anterior, foram observadas lacunas no acesso à educação por parte das mulheres, sendo reivindicada igualdade de oportunidades no trabalho. Dessa forma, atentou-se para o não reconhecimento da contribuição das mulheres à sociedade, bem como ausência de mulheres nos postos de tomada de decisão (UNITED NATIONS, 1980).

Ainda, foram realizadas outras duas Conferências Mundiais, sendo a terceira em 1985,

em Nairóbi. Nesta edição discutiu-se a pouca participação dos homens no processo de igualdade, além da insuficiente vontade política dos Estados para o enfrentamento das desigualdades de gênero. Novamente, destacou-se como compromissos a equidade no acesso à educação, oportunidades no trabalho e atenção à saúde das mulheres (ARRUDA; FRIEDE, 2018).

No Brasil, em 1985, mais especificamente no estado de São Paulo, houve a criação da primeira delegacia da mulher, que era responsável pelos delitos contra pessoas do sexo feminino e priorizava que as mulheres fossem atendidas por policiais também do sexo feminino. Esta delegacia atendeu um grande número de mulheres após a sua criação, confirmando a gravidade da situação das mulheres e a necessidade de mais delegacias que prestam esse tipo de atendimento. Assim, foram criadas outras delegacias no estado de São Paulo e em outros estados do país. Os movimentos feministas foram responsáveis pela reivindicação destas delegacias em outros estados, bem como pela solicitação de capacitação às policiais (PASINATO; SANTOS, 2008).

Em âmbito continental, ocorreu em 1994 a Convenção de Belém do Pará, conhecida como Convenção Interamericana para prevenir, punir e erradicar a violência contra a mulher. Foi adotada pela Organização dos Estados Americanos (OEA) e ratificada no Brasil no ano seguinte (1995). Da mesma forma que a CEDAW, foi realizada para atender as reivindicações dos movimentos feministas e de mulheres, sendo também considerada um marco histórico internacional na tentativa de coibir a violência contra as mulheres. A partir desta Convenção, definiu-se como violência contra a mulher: “qualquer ação ou conduta, baseada no gênero, que cause morte, dano físico, sexual ou psicológico à mulher, tanto no âmbito público como privado” (MESECVI, 2014).

Assim, pela primeira vez na história compreendeu-se que a violência contra a mulher interessa à sociedade em geral, rompendo com a dicotomia entre espaço público e privado. Além disso, na CEDAW houve a reafirmação da violência contra as mulheres como uma violação dos direitos humanos destas.

Em 1995, a IV Conferência Mundial sobre a Mulher, realizada em Pequim, na China, introduziu o conceito de gênero na agenda internacional, reconhecendo que toda a estrutura da sociedade, bem como as relações entre homens e mulheres, precisava ser reavaliada. Isso reafirmou que a igualdade de gênero é uma questão de interesse universal. Esta conferência também estabeleceu áreas de preocupação sobre os direitos das mulheres (ARRUDA; FRIEDE, 2018).

Nacionalmente, um marco importante para as mulheres foi a criação da Secretaria de

Políticas Públicas para as Mulheres, no ano de 2003. Este órgão ampliou as políticas públicas para o enfrentamento da violência contra as mulheres, dando maior visibilidade e investimento ao tema. Também, dispõe sobre ações integradas como o aperfeiçoamento da legislação, fortalecimento das redes de saúde e apoio a projetos de prevenção da violência e acesso das mulheres aos serviços de segurança pública (BRASIL, 2011).

Com a criação da Secretaria, surge o Programa de Prevenção, Assistência e Combate à Violência Contra a Mulher - Plano Nacional. Este documento reconhece a violência de gênero como resultante das desigualdades de gênero fortemente presentes na sociedade, além de considerar as singularidades de populações específicas de mulheres, como as mulheres negras, em que o racismo se sobrepõe à violência de gênero. O programa garante ações articuladas entre os diversos ministérios e secretarias, construindo uma rede efetiva de políticas públicas para as mulheres. Ainda, possui um subcapítulo específico sobre a articulação de redes, visando atender as demandas da rota crítica das mulheres e dispõe orientações sobre a implementação das casas abrigo (BRASIL, 2003a; SAGOT, 2007).

Também em 2003, foi aprovada a Lei nº 10.778, que estabelece a notificação compulsória, no território nacional, de todo caso de violência contra a mulher que for atendida em serviços de saúde públicos ou privados (BRASIL, 2003). A importância da notificação se dá pela possibilidade de obter informações sobre a violência, ter uma visão geral sobre este fato e melhor conhecer suas características, constituindo uma base para planejar ações de enfrentamento da violência.

No ano de 2004 é criada a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Mulheres (PNAISM). Esta considera o contexto social desigual das mulheres, o qual, além das situações de violência é permeado por ocasiões como dupla jornada de trabalho, salários mais baixos, dentre outras circunstâncias que comprometem a saúde de muitas mulheres. Desta forma, as mulheres constituem a população mais penalizada com o sucateamento de serviços e políticas sociais (BRASIL, 2004).

Além de identificar a violência contra a mulher como um dos determinantes sociais de saúde, esta política admite a violência sexual como um dos principais indicadores de discriminação de gênero contra a mulher. Também, reconhece que dentre as mulheres em situação de violência existem especificidades, como raça/cor e orientação sexual. Além disso, um dos objetivos da política é promover a atenção às mulheres e adolescentes em situação de violência doméstica e sexual (BRASIL, 2004).

Neste sentido, em nosso país foram realizadas quatro conferências nacionais de políticas para as mulheres, em 2004, 2007, 2011 e 2016. Nestas, foram destacados temas

como a diversidade e a autonomia das mulheres, a participação das mulheres no espaço político e a necessidade de fortalecimento das políticas públicas para as mulheres (BRASIL, 2015).

A I Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, realizada em 2004, foi um marco na afirmação dos direitos da mulher, mobilizando mulheres de todo o país, as quais participaram de debates e apresentaram propostas para a elaboração do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres. Este plano, apresentado em 2005, traduz em ações o compromisso assumido pelo governo de enfrentar as desigualdades entre mulheres e homens em nosso país e reconhece o papel fundamental do Estado no combate a estas e outras desigualdades sociais. O plano apresenta como pontos fundamentais a igualdade e respeito à diversidade, equidade, autonomia das mulheres, laicidade do estado, universalidade das políticas, justiça social, transparência dos atos públicos, participação e controle social (BRASIL, 2005).

Um fato que deu maior visibilidade às discussões sobre violência contra a mulher foi a implementação da Lei 11.340 de setembro de 2006, conhecida como Lei Maria da Penha. Esta cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher e tipifica as formas de violência contra a mulher: física, psicológica, sexual, moral e patrimonial. Além disso, pode-se considerar inovadora em nosso país, por abordar ações relevantes no acompanhamento tanto da vítima quanto do agressor, incluindo ações preventivas, de proteção e de assistência às mulheres em situação de violência, ainda, medidas de afastamento e punição ao agressor, dentre outros aspectos (BRASIL, 2006).

A Secretaria de Políticas para as Mulheres foi responsável pela criação da Política nacional de enfrentamento à violência contra as mulheres, em 2011. Essa, além de aspectos conceituais, dispõe sobre ações de prevenção e combate à violência contra as mulheres. Também, abarca ações relacionadas à assistência e garantia de direitos das mulheres em situação de violência, bem como a integração entre os serviços de diversas áreas, atentando para a importância do trabalho em redes (BRASIL, 2011).

Porém, em 2016, tal Secretaria foi extinta, perdeu seu caráter de ministério, e passou a ser um órgão vinculado ao Ministério da justiça (BRASIL, 2016). Destaca-se que este episódio caracteriza um retrocesso às políticas públicas para as mulheres, considerando o importante papel da secretaria para o desenvolvimento de ações relacionadas à saúde e bem-estar das mulheres.

Atualmente, o desmonte às políticas públicas vem tomando força, com uma estratégia de governo conservadora e pouco aberta aos debates sobre direitos humanos e equidade de gênero. Neste momento, a pasta responsável pelas políticas públicas para as mulheres

denomina-se Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (BRASIL, 2019). Esta engloba também as ações voltadas à população de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, *Queer*, Intersexo, Assexuais e outros (LGBTQIA+), população negra, indígenas, pessoas idosas e pessoas com deficiência. Cabe refletir acerca da qualidade das ações desenvolvidas, vista a diversa e complexa realidade do cenário brasileiro, bem como a diversidade de temas em um único ministério.

3.5 DEMANDAS CLÍNICO-ASSISTENCIAIS RELACIONADAS À VIOLÊNCIA DE GÊNERO

A violência contra as mulheres é uma das principais formas de violação dos direitos humanos, repercutindo no direito à vida, à saúde e à integridade física. Este fenômeno atinge mulheres em diversas partes do mundo, de diferentes classes sociais, origens, regiões, estados civis, escolaridade ou raças. Desta forma, é importante que as políticas públicas voltadas às mulheres em situação de violência, bem como a rede de atendimento e cuidados tenham caráter universal, abrangendo as diferentes situações que possam se apresentar (BRASIL, 2011).

O cotidiano das mulheres que sofrem violência é permeado por sofrimento, medo, lesões e marcas no corpo, dor, doenças e diversos danos físicos e psicológicos. São identificados também, problemas sociais, como isolamento social, falta de apoio social e conflitos familiares (SANTOS et al, 2017; SANTOS; JAEGER, 2018).

O desenvolvimento humano das mulheres é comprometido, pois, elas sentem-se oprimidas e apresentam dificuldades para a interação social. Esta situação afeta seu relacionamento com amigos e familiares (CARNEIRO et al, 2017). No caso de mulheres estudantes, cabe pensar nestas repercussões, pois as mulheres em situação de violência podem ter relações comprometidas com professores e colegas, afetando seu desempenho acadêmico e sua rede social no ambiente universitário.

A violência confere danos para a saúde física das mulheres, para além das marcas visíveis resultantes das agressões. Em muitas agressões sexuais, pode não haver o uso do preservativo ou, o parceiro pode se negar a utilizá-lo acarretando em infecções sexualmente transmissíveis (IST's) para as mulheres, somando-se com as lesões de agressão em alguns casos. Também, a violência é um fator gerador de estresse para a mulher, podendo este ser disparador de doenças crônicas como a hipertensão (CARNEIRO et al, 2017).

Estes dados são semelhantes aos encontrados em um estudo realizado com mulheres

em situação de abrigo por motivo de violência. Neste, a doença progressiva mais relatada pelas mulheres foram as IST's, seguida por distúrbios mentais, como ansiedade, choro fácil e sintomas de depressão (FERREIRA et al, 2016). As situações de violência geram nas mulheres forte sofrimento psicológico, caracterizado pela presença de medo, repulsa, tristeza profunda, baixa autoestima, sintomas depressivos, insônia, sensação de pavor e casos também de desenvolvimento de síndrome do pânico (CARNEIRO et al, 2017).

Dentre as lesões físicas mais comuns decorrentes de situações de violência podem-se citar dores, contusões, hematomas e escoriações. Algumas mulheres podem apresentar lesões mais graves, como fraturas de ossos, queimaduras, entorses ou feridas com facas. As lesões podem ocorrer em qualquer parte do corpo, porém, os mais comuns são os membros superiores e o rosto. Também, são comuns agressões físicas na forma de empurrões, agarrar com força e socos (BOTT et al., 2014; FERNÁNDEZ et al, 2017).

As mulheres com filhos apresentam ainda, outra especificidade, o risco da violência atingí-los também. Além do risco de estarem suscetíveis a sofrer agressões, os filhos podem presenciar as situações de violência, gerando problemas psicológicos e diminuição do desempenho escolar (CARNEIRO et al, 2017).

Uma investigação especificamente com mulheres que sofreram violência sexual, demonstra que esta situação gera repercussões intensas e causa sequelas em longo prazo. As mulheres relataram prejuízos físicos, sexuais, sociais, e principalmente, psicológicos para suas vidas, muitos relacionados à relação conjugal. Identificou-se nas mulheres, baixa autoestima, desvalorização de si, apatia, sofrimento intenso e sentimento de submissão. Algumas destas situações decorrem para consequências psicológicas mais graves, como depressão e ansiedade. Ainda, evidenciou-se a presença de sinais relacionados à disfunção sexual nestas mulheres, como diminuição da libido, do prazer sexual, relação abusiva, fatores estes que interferem na relação conjugal e comprometem a sexualidade das mulheres (SANTOS; JAEGER, 2018).

Dentre as repercussões para a saúde mental das mulheres pode-se incluir extensas consequências emocionais, como medo, depressão, pensamentos suicidas, ansiedade e sentimento de angústia. Estes sentimentos podem ser graves o suficiente para dificultar a mulher na realização de suas tarefas habituais (BOTT et al., 2014). Pode-se refletir sobre o caso de mulheres estudantes universitárias, em que isso pode se somar com sintomas psicológicos decorrentes da própria sobrecarga de estudos.

No contexto universitário, um estudo realizado com estudantes de medicina demonstrou que as mulheres estudantes apresentavam níveis levemente mais altos de

violência em relação aos estudantes homens. Além disso, a exposição à violência se mostrou associada à percepção negativa da qualidade de vida, maiores índices de depressão e Burnout. Assim, a exposição à violência pelos estudantes é um determinante para sua saúde mental e o desenvolvimento de algumas condições de saúde (PERES et al, 2014).

Um estudo identificou relação significativa entre o fato de sofrer violência e o desenvolvimento de problemas relacionados a saúde mental nas mulheres, sendo as situações de violência, geradoras deste problema. Neste estudo, as mulheres que sofreram maus tratos apresentaram níveis maiores de ansiedade e depressão quando comparadas às mulheres não maltratadas. Assim, as mulheres em situação de violência possuem maior risco de desenvolver transtornos de personalidade, com prejuízos pessoais e para as pessoas de seu círculo social (ROSALES et al, 2014).

Em um estudo recente, de revisão de literatura, os transtornos mentais não psicóticos encontrados mais comumente em mulheres que sofreram violência foram a depressão e o estresse pós-traumático. Este estudo evidenciou que os danos psicológicos decorrentes das situações de violência são, por vezes, mais devastadores na vida das mulheres do que as feridas físicas. Ainda, ressalta que estas consequências psicológicas são, muitas vezes, negligenciadas pela sociedade em geral, assim como por profissionais de saúde, segurança e gestão pública (SANTOS et al, 2018).

A invisibilização da violência de gênero ocorre no cotidiano dos serviços de saúde, manifestada na dificuldade de os profissionais identificarem as situações de violência. Isso se exprime no silêncio presente no contexto da violência, de modo que as mulheres não verbalizam as situações que sofrem, e os profissionais não investigam esta possibilidade nos atendimentos. Muitas vezes é o corpo que se torna objeto de denúncia, de modo que as agressões que deixam marcas são mais facilmente identificadas (SILVA et al, 2017).

No contexto universitário, as instituições de ensino nem sempre contam com serviços de saúde adequados para identificar situações de violência de gênero. Algumas instituições possuem serviços específicos de psicologia, como as clínicas escola. Estes dispositivos geralmente visam suprir uma demanda de formação dos cursos de psicologia e atendem estudantes com queixas diversas, principalmente problemas de saúde mental. (AMARAL et al, 2012).

Alguns destes serviços, como o situado na Universidade Estadual de Londrina, não se restringem ao atendimento da comunidade acadêmica, sendo um ponto da rede de saúde do município. Porém, pode ocorrer destes serviços não conseguirem atender a toda a demanda de estudantes, que precisam aguardar por um longo tempo para o atendimento. Neste estudo, a

procura dos estudantes universitários pelo serviço foi intensa, demonstrando a necessidade de uma melhor articulação dos serviços que se propõem a atender a comunidade acadêmica. (ORTOLAN; SEI, 2016).

Ademais, as mulheres também apresentam importante dificuldade para buscarem o atendimento de saúde. A procura é realizada, geralmente, em casos extremos, quando o comprometimento físico requer intervenções dos serviços de saúde. Isso também ocorre para a denúncia, em que muitas mulheres só realizam a ação de denunciar o agressor depois de anos de maus tratos, quando a violência sofrida alcança um limite que elas não suportam mais (SANTOS et al, 2017; SILVA et al, 2017). Para muitas mulheres, as experiências de violência fazem parte de sua história e da construção de suas identidades, de modo que significam a violência como parte natural de sua vida (HERMEL; DREHMER, 2013).

A naturalização da violência pode ser um fator que contribui para que muitas mulheres permaneçam em situações violentas por longos períodos. Muitas vezes, as primeiras manifestações não ocorrem por meio de violência física e, até que isso aconteça, as mulheres passam por situações que acarretam na perda da liberdade individual, além de sentimentos de constrangimento e humilhação (SANTOS et al, 2017).

Além disso, quando as mulheres se encontram em situação de violência por vários anos, geralmente não sofrem apenas um tipo específico de violência, mas sim múltiplos mecanismos violentos (FERNÁNDEZ et al, 2017). Assim, percebe-se que muitas mulheres permanecem por longos períodos em situação de violência, o que pode ser um agravamento para sintomas clínicos e psicológicos decorrentes desta situação.

A violência psicológica, praticada por meio de humilhações, insultos, xingamentos, ofensas e ameaças verbais é fator que contribui para que as mulheres se sintam abaladas emocional e psicologicamente. Este tipo de violência afeta significativamente sua integridade biopsicossocial, gerando transtornos de desenvolvimento físico e psicológico. Algumas mulheres compreendem que a violência psicológica as machuca e é mais dolorosa, inclusive, que as agressões físicas que sofrem (SANTOS et al, 2017; FERNÁNDEZ et al, 2017; PIEROTTI; D'OLIVEIRA; TERRA, 2018).

Destaca-se o sentimento de medo, presente de modo mais intenso quando as mulheres mantêm um relacionamento com o agressor. Este sentimento as paralisa e dificulta suas ações habituais, resultando em um isolamento da mulher de sua família e amigos. Assim, elas têm um risco aumentado de desenvolverem quadros depressivos ou de grave ansiedade (SANTOS et al, 2017). Essas repercussões, além de serem percebidas pelas mulheres, são identificadas pelos profissionais da saúde. Apesar disso, tratar a violência de gênero como um problema de

saúde pública ainda gera estranhamento em alguns profissionais (SILVA et al, 2017).

Destaca-se a fragilidade na notificação dos casos de violência pelos serviços de saúde. Muitos profissionais, especialmente enfermeiros, desconhecem a legislação e obrigatoriedade da notificação (SILVA et al, 2017). Importante ressaltar que a notificação dos casos de violência atendidos nos serviços de saúde é fundamental para respaldar a necessidade de investimentos públicos na promoção de estratégias e políticas para o enfrentamento deste problema.

Em um estudo realizado em São Paulo, com profissionais das Estratégias de Saúde da Família (ESFs), a maioria dos profissionais participantes relatou não conhecer a Ficha de Notificação Compulsória. Também, muitos acreditam que o ato de notificar não é sua responsabilidade (GARBIN et al, 2016).

Em contrapartida, uma pesquisa realizada em Pernambuco sobre o atendimento de mulheres vítimas de violência sexual apontou que os profissionais da atenção primária em saúde reconhecem a capacidade das Unidades Básicas de Saúde (UBS) em realizar o atendimento, tanto no que se refere à estrutura do serviço, bem como a utilização da ficha de notificação compulsória. A maior parte dos enfermeiros afirmou que se sente preparado para o acolhimento das mulheres (AQUINO; PASSOS, 2018).

Destaca-se assim, a importância de ações para o fortalecimento da rede de saúde, especialmente a cobertura de ESFs. O papel dos Agentes Comunitários de Saúde (ACS) é relevante, visto seu contato próximo com a população, podendo auxiliar na identificação dos casos de violência, por meio do acompanhamento contínuo na forma de visitas domiciliares. Estes profissionais podem identificar e acompanhar possíveis situações que não chegam aos serviços de saúde (GARBIN et al, 2016).

Quanto à conduta dos profissionais enfermeiros no atendimento às mulheres em situação de violência, muitos expressam medo, insegurança, impotência e desconhecimento. Desta forma, os profissionais acabam por não aprofundar a investigação dos casos de violência. Muitos enfermeiros e enfermeiras não se sentem capacitados para realizar o atendimento e preferem encaminhar as mulheres a outros serviços ou profissionais, demonstrando resistência em atender as situações de violência (SILVA et al, 2017).

Além disso, mesmo que a mulher verbalize a violência sofrida, ou que o profissional a identifique de outras formas, este não toma como um problema do campo da saúde. O sentimento de impotência emerge especialmente diante de questões que fogem à lógica biologicista, como a necessidade de escuta e criação de vínculos com as mulheres em situação de violência (OLIVEIRA; FONSECA, 2015).

Por outro lado, as mulheres que sofrem violência destacam justamente a necessidade de ter profissionais em que possam confiar, que possam ouvi-las e acolhê-las nos serviços de saúde. As mulheres destacam a escuta e o vínculo como necessidades em saúde que possuem, sendo estratégias facilitadoras para conseguirem superar os traumas e se sentirem mais alegres (OLIVEIRA; FONSECA, 2015). As estratégias de promoção da autonomia e autoestima são condições necessárias para a libertação das mulheres destas situações.

3.6 TENDÊNCIAS NA PRODUÇÃO CIENTÍFICA BRASILEIRA SOBRE A VIOLÊNCIA DE GÊNERO EM MULHERES UNIVERSITÁRIAS E SUA PERMANÊNCIA NO ENSINO SUPERIOR

Tendo em vista as consequências da violência de gênero para a vida das mulheres estudantes universitárias, percebeu-se a necessidade de investigar o impacto desta violência na formação das mulheres e sua relação com a permanência na universidade. Para exploração da temática, foi realizada uma revisão narrativa da literatura, visando responder à seguinte **questão de revisão**: Quais as tendências das produções em dissertações e teses brasileiras sobre a violência de gênero em mulheres universitárias e sua relação com a permanência no ensino superior?

Deste modo, teve-se como **objetivo**: apresentar e discutir as tendências brasileiras na construção do conhecimento em dissertações e teses, caracterizando a produção acerca da violência de gênero em mulheres universitárias e sua relação com a permanência no ensino superior.

A busca foi realizada no Banco de Dissertações e Teses do Portal da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), no mês de junho de 2018. A estratégia de busca combinou as seguintes palavras: "*violência de gênero*" AND "*estudantes universitárias*", por meio da qual foram identificadas 1536 produções.

Os critérios de inclusão definidos foram: ter resumo disponível online e abordar no título ou no resumo a temática da violência de gênero em mulheres universitárias, relacionando este fenômeno com a permanência das mulheres no ensino superior. E, como critérios de exclusão: as pesquisas realizadas com estudantes de cursos técnicos integrados ao ensino médio, pesquisas que abordassem violência de gênero em mulheres trabalhadoras das universidades e estudos sobre violência de gênero em estudantes universitários de outras populações. Para este estudo, não foi utilizado recorte temporal, nem foi delimitada área do conhecimento.

Após a leitura dos títulos e resumos, com aplicação dos critérios previamente definidos, restaram sete produções no estudo, sendo cinco dissertações e duas teses. Os dados foram analisados de forma descritiva a partir da leitura dos resumos e da utilização dos dados apresentados nestes.

Observou-se que nos últimos anos houve um aumento importante de publicações acerca da violência de gênero que se preocuparam com seus possíveis efeitos na permanência das mulheres no ensino superior. Este fato pode ser observado por meio da distribuição anual das produções, em que 2017 possui quatro produções e 2013, 2014 e 2016, uma produção cada.

Quanto ao seu tipo, cinco são dissertações (71%) e duas teses (29%). Quanto à região de origem das produções, predominaram as regiões Sul e Nordeste, com três produções cada, além da região Centro-Oeste, com uma produção. Em relação à abordagem das produções teve-se a predominância de estudos de abordagem qualitativa - quatro estudos, sendo os demais com abordagem mista.

Prevaleceram as produções na área da educação, com cinco (5) trabalhos, seguida pela sociologia política e serviço social, com uma produção cada. Observa-se a ausência de estudos na área da enfermagem, o que indica uma lacuna na produção do conhecimento nessa área específica e traz para reflexão o papel dessa profissão na atenção a saúde das mulheres universitárias. Ao desenvolver o cuidado, a enfermagem precisa estar atenta para a identificação da violência de gênero, sabendo que esta pode ocorrer em diversos contextos.

Observou-se que a técnica para a coleta de dados que predominou foi a entrevista, seguida pelo uso de questionários, grupo focal, entrevista online, registros em caderno de campo e levantamento bibliográfico do Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas da Universidade de origem.

As produções apontaram que a ocorrência da violência de gênero em mulheres universitárias se configura como uma barreira para o desenvolvimento de seus estudos, gerando dificuldades e prejuízos para elas. As mulheres enfrentam situações de assédio, sexismo e por vezes, descrédito no curso de graduação de sua escolha em razão de seu gênero (MELO, 2014; GRESCHECHEN, 2017; SANTOS, 2013; VENTURINI, 2017).

Alguns desses cursos e instituições mantêm estereótipos de gênero, de forma que as mulheres têm dificuldades para se ajustarem, precisando superá-los para permanecerem na universidade. Este fator pode tornar a instituição um espaço excludente para elas, que também precisam aliar aos estudos, os encargos reprodutivos e outras funções domésticas associadas à sua responsabilidade (AMORIM, 2017; PIRES, 2017; VENTURINI, 2017; SANTOS, 2013;

TEIXEIRA, 2016).

A perpetração e difusão da violência no ambiente universitário acontecem de forma implícita e explícita, podendo ocorrer na forma de brincadeiras, observações e comentários sexistas. Estas situações ocorrem por meio das interações entre colegas e são reproduzidas por alunos e professores (MELO, 2014; AMORIM; 2017; PIRES, 2017).

Reconhece-se também que as situações de violência de gênero são fortemente naturalizadas e invisibilizadas nas instituições de ensino, conforme apontado em três produções (GRESCHENCHEN, 2017; AMORIM, 2017; TEIXEIRA, 2016). Isto pode se dar pelo fato deste tipo de violência ser um fenômeno enraizado e normalizado em nossa sociedade, reflexo das desigualdades de gênero e de um contexto histórico patriarcal (MELO, 2014; GRESCHENCHEN, 2017).

Reconhece-se em um dos estudos que a desistência do curso é um processo multideterminado, de forma que não é possível afirmar que o acentuado percentual de desistência de mulheres esteja associado exclusivamente às violências de gênero. Porém, essas situações podem se apresentar como agravantes, caso haja outras motivações. Atenta-se ainda, para o silenciamento das estudantes quando se encontram em situação de violência de gênero (GRESCHENCHEN, 2017).

Diante disso, ressalta-se a importância de ações constantes por parte da instituição de ensino, a fim de contribuir para a permanência das acadêmicas na universidade. Da mesma forma, são necessárias ações para o enfrentamento da violência contra as mulheres neste cenário. Uma alternativa pode ser a articulação entre as instituições e os movimentos sociais de mulheres, visando a superação das desigualdades de gênero (GRESCHENCHEN, 2017; VENTURINI, 2017).

Aliado a isso, uma das teses aponta que as desigualdades enfrentadas pelas mulheres ocorrem desde o ingresso na universidade e se mantêm durante o percurso acadêmico. Também, quando realizado um recorte de gênero, as mulheres são as menos favorecidas nos programas sociais e políticas de assistência estudantil, o que se configura como um desafio para se manterem na instituição (TEIXEIRA, 2016).

A partir dos resultados, observou-se uma tendência nos estudos voltada para a identificação das formas de violência de gênero enfrentadas pelas mulheres universitárias. Entretanto, essas discussões estão concentradas no campo da educação. Também, os estudos mostram a naturalização deste fenômeno, demonstrando a necessidade de ampliar a discussão sobre o tema, bem como pensar em estratégias para sua identificação e prevenção.

Apesar de o fator socioeconômico ser agravante em situações de violência de gênero,

apenas um dos estudos afirma ter como população do estudo, mulheres beneficiadas com políticas de assistência estudantil (TEIXEIRA, 2016). Pode-se considerar a necessidade de mais estudos que abarquem outras especificidades das estudantes universitárias, como o fator socioeconômico, questões étnico raciais e orientação sexual.

Diante do exposto, percebeu-se a ausência de estudos da enfermagem nesta temática. Neste sentido, é importante afirmar a necessidade de os profissionais de enfermagem estarem qualificados para identificar as situações de violência de gênero contra as mulheres, bem como posicionarem-se criticamente em relação às desigualdades de gênero ainda presentes em diversos contextos, inclusive nos espaços educacionais.

Devido aos danos causados pela violência de gênero, além de atuar clinicamente no atendimento a essas mulheres, cabe ao profissional de enfermagem compreender as repercussões deste fenômeno também no processo de emancipação e autonomia das mulheres. Pode-se, por meio de estratégias de educação em saúde auxiliar as mulheres na identificação deste tipo de violência, bem como realizar o direcionamento aos serviços de proteção e promoção de saúde.

Percebe-se, por meio da realização da pesquisa narrativa acerca das tendências das dissertações e teses, a ausência da enfermagem na construção do conhecimento com enfoque na permanência das mulheres no ensino superior e as relações com a violência de gênero. Também pode-se observar a predominância de estudos qualitativos, o que pode estar relacionado à temática permeada por conceitos subjetivos e complexos.

Evidencia-se assim, a necessidade de se avançar com novos trabalhos que investiguem essas relações, bem como dar maior visibilidade acerca desta temática na área de saúde e enfermagem.

Também, alguns estudos destacam a naturalização e invisibilização das situações de desigualdade e violência de gênero no ensino superior, ressaltando a necessidade do debate acerca da temática, perfazendo uma reflexão mais abrangente. Dessa forma, poderá ser possível auxiliar no enfrentamento destas violências, contribuindo para que as mulheres desenvolvam sua formação de maneira igualitária.

ARTIGO 1 - VIOLÊNCIA DE GÊNERO EM MULHERES ESTUDANTES
UNIVERSITÁRIAS: EVIDÊNCIAS SOBRE A PREVALÊNCIA E FATORES
ASSOCIADOS

Esta sessão será apresentada na forma de artigo, o qual foi submetido à Revista **ACTA COLOMBIANA DE PSICOLOGIA**. Em conformidade com as normas do Manual de Dissertações e Teses (MDT) da UFSM, o artigo está na formatação solicitada pelo referido periódico e será publicado em inglês (MANUAL DE DISSERTAÇÕES E TESES/UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA, 2015, p.51).

**GENDER-BASED VIOLENCE AMONG FEMALE UNIVERSITY STUDENTS:
EVIDENCE OF PREVALENCE AND ASSOCIATED FACTORS**

Taís Tasqueto Tassinari

Universidade Federal de Santa Maria, RS, Brasil
ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9878-0938>

Fernanda Honnef

Universidade Federal de Santa Maria, RS, Brasil
ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-1866-1611>

Jaqueline Arboit

Universidade Federal de Santa Maria, RS, Brasil
ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-6610-5900>

Tassiane Ferreira Langendorf

Universidade Federal de Santa Maria, RS, Brasil
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5902-7449>

Cristiane Cardoso de Paula

Universidade Federal de Santa Maria, RS, Brasil
ORCID: <http://orcid.org/0000-0003-4122-5161>

Stela Maris de Mello Padoin

Universidade Federal de Santa Maria, RS, Brasil
ORCID: <http://orcid.org/0000-0003-3272-054X>

Abstract

Gender-based violence against women is related to gender inequality and is understood as the disruption of any form of the woman's integrity. It can be physical, sexual, psychological, patrimonial or moral, and can occur in the private-family environment as well as in the work and public spaces. Gender-based violence affects the health and quality of life of women and can be disseminated in several ways in the university environments, which also affects the women's academic development. The present study aimed to analyze the evidence about the prevalence of gender-based violence among female university students and its associated factors. This is an integrative literature review performed in the LILACS, PubMed, CINAHL, ERIC and ASSIA databases, in which 22 articles met the selection criteria. Evidence available in the literature have indicated different forms of gender-based violence among college women perpetrated by intimate partners and other aggressors. The prevalence of gender-based

violence in female university students reported in the studies varied between 1.3% and 85%, differing according to the type of violence. Such violence is associated to social and behavioral factors, as younger students presented higher rates of violence, as well as those of a non-white race/ethnicity, those who identified themselves as homosexual or bisexual, and those with a previous history of victimization. Evidence about the use of alcohol and other drugs by women and their participation in social fraternities or sororities differed according to the type of violence. Thus, one may conclude that the prevalence of gender-based violence among the population of female university students varies according to its typification, is mostly perpetrated by men close to the women and is associated with social markers.

Keywords: gender-based violence, violence against women, university students, gender inequality, women's health

VIOLÊNCIA DE GÊNERO ENTRE ESTUDANTES UNIVERSITÁRIAS: EVIDÊNCIAS SOBRE A PREVALENCIA E FATORES ASSOCIADOS

Resumo:

A violência de gênero contra as mulheres está relacionada à desigualdade de gênero, sendo compreendida como a ruptura de qualquer forma de integridade da mulher. Esta pode ser do tipo física, sexual, psicológica, patrimonial ou moral e ocorrer tanto no âmbito privado-familiar como nos espaços de trabalho e públicos. A violência de gênero repercute na saúde e qualidade de vida das mulheres e pode ser difundida de diversas formas nos ambientes universitários, implicando também no desenvolvimento acadêmico das mulheres. O presente estudo objetivou analisar as evidências acerca da prevalência da violência de gênero em mulheres estudantes universitárias e seus fatores associados. Trata-se de uma revisão

integrativa da literatura realizada nas bases de dados *LILACS*, *PubMed*, *CINAHL*, *ERIC* e *ASSIA*, em que 22 artigos atenderam aos critérios de seleção. As evidências disponíveis na literatura indicaram diferentes formas de violência de gênero em mulheres universitárias, perpetradas por parceiros íntimos e outros agressores. A prevalência de violência de gênero em mulheres estudantes universitárias apontada nos estudos variou entre 1,3% e 85%, diferindo de acordo com o tipo de violência. A violência está associada com fatores sociais e comportamentais, uma vez que as estudantes mais jovens apresentavam maiores índices de violência, assim com as de raça/etnia não branca, as que se identificavam como homossexuais ou bissexuais e as que tinham histórico de vitimização anterior. Evidências sobre o uso de álcool e outras drogas por parte das mulheres e a participação em irmandades sociais diferiram de acordo com o tipo de violência. Assim, conclui-se que a prevalência da violência de gênero na população de mulheres estudantes universitárias varia de acordo com a sua tipificação, é majoritariamente perpetrada por homens próximos a elas e está associada com marcadores sociais.

Palavras-chave: violência de gênero, violência contra a mulher, estudantes universitários, desigualdade de gênero, saúde da mulher.

VIOLENCIA DE GÉNERO ENTRE ESTUDIANTES UNIVERSITARIAS: EVIDENCIA SOBRE PREVALENCIA Y FACTORES ASOCIADOS

Resumen

La violencia de género contra las mujeres está relacionada con la desigualdad de género y se entiende que es la interrupción de cualquier forma de integridad de las mujeres. Puede ser del tipo físico, sexual, psicológico, patrimonial o moral y puede ocurrir tanto en el entorno

privado-familiar, como en el trabajo y los espacios públicos. La violencia de género tiene un impacto en la salud y la calidad de vida de las mujeres y puede generalizarse en entornos universitarios, lo que también implica el desarrollo académico de las mujeres. El presente estudio tuvo como objetivo analizar la evidencia sobre la prevalencia de la violencia de género en estudiantes universitarias y sus factores asociados. Esta es una revisión integral de la literatura realizada en las bases de datos LILACS, PubMed, CINAHL, ERIC y ASSIA, en la que 22 artículos cumplieron con los criterios de selección. La evidencia disponible en la literatura ha indicado diferentes formas de violencia de género en mujeres universitarias perpetradas por parejas íntimas y otros agresores. La prevalencia de la violencia de género en las estudiantes universitarias informadas en los estudios varió entre el 1,3% y el 85%, diferenciando según el tipo de violencia. La violencia puede estar asociada con factores sociales y de comportamiento, ya que los estudiantes más jóvenes tuvieron tasas más altas de violencia, así como aquellos de raza / etnia no blanca, aquellos que se identificaron como homosexuales o bisexuales y aquellos que tenían un historial de victimización. anterior Las pruebas sobre el uso de alcohol y otras drogas por parte de las mujeres y la participación en hermandades sociales diferían según el tipo de violencia. Por lo tanto, se concluye que la prevalencia de la violencia de género en la población de estudiantes universitarias varía según su tipificación, en su mayoría es perpetrada por hombres cercanos a ellos y está asociada con marcadores sociales.

Palabras clave: violencia de género, violencia contra las mujeres, estudiantes universitarias, desigualdad de género, salud de la mujer

Introduction

Gender-based violence understands violence against women as a phenomenon related to gender inequality, that is, the rupture of any form of the woman's integrity (Saffioti, 2015).

This violence can be physical, sexual, psychological, patrimonial or moral, and can occur both in the private-family environment as well as in work and public spaces (Bandeira, 2014). Additionally, gender-based violence falls predominantly upon women, given the historical construction of female bodies and the phenomenon of patriarchy, with asymmetric and power relations between men and women based on gender (Scott, 1995; Bandeira, 2014).

Social gender constructions shape responsibilities for men and women, which affect or restrain other spheres of life, such as work and education, as the public space is still considered to be masculine, while the private space is up to women (Biroli, 2018). Thus, the gender category becomes a determinant of access to spaces of power, in which women are less likely to participate in public spaces.

However, feminist and women's movements were, and are, responsible for promoting the debate to modify these social configurations. Women, in addition to changing their own condition in society, also achieved rights, causing structural changes in general (Santos, Ramos & Espíndola, 2015). An example of this may be the entry of women into higher education and the labor market, especially in Western countries (Ricoldi & Artes, 2016). A researcher from Ohio, USA, shows that since 1990 there has been a predominance in the enrollment of women in higher education, and it is a phenomenon observed worldwide (McDaniel, 2014). In Brazil, women take up the majority of undergraduate and graduate enrollments (57.2%), and are also the majority among freshmen (55.2%) and graduates (61.4%) of Higher Education Institutions. Regarding the 20 largest courses in number of enrollments, women have a majority representation in 13 (Brasil, 2018).

However, in addition to situations of depreciation, sexism and other forms of discrimination based on gender, to which women are still subject in society (Navarro-Mastas & Velásquez, 2016), in the context of universities several expressions of violence occur, especially directed at female students. Among the forms that are expressed, there are practices

of racism and homophobia among students, aggressive hazing, sexual and moral harassment, physical aggressions and sexist humiliations. Acts of sexual violence are also recurrent, and often perceived in a naturalized way (Bandeira, 2017).

The repercussions of gender-based violence on women's health and quality of life are diverse. Their daily lives are pervaded by suffering, fear, injuries and marks on the body, pain, illnesses and various physical and psychological damages. Among the most common physical injuries resulting from situations of violence, one can mention pain, bruises and abrasions. Some women may experience more serious injuries, such as bone fractures, burns, sprains or stab wounds. The injuries can occur in any part of the body, but the most common are the upper limbs and the face. Moreover, physical aggressions such as pushing, grabbing and punching are common (Organización Panamericana de la Salud [OPAS] & Centers for Disease Control and Prevention [CDC], 2014; Fernández et al., 2017).

Additionally, depression (Barchi et al., 2018; Barros et al., 2016; Damra, & Abujilban, 2018; Kotan, Kotan, Yalvaç, & Demir, 2017), anxiety, low self-esteem, drug abuse (Kachaeva & Shport, 2017) and risk of suicide are mentioned (Barchi et al., 2018; Kavak, Aktürk, Özdemir, & Gültekin, 2018). That way, the psychosocial health of women who suffer violence is threatened (Tetickok et al., 2016).

Social problems are also identified, such as isolation, lack of social support and family conflicts (Leite, et al., 2017; Santos & Jaeger, 2018). In addition, the women's human development is compromised, as they feel oppressed and have difficulties in social interaction, which affects their relationship with friends and family (Carneiro, et al., 2017).

Consequently, the repercussions of gender-based violence interfere in the academic development and social network of women in the university environment (Pinto, Amorim & Carvalho, 2016). Thus, this evidence is configured as a barrier to their educational aspirations, in addition to the compromise of their health and well-being.

Therefore, the knowledge related to gender-based violence is necessary in several sectors of society, and is directly relevant to the confrontation through social policies. The evidence available in literature are expected to contribute to promoting strategies to prevent gender-based violence, as well as to directing attention to the specificities of female students who experience this situation.

Thus, this review study has as its **objective** to analyze the evidence about the prevalence of gender-based violence among female university students and its associated factors.

Methodology

This is an integrative review study, in which the knowledge synthesis was conducted through the analysis, systematization and integration of evidence from published investigations, and has the potential to contribute to the indication of trends and advances in theoretical knowledge. This review study was conducted with the method proposed by Whitemore & Knalf (2005), whose first step is to determine the study problem and the objective of the review.

In view of the considerations explained above, the review question was: What is the prevalence of gender-based violence among female university students and its associated factors? The question was structured considering the elements of the CoCoPop mnemonic (The Joanna Briggs Institute [JBI], 2014): the Condition (Co) studied: gender-based violence; the Context (Co): university/university education; and the Population (Pop): female students. The search for articles occurred from June to August 2018, in the databases: Latin American and Caribbean Health Sciences Literature (LILACS), through the Regional Portal of the Virtual Health Library (VHL), PubMed, Cumulative Index to Nursing and Allied Health

Literature (CINAHL), Education Resources Information Center (ERIC) and Applied Social Sciences Index and Abstracts (ASSIA).

For the search in the databases, the controlled descriptors Medical Subject Headings (MeSH) were employed, as well as the Health Sciences Descriptors (DeCS) and not controlled descriptors or keywords, which were combined with the Boolean operators AND and OR. The combinations were adapted according to the specificity of each database, in order to provide a comprehensive search (Chart 1).

Chart 1. Search strategies performed in the LILACS, PUBMED, CINAHL, ERIC and ASSIA databases, 2019.

Database	Search strategy
LILACS	tw:(((violenca OR "violencia baseada em genero" OR "violencia contra a mulher" OR "violencia contra as mulheres" OR "violencia contra la mujer" OR "violencia domestica e sexual contra a mulher" OR "violencia baseada en el genero" OR "violencia contra a parceira intima") AND ("ensino superior" OR "instituicao academica" OR "universidade" OR "universitaria"))) AND (instance:"regional") AND (db:("LILACS"))
PUBMED	(((((("rape"[Title/Abstract] OR "gender"[Title/Abstract] OR "sexual violence against women"[Title/Abstract]) OR "sexual harassment"[Title/Abstract] OR "intimate partner violence"[Title/Abstract]) OR "battered woman"[Title/Abstract]) OR "battered women"[Title/Abstract]) OR "violence against women"[Title/Abstract]) OR "sexism"[Title/Abstract]) OR "women abused"[Title/Abstract]) OR "sex bias"[Title/Abstract]) OR "gender violence"[Title/Abstract]) OR "violence based on gender"[Title/Abstract]) OR "bias gender"[Title/Abstract]) OR "gender based violence"[Title/Abstract]) AND (((("women academics"[Title/Abstract] OR "college women"[Title/Abstract]) OR "student women"[Title/Abstract]) OR "universities"[Title/Abstract]) OR "university women"[Title/Abstract]) AND ("0001/01/01"[PDAT] : "2017/12/31"[PDAT]))
CINAHL	("rape" OR "gender" OR "sexual violence against women" OR "sexual harassment" OR "intimate partner violence" OR "battered woman" OR "battered women" OR "violence against women" OR "sexism" OR "women abused" OR "sex bias" OR "gender violence" OR "violence based on gender" OR "bias gender" OR "gender based violence") AND ("women academics" OR "college women" OR "student women" OR "universities" OR "university women")
ERIC	("violence against women" OR "gender violence" OR "violence based on gender" OR "bias gender" OR "gender based violence") AND ("women academics" OR "college women" OR "student women" OR "universities" OR "university women")
ASSIA	("rape" OR "sexual violence against women" OR "sexual harassment" OR "intimate partner violence" OR "battered woman" OR "battered women" OR "violence against women" OR "sexism" OR "women abused" OR "sex bias" OR "gender violence" OR "violence based on gender" OR "bias gender" OR "gender based violence") AND ("women academics" OR "college women" OR "student women" OR "universities" OR "university women")

The inclusion criteria for primary studies were: cross-sectional or cohort research, with a description of the prevalence of violence against women of any type (physical, moral, psychological, and others) and a study population composed only of undergraduate or graduate students; articles published in English, Portuguese or Spanish, from 2008 to 2018.

The studies excluded were the ones carried out with the population of female university students that analyzed gender-based violence throughout life, child abuse and violence in adolescence, as well as the ones in which it was not possible to define the prevalence of violence that occurred during the university period.

Two reviewers performed the selection of studies, independently. When there was disagreement, a third reviewer with expertise on the topic assessed the inclusion of the study. The Mendeley® bibliographic reference manager was employed to operationalize the selection of studies. The flowchart below (Figure 1) is presented to describe the study selection trajectory.

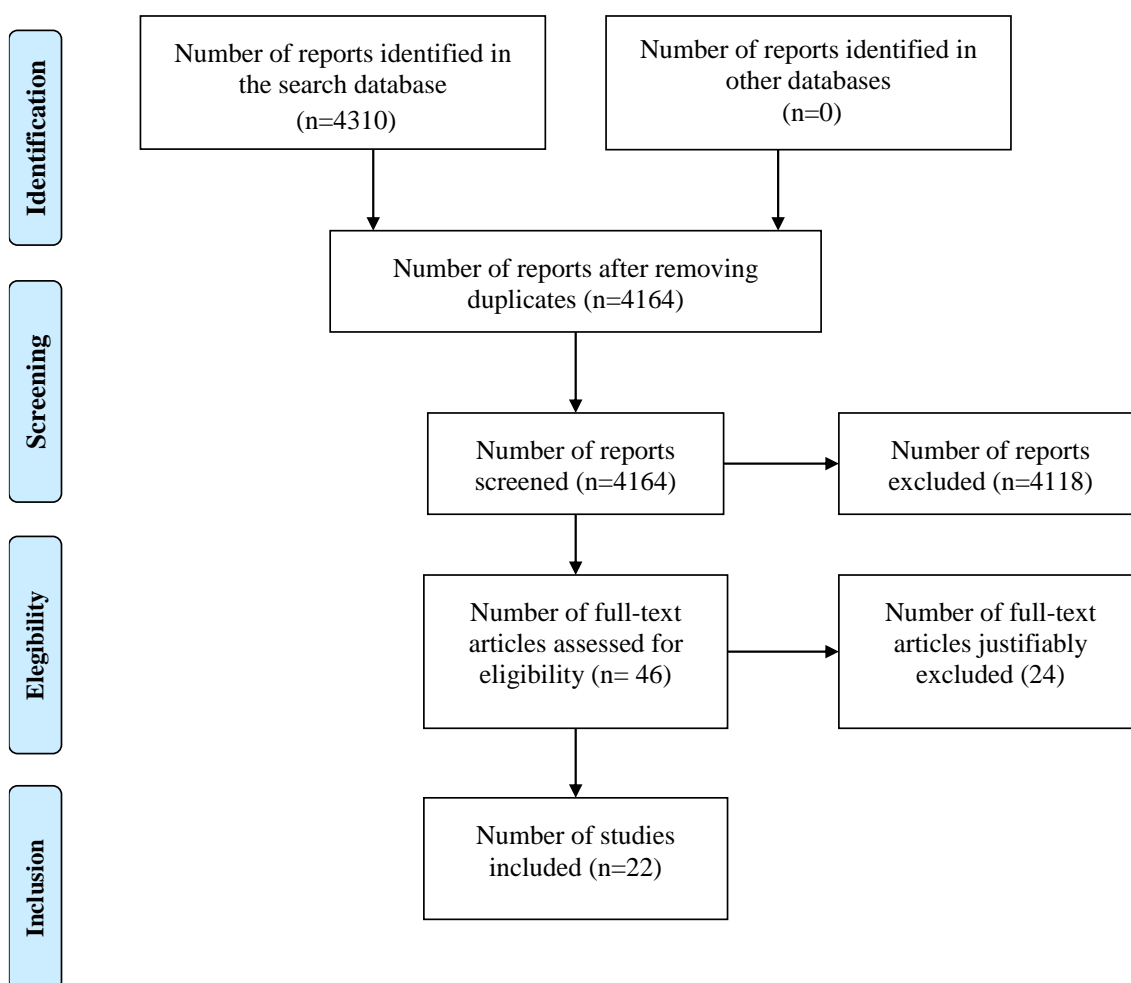


Figure 1. Flowchart of the selection process of primary studies adapted from Preferred Reporting Items for Systematic Review and Meta-Analyses (PRISMA).

The extraction of data from the selected studies was performed using an instrument created by the reviewers, which included the identification of the article, reference, objective, abstract with keywords, location and year of the study, methodological characteristics (type of study and data collection technique), study sample, prevalence and type of violence and factors associated with the violence.

The critical assessment of the primary studies was performed considering the levels of evidence, according to the classification directed to the clinical question of the primary study for prognosis, prediction or etiology (Melnik & Fineout-Overholt, 2005). In such classification, the levels of evidence range from 1 to 5, according to the type of study: level 1 – synthesis of cohort study or case-control studies; level 2 – single cohort study or case-control studies; level 3 – meta-synthesis of qualitative or descriptive studies; level 4 – single qualitative or descriptive study; level 5 – expert opinion.

The data analysis was performed comprising the synthesis of primary studies, as well as comparisons between the main results that answer the review question, pointing out differences and similarities between the studies. In addition, a discussion was conducted with the analytical category of gender, associated with the synthesis of evidence, through authors who discuss the topic.

Results

For characterization purposes, of the 22 primary studies selected, 21 (95.5%) were published in English and one (4.5%) in Spanish. Nineteen studies were from the United States (86.5%). The others were from Cyprus (4.5%), Mexico (4.5%) and Ethiopia (4.5%), with one production each. Regarding the year of publication, four articles (18.2%) were published in 2009; three (13.6%) in 2010; seven (31.9%) in 2013; one (4.5%) in 2014; five (22.8%) in

2015 and two (9%) in 2016. As for the study design, 20 were cross-sectional (91%), one was cohort (4.5%) and one was mixed (4.5%). The classification of level of evidence (L) was of L4 for 95.5% and L2 for 4.5%. The authors of the articles were identified as being from the areas of Health Sciences and Social Sciences and Humanities.

The evidence available in literature mention different forms of gender-based violence among university women, perpetrated by intimate partners or other aggressors (physical, sexual, psychological and moral violence). The studies presented variations of samples between 73 and 10,541 students, in the context of public and private universities. Some studies had students in general as participants, and others only students from specific courses. The prevalence of gender-based violence in female university students reported in the studies varied between 1.3% (Kouta et al., 2013) and 85% (Buelna et al., 2009), differing according to the type of violence. Table 2 shows the synthesis of primary studies.

Table 2. Synthesis of primary studies containing authors, year of study, type of study, sample and main results, 2019

Author/year	Type of study	Sample	Main results
Amacker & Littleton/2013	Cross-sectional	N: 167 LE: G	About 20% (n = 33) reported being a victim of sexual assault and almost 23% (n = 38) reported being a victim of attempted sexual assault. All together, 31.1% (n = 52) of the participants reported at least one experience of sexual victimization (attempted, completed, or both).
Barrick et al./2013	Cross-sectional	N: 3951 LE: G	Nearly two-thirds of women reported having experienced intimate partner violence at least once in the year prior to the survey (64.7%). A higher percentage of women experienced verbal or controlling intimate partner violence (63.7%) than either physical (17.8%) or sexual intimate partner violence (1.4%). The results suggest that relatively less se forms of violence were the most common.
Buelna et al./2009	Cross-sectional	N: 290 LE: G	Of the victimization items, 79% (n = 228) reported psychological victimization, 37% (n = 107) reported physical victimization, 44% (n = 128) reported sexual victimization, and 12% (n = 35) reported being injured as a result of victimization. In total, 85% (n = 247) of the women reported at least one form of victimization.
Buhi et al./2009	Cross-sectional	N: 391 LE: G e PG	One-fifth (n =78) of women reported stalking victimization while enrolled at their current institution. Among the women reporting stalking victimization, the most frequent stalking behaviors reported were the following: being watched from afar (64.9%; n = 51), being followed or spied on (62.8%; n = 49), being waited for outside or inside places (eg, house, classes, or work; 53.2%; n = 41), receiving unsolicited phone calls (51.3%; n = 40), and receiving unsolicited e-mails (44.9%; n = 35).
Carey et al./2015	Cross-sectional	N: 483 LE: G	During the first year of college, 15% (n = 74) reported incapacitated rape (attempted or completed) and 9% (n = 43) reported forcible rape (attempted or completed).

Dixon, et al./2015	Cross-sectional	N: 887 LE: G	69.2% of the participants reported being in non-violent relationships and 30.8% reported some form of physical intimate partner violence in their relationships. The most common pattern of intimate partner violence reported was perpetration only (11.9%; n = 111), followed by bidirectional (10.6%; n = 99), and victimization only (7.4%; n = 69).
Fontenot & Fantasia/2010	Cross-sectional	N: 1.401	10.4% (n = 146) of the women reported that they had already had sex with someone after they said or showed them that they did not want to; 3.4% (n = 47) reported uncertainty about having sex with someone after having said or shown that they did not want to. Of those who indicated having experienced unwanted sex, 37% (n = 54) indicated that it occurred within the last 12 months.
Hossain et al./2014	Cross-sectional	N: 10,541 LE: G	15.6% (n = 1,644) of the sample of female university students reported having experienced sexual violence and 84.4% (n = 8,897) reported not having experienced sexual violence.
Katz & Rich/2015	Cohort	N: 99 LE: G	About 35% (n = 34) of the sample reported at least one incident of physical intimate partner violence, and about 57% reported at least one incident of sexual intimate partner violence before their most recent breakup. Regarding pre-breakup covictimization, 34% (n = 33) reported no intimate partner violence, 30.3% (n = 30) reported sexual intimate partner violence only, 9.1% (n = 9) reported physical intimate partner violence only, and 26.3% (n = 26) reported both physical and sexual intimate partner violence. Post-breakup, about 19.2% (n = 19) of women reported at least one incident of physical intimate partner violence, and 29.3% (n = 29) reported at least one incident of sexual intimate partner violence.
Kouta et al./2013	Mixed	N: 476 LE: G	The percentage of young women having an unwanted sexual experience (such as oral sex, touching genitals under clothes) is 12%. Rape attempts were reported by 1.3% (n = 5) of the participants, 1.9% (n = 7) reported being forced to have oral sex and 1.9% (n = 7) reported that they had been date raped.
Krebs et al./2009	Cross-sectional	N: 5,446 LE: G	Nineteen percent (n = 1,073) of the women reported experiencing completed or attempted sexual assault since entering college. Since entering college, 13.7% (n = 782) of the women experienced completed sexual assault and 12.6% (n = 682) experienced attempted sexual assault. Eleven point one percent (n = 651) of the women suffered sexual assault while they were incapacitated since entering college. Sexual assault enabled by alcohol or other drugs was experienced by 7.8% (n = 466) of the women since they entered college. During college, the prevalence of completed incapacitated sexual assault is considerably higher than in the period prior to college.
Lindquist et al./2013	Cross-sectional	N: 3,951 LE: G	4.5% of the women have experienced completed physically forced sexual assault since entering college (n = 188) and 6.2% of the women have experienced incapacitated sexual assault since entering college (n = 250).
Messman-Moore et al./2013	Cross-sectional	N: 353 LE: G	Approximately 15.6% (n = 55) of the sample reported alcohol-involved rape, indicating they had experienced unwanted oral, vaginal or anal sex because they were unable to give consent to or resist the perpetrator due to their own alcohol (or substance) use.
Paredes & Ventura/2010	Cross-sectional	N: 73 LE: G	Regarding the presence of physical violence, 91.8% (n = 67) said they had never been mistreated by their partner, however, 2.7% (n = 2), 1.4% (n = 1) and 4.1% (n = 3) reported that they have always, sometimes and rarely, respectively, experienced aggressive behavior from their partner.
Sandberg et al./2016	Cross-sectional	N: 133 LE: G	21% of the participants reported experiencing physical assault victimization within a romantic relationship during the 6-month follow-up period. Eighteen (13.5%) participants reported experiencing two or more types of intimate partner violence victimization during the follow-up period.

Schry & White/2013	Cross-sectional	N: 672 LE: G	25.7% of participants reported sexual contact in the last 12 months (n = 173); 14.1% of participants reported attempted coercion in the past 12 months (n = 95); 8% of students reported coercion in the past 12 months (n = 54); 16.1% of participants reported attempted rape in the last 12 months (n = 108) and 14.9% of participants reported rape in the last 12 months (n = 100).
Sutherland et al./2015	Cross-sectional	N: 972 LE: G e PG	Intimate partner violence was reported by 20.6% (n = 201) of the respondents. Almost 8% of the college women (n = 76) reported an act of reproductive coercion (pregnancy coercion or birth control sabotage). Nearly 82% (62/76) of women who reported reproductive coercion were told not to use birth control and 26% (20/76) of the women were forced to have sex without a condom or other birth control method (birth control sabotage). Being told not to use any birth control was the most common act of pregnancy coercion (n = 62) reported. Nearly 14% (11/76) of women who reported reproductive coercion had partners take off condoms during sex.
Sutherland et al./2016	Cross-sectional	N: 615 LE: G	In the past 6 months, approximately 8.2% of participants (n = 51) had experienced either intimate partner violence/sexual violence or both by a partner or ex-partner. The most commonly reported acts of recent violence were forced unwanted sexual activities (13.2%; n = 29), physical violence (9.1%; n = 20) and forced sex (3.6%; n = 8), and (3.6%; n = 8) reported being afraid of the significant other, partner, or ex-partner.
Messman-Moore et al./2009	Cross-sectional	N: 276 LE: G	Of women who completed all four sessions of the study (n = 276), 9% (n = 26) reported rape during the study period. Most assaults that occurred during the study also were substance related (88%, n = 23); 69% (n = 18) were because of the respondent's inability to consent or resist owing to her use of alcohol or substances in the absence of force, 19% (n = 5) were because of a combination of substance-related impairment and force or threats of force, and 12% (n = 3) were because of threats or use of force in the absence of substance-related impairment.
Tora/2013	Cross-sectional	N: 374 LE: G	Among the victims of attempted rape, 30.9% (n = 25), experienced it during enrollment year in the university, whereas 11.1% (n = 9) of respondents experienced it during second and above years in the university. As much as 32.1% (n = 9) of completed rape cases became victims during enrollment year in the university, and the experience of completed rape during second and above years in the university constituted 10.7% (n = 3). Among the respondents who reported experiencing physical harassment, 31.1% (n = 23) experienced it during enrollment year in the university and 13.5% (n = 10) experienced it during second and above years in the university. Among the women who reported experiencing verbal harassment, 38.7% (n = 24) experienced it during enrollment year in the university and 9.7% (n = 6) experienced it during second and above years in the university. Among the women who reported experiencing forced sexual initiation, 41.2% (n = 14) experienced it during enrollment year in the university, and 8.8% (n = 3) experienced it during second and above years in the university.
Wigderson & Katz/2015	Cross-sectional	N: 254 LE: G	About 15.7% (n = 40) of the sample reported one or more experiences of sexual assault during college.
Yoon et. al/2010	Cross-sectional	N: 410 LE: G	More than 50% of all the women (total n = 226) reported having been sexually harassed at least once or twice (33%; n = 135), whereas a significant percentage (22.2%; n = 91) reported that they had been sexually harassed on multiple occasions.

N = number of participants/sample; LE = level of education; G = graduation; PG = post-graduation.

Discussion

The evidence found in this review demonstrate that women are subject to various forms of violence while enrolled at the university, which are associated with certain social and behavioral factors. Of the four countries from which the articles originated, the USA, Mexico and Ethiopia presented an increase in the enrollment of women in universities between 1990 and 2008 (McDaniel, 2014), which may indicate the representativeness of these countries in the corpus of the present study.

The studies confirm that most of the violence suffered by women is perpetrated by men, especially intimate partners or boyfriends (Barrick, Krebs & Lindquist, 2013; Buelna, Ulloa & Ullibarri, 2009; Dixon, Edwards & Gidycz, 2015, Paredes & Ventura, 2010; Sandberg, Valdez, Engle & Menghrajani, 2016; Sutherland, Fantasia & Fontenot, 2015). Other studies show that, in addition to the above-mentioned aggressors, women also suffer violence from ex-partners (Katz & Rich, 2015; Sutherland, Fantasia & Hutchinson, 2016), friends (Buhi, Clayton & Surrency, 2009; Kouta, Tolma & Pavlou, 2013; Lindquist et al., 2013), classmates, acquaintances, co-workers or employers, professors or graduate assistants, roommates, fraternity members or someone else (Buhi, Clayton & Surrency, 2009; Lindquist et al., 2013; Tora, 2013). One can notice that female students are often not safe in their social circles and are assaulted by people they trust.

Gender-based violence perpetrated against university women is associated with the age group, as younger women report higher rates of intimate partner violence (Barrick et al., 2013). In addition, women aged between 18 and 19 are 1.6 times more likely to experience sexual violence when compared with older women of the same population (Hossain, Memiah & Adeynka, 2014). Likewise, women under the age of twenty are more likely to experience attempted rape (Tora, 2013). However, regarding sexual violence, there is divergence in these

results, since in one study the sexually assaulted group was significantly older than the group that did not suffer that type of assault (Wigderson & Katz, 2015).

White women were less likely to experience any intimate partner violence (0.87 times) (Barrick et al., 2013). Being a black woman was significantly associated with sexual violence (1.35 times more likely) (Hossain et al., 2014), attempted rape and sexual harassment (Yoon, Funk & Kropf, 2010), and white women were more likely to be harassed once or twice, whereas black female students were more likely to be harassed frequently (Yoon et al., 2010). In addition, regarding reproductive coercion, one of the studies evidenced higher rates among Hispanic women (Sutherland et al., 2015). One can infer, therefore, that some forms of gender-based violence are related to race/ethnicity.

These data reflect the racism still present not only in society in general, but also within institutions, in this case, the universities. Moreover, such data emphasize the differences in the way that violence is directed at women, which converges with the concept of intersectionality, in which one recognizes the structural and dynamic consequences of the interaction between two or more axes of subordination (Crenshaw, 2002).

In one study, women who reported being attracted only to women were more likely to experience intimate partner violence when compared with those who were attracted only to men. Thus, homosexual women were 3.31 times more likely to experience any intimate partner violence, 1.98 times more likely to experience physical or sexual intimate partner violence, and 3.47 times more likely to experience verbal or controlling intimate partner violence. In addition, bisexual women were more likely (1.45 times) to experience intimate partner violence, both physical/sexual and verbal/controlling (Barrick et al., 2013).

For this reason, it is worth to contemplate the relationship between sexual orientation/attraction and gender-based violence. Thus, Bandeira's reflection (2014) can be pointed out, which states that gender-based violence occurs motivated by expressions of

inequality based on hierarchical gender relations, but emphasizes the need to consider the modifications resulting from marks such as age, class, sexual orientation, among others.

Regarding the relationship status of the female students, it is pointed out as a factor related to gender-based violence, but divergences were found in the identified evidence. Women who had a spouse or domestic partner were more likely to report any type of intimate partner violence (2.80 times) and verbal or controlling intimate partner violence (2.89 times). In addition, women who have had a boyfriend or at least one sexual partner since entering college were more likely to report all types of intimate partner violence studied (Barrick et al., 2013).

A study conducted in Ethiopia found that female students with previous experience of sexual intercourse were more likely (0.099) to report attempted rape and physical harassment (0.429), compared with those who had no experience of sexual intercourse (Tora, 2013). Corroborating these data, an investigation conducted in the United States showed that only one of the 55 sexually abstinent women (2.5%) reported sexual assault, whereas almost a fifth of the non-abstinent women (19.6%, $n = 39$) reported experiencing assault, thus sexual abstinence seemed to protect women from sexual assault (Wigderson & Katz, 2015).

Moreover, the number of sexual partners was significantly associated with the experience of unwanted sex (Fontenot & Fantasia, 2010) and sexual violence (Hossain et al., 2014). Women who reported having two or more sexual partners were 3.17 times more likely to experience sexual violence compared with those who had no sexual partner (Hossain et al., 2014). Conversely, there are also evidence showing that female students who did not have a boyfriend were more likely to experience rape and reported higher levels of physical harassment (Tora, 2013).

Being a member of a social fraternity or sorority was another aspect that presented divergences in the results of the studies. Women who belonged to social sororities reported

being stalked more than did women who did not belong to those organizations (Buhi et al., 2009). Likewise, becoming a member of a social fraternity or sorority appeared to be significantly associated with sexual violence. Women who reported being a member of a social fraternity or sorority group were more than 1.33 times more likely to have experienced sexual violence compared with those who were not members of those social groups (Hossain et al., 2014). However, another study evidenced that being a sorority member was negatively associated with experiencing physical or sexual intimate partner violence (Barrick et al., 2013).

Another factor that is related to gender-based violence among female university students is the living arrangement. Studies have demonstrated that women who lived on campus presented higher levels of stalking (Buhi et al., 2009) and were 1.6 times more likely to experience sexual violence (Hossain et al., 2014). Regarding the period of higher risk, the experiences of verbal harassment and forced sexual initiation were more likely to occur during enrollment year in the university (Tora, 2013).

The use of alcohol by female students is also a risk factor for suffering sexual violence (Hossain et al., 2014; Wigderson & Katz, 2015), as well as the behavior of binge drinking (understood as more than five consecutive doses) (Hossain et al., 2014; Fontenot & Fantasia, 2010). However, women who reported binge drinking at least once a month since entering college were less likely to experience any intimate partner violence (Barrick et al., 2013).

Moreover, in one of the studies, marijuana use was significantly associated with sexual violence (Hossain et al., 2014). In addition, women who reported using other illicit drugs since entering college were more likely to experience physical or sexual intimate partner violence than those who did not. However, in the same study, marijuana use was not associated with intimate partner violence (Barrick et al., 2013).

The evidence about revictimization was diverse, showing that it depends on the type of violence that occurred. Experiencing physically forced sexual assault before entering college was associated with an increased risk (1.54 times) for experiencing any intimate partner violence (Barrick et al., 2013) and increased the rates of forcible rape during college (Carey, Durney, Shepardson & Carey, 2015). Additionally, incapacitated sexual assault (when one is unable to provide consent) before entering college was associated with an increased (1.81 times) risk for experiencing physical or sexual intimate partner violence (Barrick et al., 2013) and increased the rates of forcible and incapacitated rape during college (Carey et al., 2015).

In addition, female students who were victims of rape or attempted rape during college also reported experiencing more stalking. The stalking victimization consists of situations such as being watched from afar, being followed or spied on, being waited for outside or inside places such as house, classes or work, receiving unsolicited phone calls, e-mails or gifts, among others. The most frequent stalker was the boyfriend or ex-boyfriend, followed by classmate, acquaintance and friend, and could also be a coworker, professor or graduate assistant (Buhi et al., 2009).

Regarding revictimization, having previously experienced intimate partner violence was an evidence associated with a 3.68 times higher risk for subsequent victimization (Messman-Moore, Ward & Brown, 2009). In addition, a history of reproductive coercion was associated with reports of intimate partner violence (Sutherland et al., 2015).

One of the studies analyzed showed results regarding intimate partner violence before and after the relationship ended. Pre-breakup physical intimate partner violence was a significant predictor of post-breakup physical intimate partner violence, in the same way as pre-breakup sexual intimate partner violence preceded post-breakup sexual intimate partner violence (Katz & Rich, 2015).

Based on these data, one can observe that female students are at risk of suffering violence even after the relationship with the aggressor has ended. Along these lines, Saffioti (2001) points out that, in addition to the territorial conception, there is the symbolic conception of private domain, which gives men the right to exercise their power over women even after the termination of the relationship. Furthermore, the author adds about the trivialization of violence in the private sphere on the part of the State, who does not intervene to tackle this issue, which increases the difficulty of female students in stopping the violence suffered.

Conclusion

The present study revealed that gender-based violence among female university students varies according to its typification, and is mostly perpetrated by men who are part of their social circle. One may also conclude that the violence are associated to social markers, as young, black and non-heterosexual female students are at higher risk of suffering gender-based violence during the period they are in university. Additionally, other evidenced factors associated with prevalence were: having a greater number of sexual partners, living on the university campus, using alcohol and other drugs and having a previous experience of violence. By critically analyzing the articles through the classification of evidence from primary studies, most (20) had evidence level 4 (cross-sectional studies), which indicates the need for primary cohort studies on the theme in question.

It is recommended to expand and direct violence prevention strategies in university institutions. Such strategies can take place through the implementation of policies, discussions and events on gender equality, as well as researches to identify the prevalence of violence in university environments.

References:

- Amacker, A. M., & Littleton, H. L. (2013). Perceptions of Similarity and Responsibility Attributions to an Acquaintance Sexual Assault Victim. *Violence Against Women*, 19(11), 1384–1407. doi:10.1177/1077801213514860
- Bandeira, L. M. (2014). Violência de gênero: a construção de um campo teórico e de investigação. *Revista Sociedade e Estado*, 29(2).
- Bandeira, L. M. (2017) Trotes, assédios e violência sexual nos campi Universitários no Brasil. *GÊNERO*, 17(2), 49-79.
- Barchi, F., Winter, S., Dougherty, D., & Ramaphane, P. (2018). Intimate partner violence against women in northwestern Botswana: the maun women's study. *Violence Against Women*, 24 (16), 1909-1927. doi: 10.1177/1077801218755976
- Barrick, K., Krebs, C. P., & Lindquist, C. H. (2013). Intimate Partner Violence Victimization Among Undergraduate Women at Historically Black Colleges and Universities (HBCUs). *Violence Against Women*, 19(8), 1014–1033. doi:10.1177/1077801213499243
- Barros, E.N., Silva M.A., Falbo Neto G.H., Lucena S.G., Ponzo, L., & Pimentel, A.P. (2016). Prevalence and factors associated with intimate partner violence among women in Recife/Pernambuco, Brazil. *Ciência & Saúde Coletiva*, 21 (2), 591-598. doi: 10.1590/1413-81232015212.10672015
- Biroli, F. (2018). *Gênero e Desigualdades: os limites da democracia no Brasil*. São Paulo: Boitempo.
- Brasil. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. (2018). *Resumo técnico: Censo da Educação Superior 2018*. 2ªed., Brasília, D.F.: Ministério da educação.
- Buelna, C., Ulloa, E. C., & Ulibarri, M. D. (2009). Sexual Relationship Power as a Mediator Between Dating Violence and Sexually Transmitted Infections Among College Women. *Journal of Interpersonal Violence*, 24(8), 1338–1357. doi:10.1177/0886260508322193
- Buhi, E. R., Clayton, H. & Surrency, H. H. (2009). Stalking Victimization Among College Women and Subsequent Help-Seeking Behaviors. *Journal of American College Health*, 57(4), 419–426. doi:10.3200/jach.57.4.419-426
- Carey, K. B., Durney, S. E., Shepardson, R. L., & Carey, M. P. (2015). Incapacitated and Forcible Rape of College Women: Prevalence Across the First Year. *Journal of Adolescent Health*, 56(6), 678–680. doi:10.1016/j.jadohealth.2015.02.018
- Carneiro, J. B., Gomes, N. P., Estrela, F. M., Santana, J. D., Mota, R. S. & Erdmann, A. L. (2017) Violência conjugal: repercussões para mulheres e filhas(os). *Esc Anna Nery*, 21(4). doi: 10.1590/2177-9465-ean-2016-0346.

- Crenshaw, K. (2002). Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Revista Estudos Feministas*, 10(1), 171-189. doi: 10.1590/S0104-026X2002000100011.
- Damra, J. K. & Abujilban, S. (2018). Violence against women and its consequences on women's reproductive health and depression: a Jordanian sample. *Journal of Interpersonal Violence*, 1-17. doi: 10.1177/0886260518770649
- Dixon, K. J., Edwards, K. M., & Gidycz, C. A. (2015). The Association of Investment Model Variables and Dyadic Patterns of Physical Partner Violence. *Journal of Interpersonal Violence*, 31(16), 2751–2770. doi:10.1177/0886260515580364
- Fernández, M. D., Silva, I. M. M., Vázquez-Portomeñe, F. & Calvo, M. S. R. (2017). Características y consecuencias de la violencia de género: estudio de casos confirmados por sentencia judicial. *Rev Esp Med Legal*, 43(3), 115- 122. doi: 10.1016/j.reml.2017.05.001.
- Fontenot, H. B. & Fantasia, H. C. (2010). Unwanted sex. *The Nurse Practitioner*, 35(10), 49–53. doi:10.1097/01.npr.0000388209.08734.81
- Hossain, M. B., Memiah, P. & Adeynka, A. (2014). Are female college students who are diagnosed with depression at greater risk of experiencing sexual violence on college campus? *Journal of health care for the poor and underserved*, 25 (3), 1341-1359. doi: 10.1353/hpu.2014.0146.
- Kachaeva, M., & Shport, S. (2017). Psychological and psychiatric consequences of violence against Women. *European Psychiatry*, 41, S904. doi:10.1016/j.eurpsy.2017.01.1851
- Katz, J. & Rich, H. (2015). Partner Covictimization and Post-Breakup Stalking, Pursuit, and Violence: A Retrospective Study of College Women. *Journal of Family Violence*, 30(2), 189–199. doi:10.1007/s10896-014-9665-7
- Kavak, F., Aktürk, Ü., Özdemir, A., & Gültekin, A. (2018). The relationship between domestic violence against women and suicide risk. *Archives of Psychiatric Nursing*, 32 (4), 574–579. doi: 10.1016/j.apnu.2018.03.016
- Kotan, Z., Kotan, V.O., Yalvaç, H.D., & Demir, S. (2017). Association of domestic violence against women with sociodemographic factors, clinical features, and dissociative symptoms in patients who receive services from psychiatric outpatient units in Turkey. *Journal of Interpersonal Violence*, 1-21. 2017. doi: 10.1177/0886260517703372
- Kouta, C., Tolma, E. L. & Pavlou, S. E. (2013). Date rape among Cypriot female college students: an explorative study. *Global Health Promotion*, 20(3), 38–46. doi:10.1177/1757975913499033
- Krebs, C. P., Lindquist, C. H., Warner, T. D., Fisher, B. S., & Martin, S. L. (2009). College Women's Experiences with Physically Forced, Alcohol- or Other Drug-Enabled, and Drug-Facilitated Sexual Assault Before and Since Entering College. *Journal of American College Health*, 57(6), 639–649. doi:10.3200/jach.57.6.639-649

- Leite, F. M. C., Santos, D. F., Castro, D. S., Netto, L. A., Moura, M. A. V. & Lima, E. F. A. (2017). Percepção de mulheres acerca da violência vivenciada. *Rev Fund Care Online*, 9(1), 193-199. doi: 10.9789/2175-5361.rpcfo.v9.5353
- Lindquist, C. H., Barrick, K., Krebs, C., Crosby, C. M., Lockard, A. J. & Sanders-Phillips, K. (2013). The Context and Consequences of Sexual Assault Among Undergraduate Women at Historically Black Colleges and Universities (HBCUs). *Journal of Interpersonal Violence* 28(12) 2437–2461. doi: 10.1177/0886260513479032.
- Mc Daniel, A. (2014). Women's Rising Share of Tertiary Enrollment: A Cross-National Analysis. *FIRE: Forum for International Research in Education*, 1 (2).
- Melnyk, B. M. & Fineout-Overholt, E. (2005). Making the case for evidencebased practice. In: Melnyk, B. M., Fineout-Overholt E. *Evidencebased practice in nursing & healthcare. A guide to best practice*. (pp.3-24), Philadelphia: Lippincot Williams & Wilkins.
- Messman-Moore, T. L., Ward, R. M., & Brown, A. L. (2009). Substance Use and PTSD Symptoms Impact the Likelihood of Rape and Revictimization in College Women. *Journal of Interpersonal Violence*, 24(3), 499–521. doi:10.1177/0886260508317199
- Messman-Moore, T. L., Ward, R. M., & DeNardi, K. A. (2013). The Impact of Sexual Enhancement Alcohol Expectancies and Risky Behavior on Alcohol-Involved Rape Among College Women. *Violence Against Women*, 19(4), 449–464. doi:10.1177/1077801213487058
- Navarro-Mantas, L. & Velásquez, M. J. (2016). Herramientas para prevenir la violencia de género: implicaciones de un registro diario de situaciones de desigualdad de género. *Acta Colombiana de Psicología*, 19(2), 139-148. doi: 10.14718/ ACP.2016.19.2.7
- Organización Panamericana de la Salud & Centers for Disease Control and Prevention. (2014). *Violencia contra las mujeres en América Latina y el Caribe: análisis comparativo de datos poblacionales de 12 países*. Washington, D.C.
- Paredes, J. M. H. & Ventura, C. A. A. (2010). Consumo de alcohol y violencia doméstica contra las mujeres: un estudio con estudiantes universitarias de México. *Rev. Latino-Am. Enfermagem*, 18, 557-64 doi: 10.1590/S0104-11692010000700011
- Pinto, E. J. S., Amorim, V. G. & Carvalho, M. E. P. (2016). Entre discriminação explícita e velada: experiências de alunas de física na educação superior. *Rev. Diversidade e Educação*, 4 (8), 13-32.
- Ricoldi, A. & Artes, A. (2016) Mulheres no ensino superior brasileiro: espaço garantido e novos desafios. *ex aequo*, 33, 149-161.
- Saffioti, H. I. B. (2001). Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero. *Cadernos Pagu*, 16, 115-136.
- Saffioti, H. I. B. (2015). *Gênero, patriarcado, violência*. São Paulo: Expressão Popular.
- Sandberg, D. A., Valdez, C. E., Engle, J. L., & Menghrajani, E. (2016). Attachment Anxiety as a Risk Factor for Subsequent Intimate Partner Violence Victimization. *Journal of Interpersonal Violence*, 088626051665131. doi:10.1177/0886260516651314

- Santos, H. C. C., Ramos, E. S. & Espínola, M. R. B. (2015). Rompendo barreiras, conquistando espaços: o movimento feminista no combate às desigualdades à luz da constituição federal de 1988. *Revista Dat@venia*, 7 (1), 158-170. doi: 10.20887/rdtv.ccj.2015v7i1p158-170
- Santos, M. S. & Jaeger, F. P. (2018). “Até hoje não sei o que é a palavra amor!”: o impacto do abuso sexual em mulheres. *DiÁLOGO*, 37, 9-20. doi: 10.18316/dialogo.v0i37.3430
- Schry, A. R., & White, S. W. (2013). Sexual Assertiveness Mediates the Effect of Social Interaction Anxiety on Sexual Victimization Risk Among College Women. *Behavior Therapy*, 44(1), 125–136. doi:10.1016/j.beth.2012.09.001
- Scott, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. (1995). *Educação & Realidade*, 20 (2), 71-99.
- Sutherland, M. A., Fantasia, H. C., & Fontenot, H. (2015). Reproductive Coercion and Partner Violence among College Women. *Journal of Obstetric, Gynecologic & Neonatal Nursing*, 44(2), 218–227. doi:10.1111/1552-6909.12550
- Sutherland, M. A., Fantasia, H. C., & Hutchinson, M. K. (2016). Screening for Intimate Partner and Sexual Violence in College Women: Missed Opportunities. *Women's Health Issues*, 26(2), 217–224. doi:10.1016/j.whi.2015.07.008
- Tetikcok, R., Ozer, E., Cakir, L., Enginyurt, O., İscanli, M. D., Cankaya, S., & Ozer, F. (2016). Violence towards women is a public health problem. *Journal of Forensic and Legal Medicine*, 44, 150–157. doi:10.1016/j.jflm.2016.10.009
- The Joanna Briggs Institute. (2014). *The Systematic Review of Prevalence and Incidence Data*. Austrália: Autor.
- Tora, A. (2013). Assessment of Sexual Violence Against Female Students in Wolaita Sodo University, Southern Ethiopia. *Journal of Interpersonal Violence*, 28(11), 2351–2367. doi:10.1177/0886260512475316
- Whittemore, R. & Knafl, K. (2005). The integrative review: updated methodology. *Journal of Advanced Nursing*, 52(5), 546–553.
- Wigderson, S. & Katz, J. (2015). Feminine Ideology and Sexual Assault. *Violence Against Women*, 21(5), 616–631. doi:10.1177/1077801215573333
- Yoon, E., Funk, R. S. & Kropf, N. P. (2010). Sexual Harassment Experiences and Their Psychological Correlates Among a Diverse Sample of College Women. *Affilia*, 25(1), 8–18. doi:10.1177/0886109909354979

4 MÉTODO

4.1 TIPO DE ESTUDO

Trata-se de um estudo quantitativo e delineamento transversal. Neste tipo de estudo, a investigação é realizada apenas em um momento, sem intervenção do pesquisador, o qual atua como expectador diante dos fatos. Também, possibilita a coleta de uma grande quantidade de dados em um curto período de tempo (POLIT; BECK, 2019).

4.2 CENÁRIO DO ESTUDO

Este estudo foi realizado na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), uma instituição pública de ensino superior, sediada no município de Santa Maria, RS. A UFSM foi fundada em 1960, sendo a primeira universidade brasileira fora de uma capital. Atualmente, além do campus sede, a instituição conta com mais três campi: Cachoeira do Sul, Frederico Westphalen e Palmeira das Missões.

Considerando os dados referentes ao segundo semestre de 2018, a instituição possui 28.073 estudantes, sendo 26.007 com matrícula regular, distribuídos nas diversas modalidades de ensino. Na modalidade de ensino presencial, a UFSM possui 537 estudantes matriculados no nível médio, 1.483 no nível pós-médio, 19.219 alunos de graduação e 4.665 de pós-graduação. Ressalta-se que estes são os números totais, entre homens e mulheres, disponibilizados no *site* da instituição (UFSM, 2019).

4.3 PARTICIPANTES DO ESTUDO

Para esta pesquisa, as participantes foram as mulheres estudantes universitárias com matrícula regular em cursos técnicos pós-médio, de graduação ou pós-graduação, na modalidade presencial de qualquer um dos quatro campi da UFSM, a saber: Santa Maria (sede), Palmeira das Missoes, Frederico Westphalen e Cachoeira do Sul.

Desta forma, definiu-se como critério de inclusão para participação no estudo: ser estudante do sexo feminino que se identifica com o gênero feminino e; ser estudante do sexo masculino que se identifica com o gênero feminino, possuindo nome social vinculado à instituição no período da coleta de dados. Foram critérios de exclusão: estudantes do sexo feminino que se identificassem com o gênero masculino (homens transgênero) e mulheres que

ingressaram na instituição no segundo semestre de 2018, período em que a coleta de dados já havia iniciado.

De acordo com os dados disponibilizados pelo Centro de Processamento de Dados (CPD) da UFSM, a população de estudantes que atendiam aos critérios era de 12.405 mulheres. Desta forma, considerando a confiabilidade de 95% e o erro amostral de 5%, a amostra mínima do estudo foi de 373 mulheres. Para este estudo a amostra foi de 1.469 mulheres estudantes universitárias.

4.4 COLETA DE DADOS

A coleta de dados ocorreu por meio de um questionário online, criado pelas próprias pesquisadoras. Este questionário contém três sessões:

1. Dados pessoais e acadêmicos, visando caracterizar as respondentes;
2. Identificação e caracterização da situação de violência de gênero, caso houvesse (tipificação, período e local de ocorrência, agressor ou agressora, etc.);
3. Roteiro de descrição da rota crítica; objetivando identificar os locais e/ou pessoas que as mulheres consideraram pontos para sua rota no enfrentamento das situações de violência.

Ainda, para fins de caracterização das participantes do estudo, foram utilizados dados acadêmicos disponibilizados pelo CPD (data de nascimento, nacionalidade, naturalidade, nível do curso, nome do curso, campus e data de ingresso no curso atual).

Ressalta-se que a seção dois do questionário (Identificação e caracterização da situação de violência de gênero) foi construída a partir da tipificação apontada na lei Maria da Penha (BRASIL, 2006). Também, a seção três (Roteiro de descrição da rota crítica) foi adaptada a partir do guia de entrevista às mulheres em situação de violência intrafamiliar, sugerido por Shrader e Sagot (2000) e publicado pela OPAS. Neste documento, as autoras possibilitam a adaptação do guia para outros contextos e populações, podendo abordar outros tipos de violência.

O questionário foi revisado por professoras com experiência no tema e por alunos de pós-graduação com experiência na utilização de questionários, estes últimos vinculados ao Grupo de Pesquisa que a autora participa. Após as adequações, foi realizada uma reunião com profissionais do CPD da UFSM, para adaptação das seções do questionário e submissão no Portal do Aluno da UFSM.

Então, o questionário passou por uma etapa de teste piloto, em que foi disponibilizado

para mulheres estudantes de graduação e pós-graduação, participantes do grupo de pesquisa que a autora integra e pessoas de sua rede de contatos, sendo realizadas as adequações sugeridas. Devido à necessidade de adequação, as respostas recebidas na etapa de teste piloto foram descartadas, contudo, as estudantes que responderam fazem parte da população do estudo, podendo ou não estar na amostra.

Após, deu-se início à agenda de divulgação da pesquisa na instituição, a qual se deu por meio de cartazes e panfletos impressos, cartaz digital (APÊNDICE A) para divulgação nas redes sociais e via e-mail aos centros acadêmicos, bem como divulgação na página de notícias da UFSM (APÊNDICE B).

A coleta de dados ocorreu entre os meses de junho e agosto de 2019. Assim que o questionário foi disponibilizado no portal do aluno da instituição, na aba “questionários”, foi enviada notificação via e-mail convidando as participantes. Após três semanas decorridas da data de início, um novo e-mail, idêntico ao anterior, foi enviado exclusivamente às não respondentes até aquele momento.

4.4.1 Variáveis do estudo

A seleção das variáveis deste estudo foi realizada com base nas evidências identificadas na literatura, em artigos científicos sobre violência de gênero em mulheres estudantes universitárias.

4.4.1.1 Variáveis dependentes

Para este estudo, foram definidas duas variáveis de desfecho:

- a) Sofrer violência após ingresso na universidade (sim, não);
- b) Rota crítica (sim, não).

4.4.1.2 Variáveis independentes

- a) Campus: Santa Maria, Palmeira das Missões, Frederico Westphalen, Cachoeira do Sul – *qualitativa nominal*;
- b) Unidade de ensino: Colégio Politécnico, Colégio Técnico Industrial de Santa Maria (CTISM), Centro de Ciências da Saúde (CCS), Centro de Ciências Sociais e Humanas (CCSH), Centro de Ciências Rurais (CCR) Centro de Ciências Naturais e Exatas

- (CCNE), Centro de Tecnologia (CT), Centro de Educação Física e Desportos (CEFD), Centro de Educação (CE) e Centro de Artes e Letras (CAL) – *qualitativa nominal*;
- c) Nível do curso: pós-médio, graduação, especialização, pós-graduação – *qualitativa ordinal*;
- d) Faixa etária: até 20 anos, de 21 a 25 anos, de 26 a 30 anos, de 31 a 35 anos, de 36 a 40 anos, de 41 a 45 anos, de 46 a 50 anos, mais de 51 anos – *qualitativa ordinal*;
- e) Raça/etnia: branca, preta, parda, indígena, amarela ou outra – *qualitativa nominal*;
- f) Deficiência: possui, não possui – *qualitativa nominal*;
- g) Identidade de gênero: cis gênero, transgênero – *qualitativa nominal*;
- h) Orientação sexual: heterossexual, homossexual, bissexual, pansexual, assexual – *qualitativa nominal*;
- i) Status de relacionamento: solteira, namorando, ficando, união estável, casada, divorciada ou viúva – *qualitativa nominal*;
- j) Vida sexual ativa: sim, não – *qualitativa nominal*
- k) Situação de moradia: sozinha, com amigos/as, com a família, com companheiro/a, moradia estudantil (CEU), outro – *qualitativa nominal*;

4.5 ANÁLISE ESTATÍSTICA DOS DADOS

Inicialmente, os dados foram extraídos do banco de dados do programa *Microsoft Office Excel* e inseridos no software *PASW Statistic®* (PredictiveAnalytics Software, da SPSS Inc., Chicago, USA) versão 21.0 para Windows.

As variáveis categóricas ou qualitativas foram descritas por meio de frequência absoluta (FA) e frequência relativa (FR), enquanto que as variáveis quantitativas por medidas de posição (média e mediana) e dispersão (desvio padrão).

Foram realizadas associações entre as variáveis dependentes e as variáveis independentes. Tendo em vista que as variáveis a serem comparadas são qualitativas, foram realizados teste do qui-quadrado (X^2) de Pearson e teste Exato de Fisher.

4.6 CONSIDERAÇÕES ÉTICAS DA PESQUISA

Esta pesquisa foi realizada sob os preceitos éticos e bioéticos da resolução nº 466/2012, do Conselho Nacional de Saúde (BRASIL, 2012). Desta forma, foram respeitadas as recomendações sobre pesquisas envolvendo seres humanos, entre elas o seu direito das

participantes à autonomia, privacidade e justiça.

Inicialmente o projeto foi registrado no Portal de Projetos e no Gabinete de Projetos de Pesquisa (GAP) da UFSM. Após, foi solicitada autorização institucional para acessar os dados das estudantes, fornecida pela Pró Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa (PRPGP) da UFSM. Em seguida, o projeto foi registrado na Plataforma Brasil e apreciado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da UFSM, com aprovação (ANEXO A) sob número do CAEE 10009319.7.0000.5346.

A coleta de dados foi realizada mediante utilização do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Tendo em vista que a coleta foi realizada por meio de questionário online, o TCLE foi disponibilizado em versão digital (APÊNDICE C), sendo necessário o aceite da participante como condição para acessar o questionário. Para as participantes com menos de 18 anos foi utilizado o termo de assentimento livre esclarecido (TALE), também em formato digital (APÊNDICE D). Dentre a amostra do estudo, quatro estudantes tinham menos de 18 anos (todas com 17 anos) no momento em que foi encerrada a coleta de dados.

Desta forma, as participantes foram informadas de que os **benefícios** esperados com este estudo são indiretos, sendo relacionados ao maior conhecimento sobre o enfrentamento da violência de gênero em mulheres universitárias, além da possibilidade de contribuir com novas investigações que abordem temáticas relacionadas à violência de gênero nesta população, bem como seu enfrentamento.

Os desconfortos ou **riscos** esperados foram relacionados à possibilidade de emergirem sentimentos e emoções devido à sensibilidade do tema, além do cansaço em decorrência do tempo despendido para o preenchimento do questionário. Assim, foi ressaltada a possibilidade de fazer pausas ou intervalos. Também, caso houvesse algum desconforto relacionado à participação na pesquisa, garantiu-se o direito das participantes à assistência gratuita, no Setor de Atenção Integral ao Estudante (SATIE), vinculado à Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (PRAE), na forma de acolhimento psicossocial. Este serviço está localizado no Prédio da União Universitária (2º andar), Campus Central da UFSM. As pesquisadoras realizaram contato prévio com o serviço, o qual emitiu termo de ciência da pesquisa.

O TCLE e o TALE também esclareceram às participantes a possibilidade de não aceitarem participar do estudo ou de retirar sua permissão a qualquer momento, sem nenhum tipo de prejuízo pela sua decisão. Além disso, as participantes foram informadas sobre a possibilidade de tirar qualquer dúvida ou pedir qualquer outra informação durante todo o período da pesquisa. Para isso, foi disponibilizado o contato das pesquisadoras e do Comitê de

Ética em Pesquisa. Além do TCLE e do TALE, as pesquisadoras assumiram o compromisso ético pelo Termo de Confidencialidade (APÊNDICE E), sendo assinado pelas mesmas.

Os dados oriundos desse estudo serão utilizados para responder aos objetivos elencados, além de compor um banco de dados, para possíveis releituras com outros referenciais teóricos. As informações desta pesquisa são confidenciais e poderão divulgadas, apenas, em eventos ou publicações, sem a identificação das voluntárias, a não ser entre as responsáveis pelo estudo, sendo assegurado o sigilo sobre sua participação.

A fim de garantir o anonimato das participantes, as respostas provenientes dos questionários receberam uma codificação numérica gerada pelo próprio sistema do CPD da UFSM.

Os dados estão sob responsabilidade da pesquisadora responsável, Dra. Stela Maris de Mello Padoin, podendo ser acessados pelas participantes do estudo a qualquer momento, pelo período de cinco anos. Após esse período, os dados serão destruídos.

5 RESULTADOS

Para facilitar a compreensão dos resultados, esta seção foi dividida em subseções, sendo estas:

- a) Caracterização sociodemográfica e acadêmica das mulheres estudantes universitárias;
- b) Caracterização das situações de violência de gênero relatadas pelas mulheres estudantes universitárias;
- c) Descrição da rota crítica das mulheres estudantes universitárias para o enfrentamento da violência de gênero;
- d) Associação entre a violência de gênero no período de vínculo com a universidade com as variáveis de interesse;
- e) Associação entre a rota crítica das mulheres estudantes universitárias com as variáveis de interesse.

5.1 CARACTERIZAÇÃO SOCIODEMOGRÁFICA E ACADÊMICA DAS MULHERES ESTUDANTES UNIVERSITÁRIAS

A amostra deste estudo foi composta por 1469 mulheres estudantes universitárias. Quanto à caracterização das estudantes, 99,5% (n=1461) eram brasileiras, 0,1% (n=2) eram brasileiras naturalizadas e 0,4% (n=6) eram estrangeiras, provenientes de países da América Latina. Em relação à naturalidade 36,1% (n=531) do total de participantes eram provenientes de cidades nas quais existem campus da UFSM, sendo que destas: 30,2% (n=443) eram de Santa Maria, 3,8% (n=56) de Palmeira das Missões, 1,4% (n=20) de Cachoeira do Sul e 0,8% (n=12) de Frederico Westphalen. 63,6% do total de participantes (n=935) eram provenientes de outras cidades brasileiras e para 0,2% (n=3) não constava informação sobre a cidade de origem. Também, 56,9% (n=836) das participantes informaram que precisaram mudar de cidade para dar início ou seguimento ao curso.

Em relação aos dados acadêmicos, observou-se que a maioria das participantes era proveniente do campus sede Santa Maria, estudantes de graduação, de cursos de bacharelado, estando no quarto ano ou mais do curso, conforme a tabela 1.

Tabela 1 - Caracterização das estudantes universitárias em relação ao campus de estudo, nível, tipo e período do curso. Santa Maria, RS, 2019 (n=1469)

Variável	N	%
Campus de estudo (n=1469)		
Santa Maria	1252	85,2
Palmeira das Missões	120	8,2
Frederico Westphalen	66	4,5
Cachoeira do Sul	31	2,1
Nível do curso (n=1469)		
Pós-médio	72	4,9
Graduação	1053	71,7
Especialização	26	1,8
Pós-graduação (<i>strictu sensu</i>)	318	21,6
Tipo de curso (n=1469)		
Técnico	72	4,9
Tecnológico	68	4,6
Bacharelado	759	51,7
Licenciatura Plena	226	15,4
Especialização	26	1,8
Mestrado	191	13,0
Doutorado	122	8,3
Pós-doutorado	5	0,3
Período do curso (n= 1469)		
Primeiro ano do curso	421	28,7
Segundo ano do curso	377	25,7
Terceiro ano do curso	240	16,3
Quarto ano ou mais do curso	431	29,3

Fonte: Resultados de pesquisa, 2019.

Tendo em vista que o campus sede (Santa Maria) divide-se em unidades de ensino e engloba também o Colégio Politécnico e o Colégio Técnico Industrial de Santa Maria (CTISM), optou-se por apresentar esta subdivisão na tabela abaixo (Tabela 2).

Tabela 2 - Caracterização das estudantes universitárias do campus sede segundo unidade de ensino. Santa Maria, RS, 2019 (N=1252)

Unidade de ensino	N	%
Colégio Politécnico	90	7,2
Colégio Técnico Industrial de Santa Maria	16	1,3
Centro de Ciências da Saúde	218	17,4
Centro de Ciências Naturais e Exatas	129	10,3
Centro de Tecnologia	110	8,8
Centro de Ciências Rurais	153	12,2
Centro de Educação Física e Desportos	23	1,8
Centro de Ciências Sociais e Humanas	282	22,5
Centro de Educação	141	11,3
Centro de Artes e Letras	85	6,8
Não especificado*	5	0,4
Total	1252	100

*Corresponde aos cursos de pós-doutorado, em que foi disponibilizado apenas o nome do curso, não sendo possível identificar à qual unidade de ensino pertencem.

Fonte: Resultados de pesquisa, 2019.

Em relação à idade das participantes, a maioria estava na faixa etária entre 21 e 25 anos. A idade variou entre 17 anos e 8 meses até 67 anos e 4 meses, sendo a mediana situada em 23 anos e 10 meses. Dados sobre a faixa etária das participantes podem ser encontrados na tabela abaixo (Tabela 3):

Tabela 3 - Caracterização das estudantes universitárias em relação à faixa etária, Santa Maria, RS, 2019 (n=1469)

(continua)

Faixa etária	N	%
Até 20 anos	243	16,5
21 a 25 anos	596	40,6
26 a 30 anos	283	19,3
31 a 35 anos	162	11,0
36 a 40 anos	70	4,8

Tabela 3 - Caracterização das estudantes universitárias em relação à faixa etária, Santa Maria, RS, 2019 (n=1469)

Faixa Etária	N	(conclusão)
		%
41 a 45 anos	40	2,7
46 a 50 anos	35	2,4
51 ou mais anos	40	2,7
Total	1252	100

* A idade das participantes foi calculada a partir da data de nascimento, usando como referência a data de 30 de agosto de 2019, dia em que foi encerrada a coleta de dados.

Fonte: Resultados de pesquisa, 2019.

Quanto à forma que se mantêm financeiramente na universidade, a maior parte das respondentes conta com auxílio dos pais ou familiares, seguido por emprego e bolsa de estudos, conforme traz a tabela 4:

Tabela 4 - Caracterização das estudantes universitárias quanto à forma de se manter economicamente na universidade, Santa Maria, RS, 2019 (n=1469)

Forma de se manter economicamente	N	(continua)
		%
Bolsa de estudos	198	13,5
Auxílio dos pais/familiares	498	33,9
Emprego	290	19,7
Renda do companheiro/a	73	5,0
Pensão	26	1,8
Bolsa de estudos + auxílio dos pais/familiares	187	12,7
Bolsa de estudos + emprego	14	1,0
Bolsa de estudos + renda do companheiro/a	10	0,7
Bolsa de estudos + pensão	7	0,5
Auxílio dos pais/familiares+emprego	71	4,8
Auxílio dos pais/familiares + renda do companheiro/a	19	1,3
Auxílio dos pais/familiares + pensão	25	1,7
Emprego + renda do companheiro/a	11	0,7
Emprego + pensão	4	0,3

Tabela 4 - Caracterização das estudantes universitárias quanto à forma de se manter economicamente na universidade, Santa Maria, RS, 2019 (n=1469)

(conclusão)

Forma de se manter economicamente	n	%
Bolsa de estudos + auxílio dos pais/familiares + emprego	12	0,8
Bolsa de Estudos + auxílio dos pais/familiares + renda do companheiro/a	7	0,5
Bolsa de estudos+auxílio dos pais/familiares+pensão	9	0,6
Bolsa de estudos+emprego+pensão	1	0,1
Auxílio dos pais/familiares+emprego+renda do companheiro/a	1	0,1
Auxílio dos pais+emprego+pensão	3	0,2
Emprego+renda do companheiro/a+pensão	1	0,1
Bolsa de estudos+auxílio dos pais/familiares+emprego+renda do companheiro/a	2	0,1
Total	1469	100

Fonte: Resultados de pesquisa, 2019.

Em relação à renda familiar mensal, 12,6% (n=185) das participantes relataram até um salário mínimo, 57,2% (n=840) entre um e quatro salários mínimos, 23,8% (n=350) entre quatro e dez salários mínimos e, 6,4% (n=94) mais de dez salários mínimos². O número de pessoas que vivem com esta renda variou de uma a nove, com a mediana situada em três pessoas (média= 3,19, desvio padrão= 1,32). Assim, a maior parte das mulheres estudantes depende de auxílio dos pais e familiares para se manter financeiramente na instituição.

A maior parte das respondentes se identificou como mulher de raça/cor branca, cisgênera, heterossexual, solteira ou namorando, sem filhos e morando com membros da família. Estes dados são apresentados na tabela 5.

² No período de coleta de dados desta pesquisa, o valor do salário mínimo situava-se em R\$ 998,00.

Tabela 5 - Caracterização das estudantes universitárias quanto à raça/cor de pele, identidade de gênero, orientação sexual, status de relacionamento, número de filhos e situação de moradia, Santa Maria, RS, 2019 (N=1469)

(continua)

Variável	N	%
Raça/cor (n=1469)		
Preta	79	5,4
Parda	188	12,8
Branca	1188	80,9
Indígena	3	0,3
Amarela	2	0,1
Outra*	7	20,5
Identidade de gênero (n=1469)		
Mulher cis gênero	1466	99,8
Mulher transgênero	3	0,2
Orientação sexual (n=1469)		
Heterossexual	1113	75,8
Homossexual	68	4,6
Bissexual	264	18,0
Assexual	6	0,4
Pansexual	11	0,7
Não sabe ou não informou	7	0,5
Status de relacionamento (n= 1469)		
Solteira	549	37,4
Ficando	50	3,4
Namorando	551	37,5
União estável	130	8,8
Casada	174	11,8
Divorciada	12	0,8
Viúva	3	0,2
Número de filhos (n=1469)		
Não possui	1242	84,5
Um filho	122	8,3

Tabela 5 - Caracterização das estudantes universitárias quanto à raça/cor de pele, identidade de gênero, orientação sexual, status de relacionamento, número de filhos e situação de moradia, Santa Maria, RS, 2019 (N=1469)

(conclusão)

Variável	n	%
Dois filhos	67	4,6
Três filhos	30	2,0
Quatro filhos ou mais	8	0,6
Situação de moradia (n= 1469)		
Sozinha	212	14,4
Com amigos/as	259	17,6
Com membros da família	471	32,1
Com companheiro/a	331	22,5
Moradia estudantil (CEU)	128	8,7
Outra**	68	4,6

* Nesta opção as repostas incluíram: miscigenada, não sabe, não se declara, relatou inconsistência entre o descrito na certidão de nascimento e a autodeclaração. ** Nesta opção as repostas incluíram: morar com os filhos/as, com os pais e com os filhos/as, com membros da família e companheiro/a, morar em casa de outra família, pensão, república, morar com colegas e dividir casa ou apartamento com outras pessoas.

Fonte: Resultados de pesquisa, 2019.

Dessa forma, as estudantes universitárias se identificam majoritariamente como brancas, com identidade de gênero cisgênero e orientação sexual heterossexual. Além disso, estão em algum tipo de relacionamento afetivo, não possuem filhos e moram com membros da família. Ainda, não possuem nenhum tipo de deficiência e têm vida sexual ativa.

A maioria das participantes (58,13%, n=854) respondeu estar em algum tipo de relacionamento: ficando, namorando, união estável e casada. O tempo em que se encontram neste relacionamento variou de alguns dias até 42 anos, com mediana situada em 3,5 anos.

Ainda em relação à caracterização das participantes, 97,0% (n=1425) são pessoas sem deficiência, 1,6% (n=24) são pessoas com deficiência visual, 0,5% (n=8) com deficiência física, 0,5% (n=7) com deficiência auditiva e 0,3% (n=5) com outros tipos de deficiência.

Quanto a questões sexuais e reprodutivas, 81,2% (n=1193) do total de respondentes possui vida sexual ativa e 1,0% (n=14) referiu estar grávida no momento da coleta de dados.

5.2 CARACTERIZAÇÃO DAS SITUAÇÕES DE VIOLÊNCIA DE GÊNERO RELATADAS PELAS MULHERES ESTUDANTES UNIVERSITÁRIAS

Mais da metade (61,3%; n=900) das mulheres estudantes relataram alguma situação de violência ao longo da vida. Destas, a violência do tipo psicológica foi a mais relatada (79,21%; n=713), seguida da moral (46,78%; n=421), sexual (28,67%; n=258), física (27,55%; n=248) e patrimonial (9,21%; n=83). Destaca-se que as frequências ultrapassam o total de participantes, tendo em vista que em 34,9% (n=513) das mulheres houve associação de mais de um tipo de violência. Dados sobre a tipificação são apresentados na tabela abaixo (Tabela 6):

Tabela 6 - Apresentação da tipificação das situações de violência de gênero relatadas pelas mulheres estudantes ao longo da vida. Santa Maria, RS, 2019 (N=1469)

Tipo de violência	N	%
Não sofreu violência	569	38,8
Violência física	28	1,9
Violência sexual	62	4,2
Violência psicológica	247	16,8
Violência moral	47	3,2
Violência patrimonial	3	0,2
Associação entre dois tipos de violência	276	18,8
Associação entre três tipos de violência	157	10,7
Associação entre quatro tipos de violência	62	4,2
Sofreu todos os tipos de violência	18	1,2
Total	1469	100

Fonte: Resultados de pesquisa, 2019.

Dentre os agressores citados pelas mulheres estudantes, em 35,11% (n=316) dos casos foram os companheiros (namorados, esposos, ficantes), 22% (n=198) familiares (pai, mãe, tios, padrasto, cunhado, irmão, sobrinho, avós, primos e familiares não especificados), 10% (n=90) pessoa desconhecida, 9,89% (n=89) colega de aula ou trabalho, 8,33% (n=75) amigo, 7,89% (n=71) ex-companheiros, 7,55% (n=68) professor/a (incluindo orientadores), 3,33% (n=30) chefe e 3,22% (n=29) vizinhos. Também, 8,11% (n=73) relataram que a situação de violência foi perpetrada por outra pessoa, abrangendo nesta categoria: conhecido, porteiro, cliente, aluno, conhecido dos pais ou da família, colega de apartamento, funcionário ou

servidor da universidade, pai de amigas/os, namorado de amigas/os, médico, diretor de escola, síndico do prédio, além de um caso em que a respondente preferiu não identificar.

Quanto ao local 58% (n=522) das mulheres que relataram alguma situação de violência responderam que esta foi em sua casa, 31,44% (n=283) na rua, 14,67% (n=132) no ambiente de trabalho, 3,78% (n=34) na casa do/a agressor/a, 2,33% (n=21) em bares, boates, festas ou clubes, 2% (n=18) na casa de familiares ou amigos, 1,44% (n=13) em ambiente virtual. Sobre os locais na universidade, 15,33% (n=138) relataram sofrer violência na sala de aula e 13,78% (n=124) em outros locais da universidade. Ainda, 3,55% (n=32) relataram que as situações de violência ocorreram em outros locais (escola, hotel, motel, casa de outra pessoa, supermercado, instituição religiosa, rodoviária e outros locais não especificados).

Destaca-se que parte das mulheres indicou mais de um agressor e local de ocorrência da violência, portanto, os valores absolutos e relativos ultrapassam o número de mulheres que relatou alguma situação de violência.

Em relação ao uso de álcool ou outras drogas, 10,8% (n=158) das participantes que relataram alguma situação de violência acreditavam que os agressores estavam sob efeito de alguma substância no momento da violência. Também, 4,7% (n=69) das mulheres que sofreram violência responderam que estavam sob efeito de álcool ou outras drogas no momento.

Do total de participantes, 28,4% (n=417) referiu que sofreu violência durante o período em que já estavam matriculadas na universidade. Destas, 38,71% (n=161) referiu que a violência ocorreu no primeiro ano do curso; 13,91% (n=58) no segundo ano do curso; 8,15% (n=34) no terceiro ano do curso; 7,43% (n=31) no quarto ano ou mais do curso e; 23,74% (n=99) referiram que a violência ocorreu em diversos períodos do curso. Ainda, 8,15% (n=34) não sabem, não lembram ou não responderam sobre o período do curso em que estavam quando a violência ocorreu.

No que se refere à tipificação da violência sofrida no período de vínculo com a universidade, 89,21% (n=372) referiram vitimização psicológica, seguida da moral (50,36%; n=210), sexual (27,82%; n=116), física (25,18%; n=105) e patrimonial (10,03%; n=46). Salienta-se que as frequências relativas ultrapassam 100% tendo em vista que as sobreposições de mais de um tipo de violência.

5.3 DESCRIÇÃO DA ROTA CRÍTICA DAS MULHERES ESTUDANTES UNIVERSITÁRIAS PARA O ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA DE GÊNERO

Das 900 mulheres que relataram situação de violência, 67 delas não responderam a seção sobre a rota crítica e foram excluídas desta análise. Assim, a descrição que se segue sobre a rota foi realizada com 833 mulheres com pelo menos uma situação de violência de gênero ao longo da vida, estando inclusas aqui as situações que ocorreram no período universitário.

Quanto ao início da rota crítica, 76,8% (n=646) das mulheres que sofreram violência contaram a situação de violência para alguém e 36,9% (n=308) pediram ajuda para alguém. Também, 66,7% (n=556) referiram não conhecer quais serviços estão disponíveis para auxiliá-las nesta situação. A descrição dos setores que compuseram a rota crítica das mulheres estudantes encontra-se na tabela abaixo (Tabela 7):

Tabela 7- Setores e serviços que compuseram a rota crítica das mulheres estudantes em situação de violência de gênero, Santa Maria, RS, 2019 (n=883)

Setor	N	%
Saúde	139	16,7
Judiciário	51	6,1
Policial	95	11,4
Assistência social	29	3,5
Comunitário	16	1,9
Universidade	67	8,0

Fonte: Resultados de pesquisa, 2019.

Em relação aos diferentes pontos da rota crítica para o enfrentamento de violência de gênero, observa-se que o setor saúde e o setor policial foram os mais buscados. Entretanto, quando as mulheres foram questionadas sobre a denúncia da situação de violência, apenas 10,8% (n=90) delas realizaram a denúncia formal em um órgão policial.

Os serviços acessados pelas mulheres, em cada um dos setores que compuseram sua rota, são apresentados nas tabelas a seguir (Tabela 8 até tabela 13):

Tabela 8 - Serviços do setor saúde que compuseram a rota crítica das mulheres estudantes universitárias. Santa Maria, RS, 2019 (n=139)

Serviços de saúde	N	%
Hospital	8	5,75
UPA* ou PA**	5	3,60
UBS ou ESF	14	10,07
Psicólogo particular	78	56,12
Médico Particular	13	9,35
Outro	21	15,11
Total	139	100%

*Unidade de Pronto Atendimento; **Pronto Atendimento.
Fonte: Resultados de pesquisa, 2019.

Quanto as respostas da opção “outro” os serviços citados foram: serviço de psicologia ligados à UFSM (13), serviço de psicologia disponibilizado por outra universidade (1), Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) (2), psicólogo do Sistema Único de Saúde (SUS) (1), psicólogo sem especificação de local ou vínculo de atendimento (1), Conselho Tutelar (1), pastora que é psicóloga (1) e delegacia (1).

Abaixo são apresentados os dados referentes aos serviços do setor judiciário que compuseram a rota crítica das estudantes universitárias (Tabela 9):

Tabela 9 - Serviços do setor judiciário que compuseram a rota crítica das mulheres estudantes universitárias. Santa Maria, RS, 2019 (n=51)

Serviços do setor judiciário	n	%
Ministério Público	14	27,45
Defensoria Pública	11	21,57
Juizado especializado em violência doméstica	14	27,45
Outro	12	23,53
Total	51	100%

Fonte: Resultados de pesquisa, 2019.

Dentre as que responderam outros locais, estas citaram: advogado particular (7), fórum (1), juizado civil (1), justiça comum (1), delegacia da mulher (1) e uma mulher explicou que buscou ajuda para se divorciar, porém, sem especificar o local (1).

Os serviços do setor policial, buscados pelas estudantes universitárias em sua rota crítica, são apresentados na tabela 10.

Tabela 10 - Serviços do setor policial que compuseram a rota crítica das mulheres estudantes universitárias. Santa Maria, RS, 2019 (n=95)

Serviços do setor policial	N	%
Delegacia da mulher	37	38,95
Patrulha Maria da Penha	2	2,10
Ligue 180	5	5,26
Delegacia civil (comum)	45	47,37
Outro	6	6,32
Total	95	100%

Fonte: Resultados de pesquisa, 2019.

Na opção “outro” as mulheres citaram a brigada militar (4), policial que foi até o hospital (1) e “polícia convencional” (1), sem especificar se era brigada militar ou polícia civil.

Tabela 11 - Serviços do setor de assistência social que compuseram a rota crítica das mulheres estudantes universitárias. Santa Maria, RS, 2019 (n=29)

Serviços de assistência social	n	%
CRAS	13	44,83
CREAS	2	6,90
Outro	14	48,27
Total	29	100%

Fonte: Resultados de pesquisa, 2019.

Quanto ao questionamento da busca por ajuda em serviço do setor de assistência social, observa-se que a maior parte das mulheres buscou ajuda no Centro de Referência em Assistência Social (CRAS), seguido de “outro” e pelo Centro de Referência Especializada em

Assistência Social (CREAS). Na opção “outro”, foram citados: assistente social vinculado/a à universidade (7), conselho tutelar (1), psiquiatra (1), psicólogo (2), terapeuta (1), Centro de Valorização da Vida (CVV) (1) e professor advogado (1).

A respeito dos serviços do setor comunitário que compuseram a rota crítica das mulheres estudantes, os dados são apresentados abaixo (Tabela 12):

Tabela 12 - Serviços do setor comunitário que compuseram a rota crítica das mulheres estudantes universitárias. Santa Maria, RS, 2019 (n=16)

Serviços do setor comunitário	n	%
ONG*	2	12,50
Instituição religiosa	10	62,50
Outro	4	25,00
Total	16	100%

* Organização Não Governamental

Fonte: Resultados de pesquisa, 2019.

Na opção “outro”, acerca dos serviços do setor comunitário, as mulheres indicaram coletivo feminista (1), grupo de mulheres do curso (1), CAPS (1) e CVV (1).

No que tange à busca por ajuda no setor educação, neste caso a Universidade, não foram criadas opções de serviços, de modo que as mulheres que responderam a este item descreveram o local ou pessoa que contataram. Desta forma, algumas mulheres citaram mais de um serviço. A descrição detalhada dos locais da Universidade que se constituíram como pontos da rota crítica para as mulheres estudantes é apresentada na tabela a seguir (Tabela 13):

Tabela 13 – Serviços da Universidade que compuseram a rota crítica das mulheres estudantes universitárias. Santa Maria, RS, 2019 (n=67)

(continua)

Serviços da Universidade	N	%
Ouvidoria	11	16,42
SATIE/PRAE	18	26,86
PRAE	5	7,46
CAED/ANIMA *	12	17,91
NAP ou UAP**	5	7,46

Tabela 13 – Serviços da Universidade que compuseram a rota crítica das mulheres estudantes universitárias. Santa Maria, RS, 2019 (n=67)

(conclusão)		
Serviços da Universidade	n	%
Psicólogo/a (serviço não especificado)	7	10,45
DA, DCE ou Direção CEU***	5	7,46
Coordenação ou Departamento do Curso	9	13,43
Outro	5	7,46

* Coordenadoria de Ações Educacionais/Núcleo de Apoio à Aprendizagem

** Núcleo de Apoio Pedagógico ou Unidade de Apoio Pedagógico

*** Diretório Acadêmico, Diretório Central dos Estudantes ou Direção da Casa dos Estudantes Universitário

Fonte: Resultados de pesquisa, 2019.

Dentre as respostas para relatar “outro” serviço foram citados a Reitoria (1), setor administrativo não especificado (1), Grupo de Trabalho mulheres trabalhadoras e sindicato (1). Ainda, uma mulher respondeu que tentou atendimento psicológico, mas, este não se efetivou em função dos horários (1) e, houve uma resposta indicando que não adianta bucar auxílio (1).

As mulheres foram questionadas sobre o serviço ou pessoa que foi mais importante em sua rota crítica. Para a descrição destas frequências, adotou-se o “n” total de 308, ou seja, as mulheres que informaram que pediram ajuda para alguém. Ressalta-se que algumas delas responderam mais de uma pessoa ou serviço.

Assim, 43,83% (n=135) citaram os familiares como pessoas mais importantes em seu enfrentamento, 34,09% (n=105) relataram que foram amigos/as, 24,02% (n=74) serviço ou profissional da saúde (quase a totalidade citou psicólogo/a), 9,09% (n=28) citaram os companheiros, 9,09% (n=28) relataram que foram elas mesmas por terem buscado ajuda ou superado a situação, 5,52% (n=17) citaram órgão ou pessoa da universidade, 4,87% (n=15) órgão ou pessoa do setor judiciário-policial, 1,95% (n=6) Deus ou instituição religiosa. Além disso, 6,49% (n=20) responderam que não houve ou que ninguém foi importante. Ainda, 12,01% (n=37) responderam que foram outros serviços ou pessoas, sendo citados assistente social, conselho tutelar, colegas da universidade, de apartamento e de trabalho, ex-namorados, vizinha, taxista, outras famílias, ajuda profissional não especificada, grupos do facebook, documentários sobre o tema, leituras sobre feminismo, coletivos feministas e grupos de mulheres.

5.4 ASSOCIAÇÃO ENTRE A VIOLÊNCIA DE GÊNERO NO PERÍODO DE VÍNCULO COM A UNIVERSIDADE E AS VARIÁVEIS DE INTERESSE

A fim de identificar possíveis associações significativas entre a violência de gênero sofrida na universidade e as características sociodemográficas e acadêmicas das estudantes, foram realizados testes estatísticos, os quais são apresentados na tabela abaixo (Tabela 14):

Tabela 14 - Distribuição das mulheres estudantes que sofreram e que não sofreram violência no período de vínculo com a universidade, em relação às variáveis de interesse. Santa Maria, 2019 (n= 1469)

(continua)

Variável	Sofreu violência após entrada na universidade		P
	Sim	Não	
	n (%)	n (%)	
Vida sexual ativa			0,048*
Sim	352 (29,0)	841 (70,0)	
Não	65 (23,0)	211 (76,4)	
Campus de estudo			0,173*
Santa Maria	359 (28,7)	893 (71,3)	
Palmeira das Missões	25 (20,8)	95 (79,2)	
Frederico Westphalen	22 (33,3)	44 (66,7)	
Cachoeira do Sul	11 (35,5)	20 (64,5)	
Local de moradia			<0,001*
Sozinha	68 (32,1)	144 (67,9)	
Com amigos/as	89 (34,4)	170 (65,6)	
Com a família	128 (27,2)	343 (72,8)	
Com companheiro/a	60 (18,1)	271 (81,9)	
Moradia estudantil (CEU)	47 (36,7)	81 (63,3)	
Outro	25 (36,8)	43 (63,2)	
Status de relacionamento			<0,001*
Solteira	165 (30,1)	384 (69,9)	
Ficando	21 (42,0)	29 (58,0)	
Namorando	173 (31,4)	378 (68,6)	

Tabela 14 - Distribuição das mulheres estudantes que sofreram e que não sofreram violência no período de vínculo com a universidade, em relação às variáveis de interesse. Santa Maria, 2019 (n= 1469)

Variável	Sofreu violência após entrada na universidade		P
	Sim	Não	
	n (%)	N (%)	
Status de relacionamento			<0,001*
União estável	25 (19,2)	105 (80,8)	
Casada	27 (15,5)	147 (84,5)	
Divorciada ou viúva	6 (40,0)	9 (60,0)	
Identidade de gênero			0,196***
Mulher cis gênero	415 (28,3)	1051 (71,7)	
Mulher transgênero	2 (66,7)	1 (33,3)	
Orientação sexual			<0,001*
Heterossexual	279 (25,1)	834 (74,9)	
Homossexual	26 (38,2)	42 (61,8)	
Bissexual	108 (40,9)	156 (59,1)	
Assexual, pansexual, não sabe ou não informou	4 (16,7)	20 (83,3)	
Nível do curso			0,016*
Pós-médio	13 (18,1)	59 (81,9)	
Graduação	297 (28,2)	756 (71,8)	
Especialização	3 (11,5)	23 (88,5)	
Pós-graduação (<i>stricto sensu</i>)	104 (32,7)	214 (67,3)	
Raça/cor			0,109*
Branca	342 (28,8)	846 (71,2)	
Preta ou parda	68 (25,5)	199 (74,5)	
Indígena, amarela ou outra	7 (50,0)	7 (50,0)	
Deficiência			0,863*
Sim	13 (29,5)	31 (70,5)	
Não	404 (28,4)	1021 (71,6)	

Tabela 14 - Distribuição das mulheres estudantes que sofreram e que não sofreram violência no período de vínculo com a universidade, em relação às variáveis de interesse. Santa Maria, 2019 (n= 1469)

(conclusão)

Variável	Sofreu violência após entrada na universidade		p
	Sim	Não	
	n (%)	n (%)	
Faixa etária			<0,001*
Até 20 anos	84 (21,8)	301 (78,2)	
Entre 21 e 25 anos	187 (35,8)	336 (64,2)	
Entre 26 e 30 anos	77 (31,0)	171 (69,0)	
Entre 31 e 35 anos	35 (24,3)	109 (75,7)	
Entre 36 e 40 anos	15 (24,2)	47 (75,8)	
Entre 41 e 45 anos	8 (19,5)	33 (80,5)	
Entre 46 e 50 anos	7 (25,0)	21 (75,0)	
51 anos ou mais	4 (10,5)	34 (89,5)	

* Teste qui quadrado de Pearson; *** Exato de Fisher.

Fonte: Resultados de Pesquisa, 2019.

Não ter sofrido violência no período da universidade foi associado significativamente ao fato de não possuir vida sexual ativa ($p=0,048$), residir com companheiro/a ($p<0,001$), ser casada ($p<0,001$), estar cursando especialização ($p=0,016$) e ter 51 anos ou mais ($p<0,001$). Ainda, houve associação significativa entre não sofrer violência na universidade e ser do grupo que incluiu mulheres assexuais, pansexuais, que não sabem ou não informaram sua orientação sexual ($p<0,001$).

Dentre as mulheres estudantes universitárias provenientes do campus Santa Maria, foi realizada associação entre a variável violência de gênero e a unidade de ensino das mulheres. Estes dados são apresentados na tabela a seguir (Tabela 15):

Tabela 15 - Distribuição das mulheres estudantes que sofreram e que não sofreram violência no período de vínculo com a universidade, em relação à unidade de ensino. Santa Maria, 2019 (n=1247)

Variável	Sofreu violência após entrada na universidade		p
	Sim	Não	
	n (%)	n (%)	
Unidade de ensino (n=1247^a)			0,047*
Colégio Politécnico e Colégio Técnico Industrial de Santa Maria ^b	15 (14,2)	91 (85,8)	
Centro de Ciências da Saúde	65 (29,8)	153 (70,2)	
Centro de Ciências Naturais e Exatas	39 (30,2)	90 (69,8)	
Centro de Tecnologia	36 (32,7)	74 (67,3)	
Centro de Ciências Rurais	53 (34,5)	100 (65,4)	
Centro de Educação Física e Desportos	5 (21,7)	18 (78,3)	
Centro de Ciências Sociais e Humanas	77 (27,3)	205 (72,7)	
Centro de Educação	42 (29,8)	99 (70,2)	
Centro de Artes e Letras	24 (28,2)	61 (71,8)	

^aApenas para as mulheres do campus Santa Maria; foram excluídas desta análise 5 mulheres dos cursos de pós-doutorado, em que não foi identificado centro acadêmico; ^bAs categorias CTISM e Colégio Politécnico foram agrupadas para satisfazer as exigências do teste qui quadrado de Pearson.

Fonte: Resultados de pesquisa, 2019.

Conforme observado acima, o teste demonstrou que ser estudante do colégio politécnico e CTISM foi associado significativamente a não sofrer violência na universidade.

5.5 ASSOCIAÇÃO ENTRE A ROTA CRÍTICA DAS MULHERES ESTUDANTES UNIVERSITÁRIAS COM AS VARIÁVEIS DE INTERESSE

Sobre a busca de ajuda para o enfrentamento da violência de gênero ocorrida ao longo da vida, foram realizadas associações com as variáveis de interesse, as quais são apresentadas na tabela 16.

Tabela 16 - Distribuição das mulheres estudantes que iniciaram sua rota crítica para o enfrentamento da violência de gênero, em relação às variáveis de interesse. Santa Maria, 2019 (n= 833)

(continua)

Variável	Iniciou a rota crítica (buscou ajuda)		p
	Sim n (%)	Não n (%)	
Vida sexual ativa			0,518 *
Sim	256 (37,5)	427 (62,5)	
Não	52 (34,7)	98 (65,3)	
Campus de estudo			0,440*
Santa Maria	259 (36,0)	460 (64,0)	
Palmeira das Missões	22(39,3)	34 (60,7)	
Frederico Westphalen	18 (46,2)	21 (53,8)	
Cachoeira do Sul	9 (47,4)	10 (52,6)	
Local de moradia			0,280*
Sozinha	49 (33,8)	96 (66,2)	
Com amigos/as	65 (43,0)	86 (57,0)	
Com a família	88 (34,2)	169 (65,8)	
Com companheiro/a	61 (38,1)	99 (61,9)	
Moradia estudantil (CEU)	25 (32,5)	52 (67,5)	
Outro	20 (46,5)	23 (53,5)	
Status de relacionamento			0,993*
Solteira	119 (36,5)	207 (63,5)	
Ficando	13 (39,4)	20 (60,6)	
Namorando	116 (36,7)	200 (63,3)	
União estável	25 (38,5)	40 (61,5)	
Casada	32 (38,6)	51 (61,4)	
Divorciada ou viúva	3 (30,0)	7 (70,0)	
Identidade de gênero			0,559***
Mulher cis gênero	306 (36,9)	524 (63,1)	
Mulher transgênero	2 (66,7)	1 (33,3)	

Tabela 16 - Distribuição das mulheres estudantes que iniciaram sua rota crítica para o enfrentamento da violência de gênero, em relação às variáveis de interesse. Santa Maria, 2019 (n=833)

Variável	Iniciou a rota crítica (buscou ajuda)		p
	Sim	Não	
	n (%)	n (%)	
			(conclusão)
Orientação sexual			0,965*
Heterossexual	208(36,9)	356 (63,1)	
Homossexual	15 (34,9)	28 (65,1)	
Bissexual	79 (38,0)	129 (62,0)	
Assexual, pansexual, não sabe ou não informou	6 (33,3)	12 (66,7)	
Nível do curso			0,191*
Pós-médio	7 (23,3)	23 (76,7)	
Graduação	228 (37,8)	375 (62,2)	
Especialização	9 (52,9)	8 (47,1)	
Pós-graduação (<i>stricto sensu</i>)	64 (35,0)	119 (65,0)	
Raça/cor			0,140*
Branca	260 (38,4)	417 (61,6)	
Preta ou parda	44(29,9)	103 (70,1)	
Indígena, amarela ou outra	4 (44,4)	5 (55,6)	
Deficiência			0,240*
Sim	14 (48,3)	15 (51,7)	
Não	294 (36,6)	510 (63,4)	
Faixa etária			0,749*
Até 20 anos	86 (36,4)	150 (63,6)	
Entre 21 e 25 anos	105(34,8)	197 (65,2)	
Entre 26 e 30 anos	52 (39,4)	80 (60,6)	
Entre 31 e 35 anos	31 (37,3)	52 (62,7)	
Entre 36 e 40 anos	12 (35,3)	22 (64,7)	
Entre 41 e 45 anos	12 (50,0)	12 (50,0)	
46 anos ou mais ^a	10 (45,5)	12 (54,5)	

* Teste qui quadrado de Pearson; *** Exato de Fisher; ^a Classes (entre 46 e 50 anos; 51 anos ou mais) agrupadas para satisfazer as exigências do Teste qui quadrado de Pearson.

Fonte: Resultados de pesquisa, 2019.

Assim, pode-se observar que a maioria das mulheres estudantes que iniciaram sua rota tinham 41 anos de idade ou mais, apresentavam vida sexual ativa, eram do campus de Cachoeira do Sul, casadas ou em união estável. As mulheres do campus de Santa Maria, que moravam sozinhas ou na CEU e eram de raça/cor preta ou parda foram as que apresentaram maior concentração da resposta “não buscou ajuda”. Entretanto, essas associações não foram significativas estatisticamente.

6 DISCUSSÃO

Esta seção discute os achados deste estudo comparando-os com a literatura acerca do tema. Para facilitar a compreensão do leitor, optou-se por dividir em subseções, quais sejam:

- a) Caracterização sociodemográfica e acadêmica das mulheres estudantes universitárias;
- b) Caracterização das situações de violência de gênero relatadas pelas mulheres estudantes universitárias;
- c) Descrição da rota crítica das mulheres estudantes universitárias para o enfrentamento da violência de gênero;
- d) Associação entre a violência de gênero no período de vínculo com a universidade com as variáveis de interesse;

6.1 CARACTERIZAÇÃO SOCIODEMOGRÁFICA E ACADÊMICA DAS MULHERES ESTUDANTES UNIVERSITÁRIAS

A amostra deste estudo foi composta por 1.469 mulheres, que representam 5,56% do total de estudantes da UFSM e 11,84% das mulheres estudantes de cursos pós-médio, graduação e pós-graduação presenciais da instituição. A partir dos resultados, observou-se que as mulheres estudantes da UFSM eram majoritariamente brasileiras, provenientes de cidades nas quais não existe campus da instituição e que precisaram mudar de cidade para dar início ao curso.

De acordo com os dados disponíveis no Portal “UFSM em números”, no endereço eletrônico da UFSM, em 2019, a instituição possuía 26.415 estudantes nos diversos níveis e modalidades de ensino. Em relação exclusivamente aos estudantes da modalidade presencial e dos níveis pós-médio, graduação e pós-graduação, que foram inclusos nesta pesquisa, o total era de 24.525 alunos. Destes, 12.405 eram mulheres, um número ligeiramente maior do que o número de homens, o que corrobora com dados internacionais que apontam para o crescente aumento de mulheres nas instituições de ensino superior, ultrapassando o número de homens (MCDANIEL, 2014).

A maior parte das participantes estudava no campus sede, sendo estudantes de graduação, de cursos de bacharelado e que estavam no quarto ano ou mais do curso. A maioria estava vinculada ao Centro de Ciências Sociais e Humanas (CCSH). Destaca-se que a amostra está em consonância com os dados disponíveis no portal “UFSM em números”, pois

a maior concentração de estudantes da instituição encontra-se nos cursos de graduação. Além disso, o campus sede é o que possui maior oferta de cursos, em todos os níveis de ensino. Em relação ao centro acadêmico, o CCSH é o que oferta o maior número de cursos, sendo 45 ao todo, nos diversos níveis de ensino.

No estudo em tela, a mediana da idade foi de 23 anos e 10 meses, o que demonstra que as mulheres estudantes da UFSM são mulheres jovens. Este dado foi semelhante a outro estudo brasileiro com mulheres universitárias, no qual os autores também identificaram um perfil de mulheres jovens, com mediana de 24 anos (VIEIRA et al, 2017).

Em um estudo nacional, realizada em 65 Instituições Federais de Ensino Superior, com estudantes homens e mulheres, a cor branca também foi a predominante entre os estudantes. Destaca-se que a UFSM se localiza na região sul do Brasil, a qual apresenta o número mais elevado de estudantes brancos quando comparada às demais regiões do país. No mesmo estudo, mais da metade dos estudantes referiram renda de até três salários mínimos (FÓRUM NACIONAL DE PRÓ-REITORES DE ASSUNTOS COMUNITÁRIOS E ESTUDANTIS, UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA, 2018).

6.2 CARACTERIZAÇÃO DAS SITUAÇÕES DE VIOLÊNCIA DE GÊNERO RELATADAS PELAS MULHERES ESTUDANTES UNIVERSITÁRIAS

Neste estudo, mais da metade das mulheres estudantes relataram alguma situação de violência ao longo da vida (n=900; 61,3%), com maior prevalência da psicológica, seguida pela moral, sexual, física e patrimonial, respectivamente. Ainda, algumas (n=513; 34,9%) referiram associação de mais de um tipo de violência. A partir disso, percebe-se que as mulheres estudantes universitárias estão expostas a altas taxas de violência, de diferentes tipos, ao longo de suas vidas. Em algumas situações, mais de um episódio ou tipo de violência se sobrepõem. Esta realidade também é observada na literatura internacional sobre o tema (AIZPURA et al, 2018; FANTASIA et al, 2018; SENN et al, 2014).

Em estudo realizado na Espanha, com estudantes de ambos os sexos, a porcentagem de mulheres que relatou algum tipo de vitimização ou mais de um foi de 61,8% (AIZPURA et al, 2018). Em pesquisa com mulheres estudantes de graduação nos Estados Unidos, 52% delas relataram ter passado por pelo menos um episódio de violência ao longo da vida (FANTASIA et al, 2018). Autores apontam que, dentre as mulheres estudantes no Canadá, 58,7% relataram uma ou mais formas de vitimização desde os 14 anos (SENN et al, 2014). Destaca-se que os

estudos diferem quanto ao período de mensuração da violência, de modo que a prevalência pode diferenciar em função dessa variável.

A respeito da tipificação, os dados se assemelham à outras pesquisas realizadas com a população de mulheres universitárias. Como exemplo, em um estudo que investigou histórico de abuso, o do tipo emocional foi mais comum, seguido pelo abuso físico e sexual (AMAR et al, 2010). Em uma pesquisa nos Estados Unidos, que analisou violência no namoro na população de mulheres universitárias, a violência psicológica foi a mais relatada, seguida da física, sexual e tecnológica (quando é utilizada comunicação eletrônica para agredir) (CHO; HUANG, 2016).

Uma possível explicação para este fato emerge de um estudo que analisa o ciclo da violência doméstica contra a mulher. Neste, os autores observaram que o ciclo da violência tende a se iniciar de forma lenta e com violências menos graves, progredindo em intensidade ao longo do tempo. Assim, o agressor tende a constranger humilhar e coibir a liberdade individual da mulher, diminuindo sua autoestima. Após isto é que vêm a agressão física (LUCENA et al, 2016). Contudo, este padrão teve como base a violência ocorrida em âmbito doméstico e conjugal, podendo variar de acordo com o tipo de relação que a mulher possui com o agressor.

Neste estudo, em relação aos agressores, os companheiros foram os mais citados pelas estudantes, em consonância com a literatura internacional. Tal realidade se confirmou na população de mulheres estudantes universitárias na Turquia (SCHUSTER; KRAHÉ; TOPLU-DEMITRAS, 2016) e nos Estados Unidos (SUTHERLAND et al, 2015). Este dado reflete o patriarcado presente na sociedade, em que os homens possuem poder sobre as mulheres, entendendo-as como um objeto de posse e se sentindo autorizados para controlá-las e agredí-las. Desta forma, os relacionamentos íntimos das mulheres podem deixar de ser uma relação afetuosa e de confiança e passar à uma relação de submissão e violência.

Neste sentido, em um estudo com estudantes universitárias na Espanha observou-se que o impacto na saúde das mulheres foi diferente de acordo com o agressor. As estudantes violentadas por parceiros íntimos tinham quase duas vezes mais chances de relatar sofrimento psíquico, quando comparadas à estudantes que relataram outros agressores. Similarmente, as estudantes que sofreram violência por um parceiro ou ex-parceiro tinham mais chances de relatar uso de drogas psicotrópicas (MARTÍN-BAENA; TALAVERA; MONTERO-PIÑAR, 2016).

Ainda em relação aos agressores, a maior parte das violências foi perpetrada por pessoas conhecidas das estudantes, o que também corrobora com os achados de estudos sobre

violência em mulheres estudantes na Espanha (MARTÍN-BAENA TALAVERA; MONTERO-PIÑAR, 2016). Assim, cabe repensar a ideia difundida socialmente de que os agressores serão apenas homens desconhecidos. Geralmente, a crença social sobre a violência é que as mulheres estarão vulneráveis a violência de um estranho ao estarem sozinhas, à noite, e em espaços públicos como a rua. Contudo, isso pode contribuir para a dificuldade que as mulheres apresentam para identificar a violência cometida por pessoas de seu círculo social, como a violência por parceiro íntimo.

No que tange ao local de ocorrência das situações de violência, mais da metade das estudantes responderam que foi em sua própria casa. Foram citados também, a rua, ambiente de trabalho, casa do agressor, bares e festas, sala de aula e outros locais da universidade, casa de familiares ou amigos e ambiente virtual.

Estudo realizado com estudantes chineses (homens e mulheres) demonstrou que os índices de violência sofridos por meio digital elevados, visto que cerca de 50% dos participantes relatou sofrer assédio verbal via mensagem curta, telefone e internet (ZUO et al, 2018). Este estudo mostra que com as mudanças globais ocorridas nas formas de comunicação e o advento das tecnologias em nossa sociedade, ao analisar a violência, faz-se necessário considerar estas situações. Cabe atenção à população de mulheres universitárias, visto que é uma população jovem, em que há crescente contato com as tecnologias e redes sociais.

Em relação ao local de ocorrência da violência, estatísticas nacionais sobre violência contra as mulheres em geral, apontam a casa da mulher, seguido da rua, como os principais locais de ocorrência das agressões. (WAZELFISZ, 2015; IPEA/FBSP, 2018). Portanto, apesar das especificidades das mulheres estudantes universitárias, pode-se perceber uma semelhança nesta característica da violência. Isto sugere que alguns padrões de violência podem se repetir mesmo em populações diversas de mulheres.

Deste modo, faz-se importante considerar as mulheres estudantes universitárias como população usuária da rede de atendimento e das políticas públicas relacionadas especificamente à violência doméstica. Além disso, pensar sobre a participação destas mulheres nas ações estratégicas e campanhas destinadas a prevenção deste tipo de violência.

Sobre os locais na universidade, o fato de ocorrerem situações de violência na sala de aula e em outras dependências da universidade pode evidenciar que a naturalização da violência de gênero destinada às mulheres encontra-se presente. Além disso, pode indicar que a universidade reflete as ações e concepções da sociedade em geral acerca da violência, mesmo sendo um espaço de reflexão e construção de conhecimento.

Sobre o uso de álcool ou outras drogas, entre as estudantes que relataram alguma situação de violência, 10% acreditavam que o agressor estava sob efeito de alguma substância e quase 5% responderam que elas estavam sob efeito no momento em que sofreram violência. Autores sugerem que altas taxas de consumo de álcool entre estudantes universitários podem repercutir na diminuição da capacidade de tomada de decisão sobre relações sexuais, de modo que algumas mulheres identificam que ocorre dificuldade em negar ou comunicar sua decisão sobre não querer uma relação sexual, podendo ser mal interpretada pelo parceiro (MASTERS et al, 2013). Assim, torna-se importante mensurar estas informações nas pesquisas sobre violência, tendo em vista que o uso de álcool e outras drogas pode ser um fator de risco para a ocorrência de violência.

A mensuração da violência sofrida após o ingresso na universidade foi objeto do estudo em tela, em que quase um terço das mulheres respondentes referiram que as situações de violência sofridas ocorreram após o ingresso na universidade. Apesar de ser um número alto e preocupante para a saúde e desenvolvimento acadêmico destas mulheres, foi menor do que em pesquisa brasileira anterior. Em estudo realizado em uma universidade em São Paulo, 56,3% das estudantes de graduação e pós-graduação relataram algum tipo de violência desde o ingresso na universidade (ZOTARELLI et al, 2012).

Uma pesquisa nos Estados Unidos evidenciou que as mulheres com experiências anteriores de violência sexual entraram na universidade com médias de notas mais baixas e obtiveram notas mais baixas em seu primeiro ano quando comparadas às estudantes não vitimadas. Da mesma forma, as mulheres que eram agredidas durante o primeiro semestre da faculdade, mantinham médias de notas mais baixas ao chegar no final do semestre do que as não violentadas (JORDAN; COMBS; SMITH, 2014). Infere-se que a violência na vida destas mulheres implica diretamente e de modo negativo na sua formação acadêmica.

Além disso, o nível de impacto acadêmico negativo foi relacionado com a gravidade da situação de violência, de modo que as mulheres que sofreram estupro tiveram maiores taxas de médias mais baixas, quando comparadas às mulheres que experimentaram outras formas de agressão sexual (JORDAN; COMBS; SMITH, 2014). Assim, torna-se importante conhecer os tipos de violência a que as mulheres estão expostas e as dinâmicas nas quais essas agressões ocorrem, ao longo de suas vidas e durante o vínculo com a universidade.

No estudo em tela, a maior parte das mulheres referiu que a violência ocorreu no primeiro ano do curso, seguido do segundo, terceiro, e quarto ano ou mais, respectivamente. Além disso, algumas mulheres não relataram um período exclusivamente, de modo que a violência permeou mais de um ano do curso. Sobre o período em que as violências ocorrem

na universidade, há uma tendência observada em estudos internacionais da chamada zona vermelha, em que o primeiro ano do curso possui taxas mais altas de violência, especialmente agressão sexual, do que os demais períodos (ARMSTRONG; HAMILTON; SWEENEY, 2006; CRANNEY, 2015; FANTASIA et al, 2018; KREBS et al, 2010).

Não há um consenso sobre a razão da zona vermelha ocorrer no início do curso, entretanto existem algumas hipóteses. Alguns autores relacionam a zona vermelha com a formação de grupos, conhecidos como irmandades ou fraternidades, que são grupos de estudantes com determinadas características em comum que se apoiam durante o período universitário. Por meio destes grupos, os estudantes do primeiro ano possuem acesso facilitado ao álcool, visto que é comum a realização de festas das fraternidades (ARMSTRONG; HAMILTON; SWEENEY, 2006).

Neste mesmo estudo sugeriu-se também como causa da zona vermelha no início do curso, a vulnerabilidade social das mulheres calouras como novas alunas, aliada à necessidade de aceitação social (ARMSTRONG; HAMILTON; SWEENEY, 2006). Em outro estudo, as estudantes referiram que nos primeiros anos do curso eram mais propensas a serem convidadas para festas no campus, o que estaria relacionado ao maior número de agressões sexuais neste período (KIMBLE et al., 2008).

Cabe refletir sobre estas últimas hipóteses para a realidade brasileira, visto que em nosso país não é comum a formação de irmandades e fraternidades. Além disso, é importante discutir junto à comunidade acadêmica sobre o fenômeno da zona vermelha, além de buscar informações sobre suas possíveis causas e associações. Um exemplo que pode ser seguido é o da Universidade do Estado de Utah, nos Estados Unidos, em que há um importante diálogo sobre a zona vermelha com os alunos, com campanhas de conscientização, visando aumentar o conhecimento dos estudantes sobre este tema (WIBLE, 2013).

Em relação à tipificação das violências ocorridas exclusivamente no período de vínculo com a Universidade, não houve diferença em relação à ordem de frequência das violências ocorridas ao longo da vida. A vitimização psicológica foi a mais relatada, seguida da moral, sexual, física e patrimonial, respectivamente. Na mesma perspectiva, um estudo colombiano realizado com estudantes de medicina homens e mulheres demonstrou que o tipo de violência relatado com maior frequência na universidade foi a psicológica, seguida da sexual e da física (MORENO-REALPHE et al, 2015). Novamente é possível observar que algumas características da população universitária se assemelham à população em geral.

6.3 DESCRIÇÃO DA ROTA CRÍTICA DAS MULHERES ESTUDANTES UNIVERSITÁRIAS PARA O ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA DE GÊNERO

De acordo com Sagot (2009), o processo da rota crítica se inicia quando as mulheres revelam para alguém a violência sofrida, com a finalidade de buscar ajuda. Portanto, para que a rota se inicie, as mulheres precisam se perceber em situação de violência de gênero, algo que pode não ser tão simples em uma sociedade desigual para homens e mulheres. Além disso, cabe manifestar que neste momento político, os debates sobre gênero e direitos da mulher não são estimulados.

Neste estudo, o questionário apresentou uma breve descrição das tipificações de violência abordadas na Lei Maria da Penha, o que pode ter auxiliado as mulheres a responder, contribuindo para diminuir a falta de percepção de violência. Esta descrição torna-se importante tendo em vista os dados de um estudo espanhol em que a prevalência de violência aumentou de 13% para 62% quando foram fornecidas descrições de situações específicas (VALLS et al, 2016).

Apesar disso, muitas mulheres podem sofrer violências e não ser capazes de identificá-las, de modo que os números de violência podem ser maiores do que os que temos acesso. Em uma pesquisa na Espanha, realizada com estudantes universitários de ambos os sexos, o ato de impedir que as mulheres conversassem com outras pessoas não foi considerado uma forma de violência por parte dos estudantes. Da mesma forma, 26% deles acreditam que fazer comentários desagradáveis sobre a aparência física das mulheres também não é considerado uma forma de violência. Contudo, as mulheres tiveram um maior reconhecimento de violência do que os estudantes homens (VALLS et al, 2016).

Entretanto, a não identificação das situações de violência ocorre em mulheres universitárias, inclusive em situações consideradas mais graves, como o estupro por exemplo. As estudantes podem classificar o estupro sofrido não como um episódio de violência, mas como um sexo ruim, um episódio de falta de comunicação, uma sedução ou apenas não saber como rotular o incidente. Essa dificuldade da mulher em qualificar e reconhecer a violência tende a ocorrer quando o agressor é alguém com quem a estudante mantém um relacionamento (LITTLETON et al, 2017).

Neste estudo, 77,6% das mulheres estudantes universitárias contaram a situação de violência para alguém, caracterizando o “romper com o silêncio”, apontado por Sagot (2007) como o passo inicial da rota crítica. Entretanto, na pergunta seguinte, quando questionadas se pediram ajuda para alguém, esta taxa caiu para 37%. A partir disso, pode-se pensar em duas

possibilidades; uma delas é que as mulheres podem não identificar o fato de revelar a situação para alguém como uma forma de buscar ajuda. Ainda, as mulheres podem ter contado sobre sua situação sem a intenção de pedir ajuda para sanar a violência.

Estas questões foram observadas também em um estudo colombiano, em que a resposta mais frequente de estudantes que sofreram violência, tanto homens quanto mulheres, foi ignorar a situação, seguido por contar a um amigo (MORENO-REALPHE et al, 2015).

Diversos podem ser os motivos para que as mulheres estudantes universitárias não busquem auxílio para as situações de violência. Dentre eles, vergonha, culpabilização, medo relacionado ao estresse em relatar a situação novamente e reviver o momento e acreditar que a situação não foi grave o suficiente para relatar a alguém. Ainda, foram citados o medo de respostas inadequados, ineficazes e não resolutividade da situação, além do medo da desqualificação ou dúvida sobre a situação ter realmente acontecido (HOLLAND; CORTINA, 2017).

No estudo atual, a maior parte das mulheres revelaram que não conhecem quais são os serviços que estão disponíveis para auxiliá-las em uma situação de violência. Esta informação pode ser considerada um fator interveniente na rota crítica das mulheres estudantes universitárias visto que um dos fatores impulsionadores para o início e manutenção da rota crítica diz respeito justamente à informação e conhecimento das mulheres (SAGOT, 2007; ARBOIT; PADOIN; PAULA, 2019).

No que tange aos pontos da rota em nível institucional, percorridos pelas estudantes universitárias em sua busca por ajuda, o setor saúde e o setor policial foram os mais buscados. Após, foram citados os serviços ligados à universidade, setor judiciário, setor de assistência social e setor comunitário. Entretanto, o número de mulheres que buscou estes serviços é baixo, visto que o setor saúde que foi o mais buscado acumulou apenas 16,7% das respostas, indicando que a maior parte das mulheres que sofreram algum tipo de violência ao longo da vida não buscaram ajuda institucional. Além disso, em relação à denúncia formal da violência em um órgão policial, um décimo das estudantes o fez.

Em relação à busca por ajuda, em um estudo nos Estados Unidos, dentre as que buscaram ajuda em serviços formais, os serviços médicos foram os mais utilizados, seguidos por advogado, polícia e assistente social e abrigo. Ainda, todos aqueles que usaram fontes formais de ajuda também usaram fontes informais de ajuda. A ajuda informal foi usada por 88,9% das vítimas, sendo os amigos os mais utilizados, seguidos pela família, família do parceiro, colegas de trabalho e alguém ligado à religião (CHO; HUANG, 2016).

A não busca por ajuda em espaços institucionais se dá pelo desejo das mulheres de lidar com a situação de outras formas, preferindo não pensar sobre o caso. Elas relatam o desejo de esquecer a situação e seguir em frente com suas vidas, acreditando que relatar o caso para algum órgão prolongaria a situação e elas se envolveriam com isso por mais tempo (HOLLAND; CORTINA, 2017).

Contudo, a baixa busca por serviços de saúde pode mascarar outras necessidades de saúde das mulheres com histórico de violência. No Canadá, as mulheres que relataram violência foram mais propensas a ser diagnosticadas com uma IST, quando comparadas as que não relataram violência. Também, as mulheres que relataram violência possuíam autoestima mais baixa e eram menos propensas a perceber sua saúde psicológica como boa. Ainda, nos casos de vitimização dupla em mulheres universitárias, esta mostrou-se relacionada ao não uso de métodos contraceptivos (LÉVESQUE et al, 2016).

Além disso, as mulheres que sofrem violência sexual especificamente, possuem consequências negativas relacionadas à sua saúde sexual e reprodutiva. Em pesquisa nos Estados Unidos, as mulheres que sofreram determinados tipos de violência sexual relataram falta de desejo sexual e dificuldade em atingir orgasmo (TURCHICK; HASSIJA, 2014). Cabe refletir sobre estas repercussões na sexualidade das mulheres estudantes, visto que em sua maioria são mulheres adultas jovens. Também, cabe considerar que na universidade expandem seu círculo social, podendo encontrar parcerias sexuais e desenvolver laços afetivos.

Ademais, os dados referentes as taxas de violência de gênero destinada às mulheres provêm majoritariamente das notificações nos serviços de saúde ou de registros em órgãos policiais. Ao se identificar que existe um grande número de mulheres em situação de violência que não busca por estes serviços, pode-se pensar na subnotificação, demonstrando que não se conhece a real dimensão do problema.

Buscar ajuda em algum órgão ou setor da universidade foi indicado por apenas 8% das mulheres. Um estudo recente aponta as razões para as mulheres não buscarem os serviços da universidade em situações de violência. Dentre eles estão envolvidos problemas logísticos, como a falta de tempo relacionada às demandas acadêmicas e o desconhecimento sobre os locais de suporte, seu funcionamento e o sigilo e confidencialidade de seu relato. Além disso, pela demora em reconhecer algumas situações de violência, as alunas podem acreditar que já se passou muito tempo e que não será válido relatar um episódio passado (HOLLAND; CORTINA, 2017).

A pouca procura por serviços e setores da Universidade pode estar relacionado ao fato de que as mulheres estudantes universitárias podem ser atendidas em outros serviços disponíveis nos municípios em que moram, sendo amparadas pela rede de atendimento às mulheres em situação de violência, a qual inclui serviços de saúde e assistência social vinculados ao SUS e serviços de cunho policial e judiciário. Ou seja, as mulheres estudantes universitárias possuem os mesmos direitos e podem utilizar os mesmos serviços que mulheres não universitárias.

Também, no âmbito da UFSM, não há um serviço específico para atendimento de casos de violência de gênero, mesmo os ocorridos dentro da Universidade. Entretanto, a instituição oferta aos estudantes serviços relacionados à saúde em geral e ao desenvolvimento acadêmico, os quais fazem parte das ações de assistência estudantil. Estes têm grande importância, visto que a UFSM é reconhecida como uma das universidades brasileiras que mais presta serviços de assistência estudantil (UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA, 2019).

Dentre os serviços ligados à universidade, o mais citado pelas estudantes em sua rota crítica foi o SATIE, vinculado à PRAE. Este serviço oferta acolhimento psicossocial voltado à diversas demandas estudantis. Além disso, oferece atendimento odontológico e atividades de promoção ao lazer e bem-estar, incluindo uma diversidade de oficinas e atividades culturais.

O segundo local mais citado vinculado à universidade engloba o Núcleo de Apoio à Aprendizagem – ÂNIMA, e a Coordenadoria de Ações Educacionais (CAED). O ÂNIMA é um serviço vinculado à CAED e possui como foco a aprendizagem e a conclusão de curso dos estudantes da UFSM. Este serviço visa contribuir para o enfrentamento de dificuldades no contexto universitário e melhorar o aproveitamento acadêmico, oferecendo suporte educativo, emocional e pedagógico.

Também foi citado pelas mulheres o serviço de ouvidoria. Este é responsável por denúncias e reclamações envolvendo pessoas da universidade e possui seu contato divulgado no endereço eletrônico da instituição. Após, foram citados departamentos ou coordenações dos cursos como componentes da rota crítica das mulheres estudantes. Desta forma, pode-se pensar que por vezes, professores, coordenadores ou outras pessoas da instituição são vistas como rede de apoio para as estudantes.

Ainda, as mulheres relataram ter buscado ajuda nos Núcleos de Apoio Pedagógico (NAP), os quais estão presentes em todos os campi da UFSM nas Unidades de Apoio Pedagógico (UAP) distribuídas nos centros acadêmicos. O objetivo dos NAP's e UAP's é

oferecer apoio e assistência estudantil, contribuindo para o desenvolvimento, adaptação e permanência dos estudantes na universidade.

Algumas mulheres relataram também buscar ajuda diretamente na PRAE e outras em psicólogo/a de serviço não especificado. Além dos serviços supracitados que oferecem apoio psicológico, a UFSM conta também com a Clínica de Estudos e Intervenções em Psicologia (CEIP). O serviço, vinculado ao curso de psicologia oferta atendimento psicológico à população universitária e à comunidade em geral.

Ainda, algumas mulheres citaram Diretórios Acadêmicos (DA), Diretório Central dos Estudantes (DCE) e a diretoria da Casa do Estudante Universitário (CEU) como pontos de sua rota crítica. Estes são entidades em que os próprios estudantes se organizam, a fim de reivindicar demandas para o bom funcionamento de seus cursos e da universidade como um todo. Desta forma, ao discutir acerca da situação das mulheres estudantes em situação de violência, faz-se necessário considerar a autonomia estudantil e incluir estas entidades no planejamento e execução de ações voltadas à temática da violência de gênero.

Em um estudo na Espanha, 91% das estudantes não denunciaram o incidente à instituição, entretanto, parte delas contou para alguém. O principal motivo relatado para isso foi que não sabiam se existia algum serviço na Universidade voltado ao atendimento de pessoas em situação de violência. Dentre as pessoas que optaram por denunciar uma situação de violência no contexto universitário, quase um terço das vítimas não sentiram apoio da instituição. Contudo, grande parte dos estudantes entrevistados afirmaram sobre a necessidade das universidades em oferecer serviços às pessoas que sofrem quaisquer tipos de violência de gênero (VALLS et al, 2016).

Em uma pesquisa com mulheres que sofreram violência por parceiro íntimo, estudantes de *Community College*³, observou-se que os serviços ofertados pela Community College foram mais utilizados e apreciados do que os serviços da comunidade em geral. As estudantes buscaram ajuda principalmente de membros do corpo docente para lidar com seus desafios, vendo estas pessoas como provedoras de apoio emocional. Outras citaram programas de assistência ao estudante, de aconselhamento e tutoria. Ainda, poucos estudantes buscaram recursos fora do campus ou não ligados à Community College (VOTH SCHRAG; EDMOND, 2018).

Nos Estado Unidos, os serviços de saúde vinculados à Universidades, voltados ao atendimento da população acadêmica são comuns. Entretanto, quando os e as estudantes

³ Tipo de instituição destinada à alunos que já possuem ensino médio e que oferece cursos de menor duração que as Universidades - não há uma equivalência no Brasil em relação à estas instituições.

visitam estes locais, dificilmente são questionados sobre seus relacionamentos e sobre situações de violência (FANTASIA; SUTHERLAND, 2016; SUTHERLAND; FANTASIA; HUTCHINSON, 2016). Isso pode gerar uma anamnese incompleta, ocultando necessidades importantes de saúde desta população.

Assim, é importante que os serviços da universidade relacionados à saúde dos e das estudantes, divulguem suas ações e objetivos, de modo que a população universitária tenha informações precisas de onde buscar ajuda. O rastreamento das situações de violência nestes locais também se torna importante, visto que muitas mulheres podem não revelar a violência sofrida caso não sejam instigadas sobre esse assunto.

Além da assistência prestada às mulheres estudantes universitárias em situação de violência de gênero, destaca-se também o papel da universidade nos eixos relacionados à prevenção e combate à violência, garantia de direitos das mulheres e educação para equidade de gênero. Enquanto instituição formadora de profissionais é necessária a promoção de um ambiente que estimule debates sobre temas de relevância social, como a violência de gênero.

Neste sentido, em 2017, a UFSM criou a Comissão Institucional de Políticas de Igualdade de Gênero da Universidade Federal de Santa Maria, designada pela portaria nº 85.895, de 22 de setembro de 2017 (UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA, 2017), apoiada pelo Observatório de Direitos Humanos e Pró-Reitoria de Extensão. O texto da política foi apresentado em reuniões abertas realizadas nas unidades de ensino e nos campus da instituição, a fim de ser construído conjuntamente com a comunidade universitária, tendo como premissa básica “Criar uma Universidade sem machismo, homofobia e racismo”.

Destaca-se também, o papel do Observatório de Direitos Humanos da UFSM, o qual tem como objetivo a promoção da cidadania e da cultura de direitos humanos, desenvolvendo ações e destinando recursos para projetos de ensino, a pesquisa e a extensão. O observatório trabalha com grupos populacionais em situação de vulnerabilidade social, divididos em eixos, sendo um deles, as mulheres.

Em **relação ao local, serviço ou pessoa mais importante de sua rota crítica**, a maior parte das mulheres relatou membros da família ou amigos. Contudo, estas pessoas não são consideradas setores institucionais da rota, originalmente proposta por Sagot (2007), a qual inclui serviço de saúde, judiciário, policial, educacional, assistência social e serviços comunitários.

Entretanto, esta informação se repetiu em estudo com mulheres estudantes dos Estados Unidos que sofreram violência por parceiro íntimo. Estas, quando foram questionadas sobre seu principal apoio para seguir as demandas acadêmicas após a situação de violência, citaram

com maior frequência vários membros da família de origem (VOTH SCHRAG; EDMOND, 2018).

No estudo de Amar, Bess e Stockbridge (2010), as mulheres estudantes viam a vida de suas mães e de outras mulheres da família como exemplos para seu comportamento. Muitas recebiam informações de suas mães sobre a não tolerância a situações de violência por parceiros e a importância da união feminina e familiar para enfrentar a violência. Por outro lado, em algumas culturas a violência é tolerada socialmente, de modo que manter uma família unida torna-se mais importante do que enfrentar a situação de violência. Algumas mulheres reconheceram que a cultura patriarcal pode moldar as representações acerca da violência (AMAR; BESS; STOCKBRIDGE, 2010).

Cabe ressaltar que em experiência anterior da autora, na mediação de um grupo de mulheres usuárias de álcool ou outras drogas que se encontravam em situação de violência, estas não obtiam sucesso quando buscavam ajuda da família. Os discursos que ouviam remetiam à necessidade de se manter no vínculo familiar, mesmo em situações repetidas de violência. Isto porque muitas mulheres da família também sofriam violência, sendo algo naturalizado em suas vidas.

Assim, pode-se perceber que as questões geracionais e culturais podem influenciar nas percepções das mulheres sobre a violência. Deste modo é preciso considerar esta dualidade proveniente do fato de buscar ajuda na família, visto que as percepções das mulheres são fator impulsionador da rota crítica (SAGOT, 2007).

O setor institucional mais citado pelas mulheres estudantes universitárias como o serviço mais importante de sua rota foi o setor saúde, pessoalizado principalmente na figura dos profissionais de psicologia. Este fato pode estar relacionado às concepções sobre a rede de atendimento à mulheres em situação de violência. Por vezes, os próprios profissionais de saúde têm o entendimento de que a rede é limitada ao setor saúde (ARBOIT et al, 2017). Estas representações dos servidores dos serviços são apontadas por Sagot (2007) como fatores de resposta para a rota crítica.

Ainda dentre os serviços ou pessoas mais importantes na rota crítica das mulheres estudantes universitárias, foram citados companheiros, órgão ou pessoa da universidade, do setor jurídico-policial, Deus ou instituição religiosa, dentre outros. Desta forma, evidencia-se a diversidade de possibilidades de composição da rota das mulheres, de modo que cada uma delas pode ter uma experiência ou percepção diferente de uma pessoa ou serviço semelhante.

Contudo, parte das mulheres referiu que elas mesmas foram a pessoa mais importante em sua busca por ajuda, enxergando de forma positiva o fato de terem conseguido superar a

situação de violência. Ademais, algumas mulheres referiram que não houve ninguém e/ou que nenhum serviço foi mais importante. Ou seja, muitas mulheres estudantes universitárias lidam sozinhas com suas situações, evidenciando rotas incompletas, inacabadas e por vezes, não iniciadas. O enfrentamento da situação de violência evidencia-se como um processo solitário para algumas delas.

6.4 ASSOCIAÇÃO ENTRE A VIOLÊNCIA DE GÊNERO NO PERÍODO DE VÍNCULO COM A UNIVERSIDADE COM AS VARIÁVEIS DE INTERESSE

A violência de gênero após a entrada na universidade foi associada com as variáveis de interesse, sendo observado que a maior parte das mulheres estudantes que não sofreu violência também relatou não possuir vida sexual ativa, sendo esta associação significativa ($p=0,048$). Este dado vai ao encontro dos achados de Tora (2013), em que estudantes da Etiópia que relataram vida sexual ativa tinham chances maiores de relatar estupro e assédio físico, quando comparadas às que não possuíam vida sexual ativa. Do mesmo modo, em pesquisa nos Estados Unidos sobre agressão sexual em estudantes universitárias, observou-se que não possuir vida sexual ativa parecia proteger as mulheres deste tipo de violência (WIGDERSON; KATZ, 2015).

Ao apresentar alguns mitos que sustentam as raízes patriarcais em nossa sociedade, Pinheiro e Álvares (2017) fazem alusão à figura religiosa da virgem Maria, ilustrando a maternidade e a virgindade como características desejáveis socialmente para as mulheres. As autoras referem que a pregação da virgindade para a mulher, vai além do ato sexual, mas inclui seus desejos e sentimentos. Assim, é esperado que a mulher esconda seus desejos sexuais e se prive do prazer.

Neste ponto de vista, cabe refletir acerca da possível influência do patriarcado também nas questões sobre a violência de gênero em mulheres universitárias. A influência pode se dar de modo que as mulheres que não possuem vida sexual ativa tenham a imagem do “tipo de mulher” que deva ser respeitada, não “merecendo” uma agressão.

No presente estudo, houve associação significativa entre não sofrer violência de gênero após ingresso na universidade com ser casada ($p<0,001$) e residir com companheiro ($p<0,001$). Nesta perspectiva, uma pesquisa com mulheres estudantes evidenciou que as mulheres sem companheiro foram mais prováveis a relatar experiência de violência sexual. Além disso, os níveis de violência física foram maiores entre as que não tinham namorado

(TORA, 2013). O fato de ter um companheiro parece atuar como fator de proteção para a violência de gênero em mulheres universitárias.

No estudo em tela, a maior parte das mulheres que não sofreu violência de gênero após ingresso na universidade associou-se significativamente a estar cursando especialização ($p=0,016$) e ter 51 anos ou mais ($p<0,001$). Semelhante a isto, um estudo na Etiópia relata que a maior probabilidade de sofrer tentativa de estupro especificamente, ocorre em mulheres mais jovens, com menos de vinte anos de idade (TORA, 2013).

Em relação à identidade de gênero, a porcentagem de mulheres que relataram sofrer violência após entrada na universidade foi maior entre as mulheres transgênero, quando comparadas às mulheres cis gênero, porém, esta associação não foi significativa.

Pesquisa realizada nos Estados Unidos com adultos LGBTQ (lésbicas, gays, bissexuais, transgêneros e *queer*) indicou que pessoas transgêneros relataram uma prevalência estatisticamente significativa de violência sexual ao longo da vida em relação às pessoas com identidade cisgênero (LANGENDERFER-MAGRUDER et al, 2016). O mesmo resultado foi encontrado em pesquisa realizada especificamente com a população universitária (COULTER et al, 2017).

A vulnerabilidade das pessoas transgênero à violência pode ser explicada devido ao não reconhecimento das identidades trans pela sociedade e o constante processo de exclusão à que estão submetidas em suas vidas, permeado por abandono e falta de apoio familiar, exclusão escolar e no mercado de trabalho, fatores que levam à marginalização desta população. Além disso, a pouca discussão sobre gênero nas escolas e as questões religiosas auxiliam no processo de exclusão social destas pessoas (ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE TRAVESTIS E TRANSEXUAIS DO BRASIL/INSTITUTO BRASILEIRO TRANS DE EDUCAÇÃO, 2019).

Deste modo, as pessoas com identidade trans passam a não mais se enxergar como cidadãos e cidadãs e têm suas possibilidades de qualificação ou realização profissional comprometidas. Este fenômeno é observado na realidade brasileira, haja vista que apenas 0,02% da população brasileira transgênero está no ensino superior, de acordo com a estimativa do Observatório do Terceiro Setor (2018).

Quanto à orientação sexual, a maior porcentagem de mulheres que não relatou sofrer violência após a entrada na universidade foi observada no grupo que incluiu mulheres assexuais, pansexuais, que não sabem ou não informaram sua orientação sexual. Esta associação foi estatisticamente significativa ($p<0,001$).

Este dado difere de estudos realizados nos Estados Unidos, em que as mulheres não heterossexuais relatam taxas significativamente mais altas de vitimização do que mulheres exclusivamente heterossexuais (DRABBLE et al, 2013; JOHNSON; MATTHEWS; NAPPER, 2016). Também, em estudo no Canadá, com a população de universitárias, as mulheres de minorias sexuais em geral relataram taxas mais altas de violência quando comparadas às heterossexuais. As mulheres pansexuais relataram taxas mais altas de assédio e comportamentos sexuais indesejados do que as mulheres heterossexuais (MARTIN-STOREY et al, 2018).

Contudo, pode haver dificuldade em realizar comparações entre os estudos, de modo que a classificação adotada em cada um para a orientação sexual é divergente. Os estudos tendem a utilizar, além da orientação heterossexual, apenas as orientações sexuais mais conhecidas como homossexual e bissexual, (BUHI et al, 2009; DRABBLE et al, 2013; LINDSQUIT et al, 2013). Assim, torna-se importante refletir sobre a diversidade de orientações sexuais, a fim de obter um conhecimento mais específico da distribuição da violência de gênero em relação à orientação sexual.

7 CONCLUSÕES

Este estudo analisou a rota crítica de mulheres estudantes universitárias em situação de violência de gênero. Os resultados obtidos permitiram elaborar as seguintes conclusões:

7.1 CARACTERIZAÇÃO SOCIODEMOGRÁFICA E ACADÊMICA DAS MULHERES ESTUDANTES UNIVERSITÁRIAS

- Participaram do estudo 1469 mulheres, as quais estudam no campus sede em Santa Maria (n=1252; 85,2%), em Palmeira das Missões (n=120; 8,2%), Frederico Westphalen (n=66; 4,5%) e em Cachoeira do Sul (n=31; 2,1%);

- A maioria das participantes é brasileira (n=1461; 99,5%), natural de cidades que não possuem campus da UFSM (n= 935; 63, 6%) e que precisaram mudar de cidade para dar início ao seu curso (n= 836; 56,9%);

- Prevaleram as estudantes de graduação (n=1053; 71,7%), de cursos de bacharelado (n= 759; 51,7%), que estão no quarto ano ou mais do curso (n= 431; 29,3%);

- Em relação à unidade de ensino, a maior parte das estudantes de Santa Maria pertence ao CCSH (n=282; 22,5%);

- A maioria das participantes concentra-se na faixa etária entre 21 e 25 anos (n=596; 40,6%) e se mantém financeiramente na universidade com auxílio dos pais ou familiares (n=498; 33,9%), sendo que a renda familiar, na maior parte, é entre um e quatro salários mínimos (n=840; 57,2%);

- A maioria das participantes é branca (n=1188; 80,9%), cis sexual (n=1466; 98,2%), heterossexual (n=1113; 75,8%), está namorando (N=551; 37,5%), não possui filhos (n=1242; 84,5%) e mora com membros da família (n= 471; 32,1%);

- As mulheres estudantes da UFSM são majoritariamente pessoas que não possuem nenhum tipo de deficiência (n= 1425; 97%), que têm vida sexual ativa (n= 1193; 81,2%) e não estão grávidas (n= 1455; 99%).

7.2 CARACTERIZAÇÃO DAS SITUAÇÕES DE VIOLÊNCIA DE GÊNERO RELATADAS PELAS MULHERES ESTUDANTES UNIVERSITÁRIAS

- A maior parte das estudantes da UFSM relatou alguma situação de violência ao longo da vida (n=900; 61,3%), com predomínio da violência psicológica (n=243; 16,8%);

- Entre as que sofreram violência, os agressores mais citados foram seus companheiros (n= 316; 35,11%) e o principal local de ocorrência da violência foi na casa das mulheres (n=552; 58%);

- A maior parte das estudantes que sofreram violência relataram que não estavam sob efeito de álcool ou outras drogas (n=831; 95,3%), nem os seus agressores (n=742; 89,2%);

- Do total de participantes, quase um terço (n=417; 28,4%) sofreu violência durante o período em que já estavam matriculadas na universidade e a maioria delas (n=161; 38,71%) referiu que a violência ocorreu no primeiro ano do curso;

- Entre as mulheres que sofreram violência no período de vínculo com a universidade, a violência psicológica foi a mais prevalente (n=372; 89,21%).

7.3 DESCRIÇÃO DA ROTA CRÍTICA DAS MULHERES ESTUDANTES UNIVERSITÁRIAS PARA O ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA DE GÊNERO

- A maior parte das mulheres que sofreram violência contaram a situação para alguém (n=646; 76,8%), e relataram não pedir ajuda a alguém (n= 592; 63,0%);

- A maioria das estudantes que sofreram violência desconhece os serviços disponíveis para auxiliá-las em situação de violência (n= 556; 66,7%);

- Entre as mulheres que iniciaram a rota crítica, a maioria buscou ajuda no setor saúde (n=139; 16,7%), sendo o psicólogo particular (n= 78; 56,12%) o serviço mais buscado deste setor;

- No setor judiciário, os serviços mais buscados pelas mulheres foram o Ministério Público (n=14; 27,45%) e o Juizado especializado em violência doméstica (n=14; 27,45%);

- No setor policial, a maioria das mulheres buscou a delegacia civil (n=45; 47,37%);

- Em relação ao setor de assistência social, a maioria das mulheres buscou ajuda em outros serviços (n=14; 48,7%), que não o CRAS e CREAS;

- A maior parte das mulheres que buscou ajuda no setor comunitário recorreu a uma instituição religiosa (n=10; 62,5%);

- Entre as mulheres que sofreram violência e buscaram ajuda na universidade, o serviço que prevaleceu foi o SATIE/PRAE (n=18; 26,86%);

- Os familiares foram as pessoas mais importantes para as estudantes no enfrentamento à violência de gênero (n=135; 43, 83%).

7.4 ASSOCIAÇÃO ENTRE A VIOLÊNCIA DE GÊNERO NO PERÍODO DE VÍNCULO COM A UNIVERSIDADE COM AS VARIÁVEIS DE INTERESSE

- Houve associação significativa entre não sofrer violência na universidade e não possuir vida sexual ativa ($p=0,048$);
- Houve associação significativa entre não sofrer violência na universidade e residir com companheiro ($p<0,001$);
- Houve associação significativa entre não sofrer violência na universidade e ser casada ($p<0,001$);
- Houve associação significativa entre não sofrer violência na universidade e ser assexual, pansexual, não saber ou não informar a orientação sexual ($p<0,001$);
- Houve associação significativa entre não sofrer violência na universidade e estar cursando especialização ($p= 0,016$);
- Houve associação significativa entre não sofrer violência na universidade e ter 51 anos ou mais ($p<0,001$);
- Houve associação significativa entre não sofrer violência na universidade e ser estudante do Colégio Politécnico ou CTISM ($p= 0,047$).

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao final deste estudo, é possível afirmar que a violência de gênero ocorre em diversos espaços e está presente no ambiente universitário. Além disso, identificou-se que a maior parte das estudantes universitárias não busca ajuda para enfrentar a violência sofrida, ou seja, não dá início à rota crítica. Ainda, muitas delas dão o passo inicial, quebrando o silêncio e revelando a violência para alguém, geralmente uma pessoa da família ou do círculo de amigas, entretanto, não incluem setores institucionais em sua rota.

O ineditismo do estudo está na caracterização da rota crítica em uma população específica de mulheres, as estudantes universitárias. Estas, majoritariamente mulheres jovens, em busca de sua carreira educacional e profissional, também possuem caminhos diversos para o enfrentamento da violência de gênero que vivenciam ao longo de suas vidas e, no período de vínculo com a universidade.

Espera-se que este estudo possa contribuir para a área da saúde, e para as demais que compõem a rede de atendimento às mulheres em situação de violência, como a justiça, o serviço social e, neste caso, os setores e serviços da universidade. Também, espera-se contribuir para o conhecimento científico do núcleo da enfermagem, visto que estes profissionais podem compor uma diversidade de serviços em que é possível receber mulheres em situação de violência. Além disso, o atendimento às demandas de saúde destas mulheres constitui-se como uma das atribuições da enfermagem.

Também, destaca-se que o setor mais buscado pelas mulheres estudantes em sua rota crítica foi o setor saúde. Contudo, este setor foi pessoalizado principalmente na figura do psicólogo, o que pode indicar as repercussões psicológicas da violência de gênero nas estudantes universitárias. Ademais, pode-se pensar que as informações a respeito da atuação de outros profissionais no enfrentamento da violência de gênero, como a equipe de enfermagem por exemplo, não esteja explícita às mulheres estudantes.

Neste sentido, atenta-se para a necessidade de estratégias de divulgação dos serviços que compõem a rede de atendimento às mulheres em situação de violência de gênero, de modo que neste estudo, a maioria das participantes relatou não conhecer estes serviços.

Em relação às limitações deste estudo, destaca-se a dificuldade em identificar a associação entre a rota crítica e as características sociodemográficas das estudantes universitárias, pois a maior parte dos estudos está restrita a conhecer os serviços e os componentes que integram a rota crítica das mulheres em situação de violência. Também, observou-se que algumas questões do questionário precisam ser adaptadas, de modo que se

possa obter mais características sobre a violência de gênero ocorrida no período de vínculo com a universidade.

Ainda, destaca-se a importância da valorização da universidade pública e das ações e serviços de assistência estudantil ofertados por estas instituições. Identificou-se que os serviços ofertados pela universidade, mesmo os que não possuem o objetivo direto de atendimento à saúde, compuseram a rota crítica de algumas mulheres universitárias para enfrentar a violência de gênero. Além disso, destaca-se que a universidade tem desenvolvido ações na busca pela equidade de gênero, como por exemplo, a criação da Política de Igualdade de Gênero da UFSM.

Por fim, aponta-se a necessidade de outros estudos que investiguem as dinâmicas de enfrentamento da violência de gênero em mulheres estudantes universitárias, considerando os elementos conceituais da rota crítica. Espera-se que seja possível ampliar o conhecimento da rota crítica nesta população e considerar as estudantes universitárias nas ações e estratégias voltadas ao enfrentamento da violência.

Deste modo, espera-se caminhar para uma realidade social em que todas as mulheres recebam apoio resolutivo e acessível para a enfrentar a violência de gênero. Além disso, que os setores que compõem a rota crítica possam ser para as mulheres, fontes de conhecimento e informação a respeito de seus direitos, para que seja possível enfrentar a cultura patriarcal e as desigualdades de gênero.

REFERÊNCIAS

- AIZPURA, E.; CARAVACA-SANCHEZ, F.; STEPHENSON, A. Victimization Status of Female and Male College Students in Spain: Prevalence and Relation to Mental Distres. **Journal of Interpersonal Violence**, v.1, n.23, 2018.
- ÁLVARES, M. L. M.; PINHEIRO, I. Mitos: pilares que sustentam o patriarcado na perspectiva de Simone de Beauvoir. **Gênero na Amazônia**, Belém, n. 7, v.12, 2017. Disponível em: < <http://www.generonaamazonia.ufpa.br/edicoes/edicao-7/01-mitos-pilares-que-sustentam-o-patriarcado.pdf>>. Acesso em: 29 jan 2020.
- AMAR, A. F.; BESS, R.; STOCKBRIDGE, J. Lessons from families and communities about interpersonal violence, victimization, and seeking help. **J Forensic Nurs.**, v.6, n.3, p. 110-120, 2010. doi: 10.1111/j.1939-3938.2010.01076.x.
- AMARAL, A. E. V.; SILVA, M. A.; LOPES, F. L.; LEITE, C. A.; LUCA, L.; RODRIGUES, T. C. Programa de acolhimento a universitários: relato de experiência em clínica-escola. **Revista de Psicologia**, v. 15, n. 23, p. 27-35, 2012. Disponível em: <<http://www.pgsskroton.com.br/seer/index.php/renc/article/view/2465/2362>>. Acesso em: 26 fev 2019.
- AMORIM, V. G. **Gênero e Educação Superior: perspectiva de alunas de Física**. 2017. 112f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2017.
- ANDRADE, J. O.; CASTRO, S. S.; HEITOR, S. F. D.; ANDRADE, W. P.; ATIHE, C. C. Indicadores da violência contra a mulher provenientes das notificações dos serviços de saúde de Minas Gerais-Brasil. **Texto Contexto Enferm**, v. 25, n.3, e. 2880015, 2016. Disponível em: < <http://www.redalyc.org/pdf/714/71446759020.pdf>>. Acesso em 18 out 2018.
- AQUINO, R. C. A.; PASSOS, M. N. S. Assistência de enfermagem às mulheres vítimas de violência sexual na atenção básica. **Estácio Saúde**, v. 7, n. 2, 2018. Disponível em: <<http://revistadireitobh.estacio.br/index.php/saudesantacatarina/article/viewFile/4496/47964931>>. Acesso em: 24 out 2018.
- ARBOIT, J.; PADOIN, S. M. M.; PAULA, C. C. Critical path of women in situation of violence: an integrative literature review. **Rev Bras Enferm.**, v. 72, Suppl. 3, p.321-32, 2019. doi: <http://dx.doi.org/10.1590/0034-7167-2018-0265>
- ARMSTRONG, E. A.; HAMILTON, L.; SWEENEY, B. Sexual assault on campus: A multilevel, integrative approach to party rape. **Social Problems**, v.53, p.483-499, 2006.
- ARRUDA, C. S. L.; FRIEDE. R. O princípio da igualdade como fundamento dos direitos humanos da mulher. **LexCult**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, p. 26-52, maio/ago. 2018. Disponível em: < <http://lexcultccjf.trf2.jus.br/index.php/LexCult/article/view/53/60>>. Acesso em 18 out 2018.
- ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE TRAVESTIS E TRANSEXUAIS DO BRASIL (ANTRA)/INSTITUTO BRASILEIRO TRANS DE EDUCAÇÃO (IBTE). **DOSSIÊ: assassinatos e violência contra travestis e transexuais no Brasil em 2018**. Benevides, B.;

Nogueira, S. (Orgs.), [S. l.], 2019. Disponível em: <<https://antrabrazil.files.wordpress.com/2019/01/dossie-dos-assassinatos-e-violencia-contra-pessoas-trans-em-2018.pdf>>. Acesso em: 03 jan 2020.

BANDEIRA, L. M. Violência de gênero: a construção de um campo teórico e de investigação. *Revista Sociedade e Estado*, v.29, n.2, maio/agosto 2014. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/se/v29n2/08.pdf>>. Acesso em: 11 dez 2018.

BIROLI, F. **Gênero e Desigualdades: os limites da democracia no Brasil**. São Paulo, Boitempo, 2018.

BOTT, B., GUEDES, A., GOODWIN, M. & ADAMS, J. Violencia contra las mujeres en América Latina y el Caribe: análisis comparativo de datos poblacionales de 12 países. Washington, DC: Organización Panamericana de la Salud, 2014. Disponível em: <https://www.paho.org/hq/index.php?option=com_docman&view=download&category_slug=productos-cientificos-tecnicos-ops-oms-6694&alias=28305-violencia-contra-mujeres-america-latina-caribe-analisis-comparativo-datos-poblacionales-12-paises-305&Itemid=270&lang=pt>. Acesso em: 23 out 2018.

BRASIL. Presidência da república. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. **Programa de Prevenção, Assistência e Combate à Violência Contra a Mulher- Plano Nacional: diálogos sobre violência doméstica e de gênero: construindo políticas públicas**. Brasília, 2003a. Disponível em: <<http://www.observatoriodegenero.gov.br/menu/publicacoes/outros-artigos-e-publicacoes/programa-de-prevencao-assistencia-e-combate-a-violencia-contra-a-mulher-plano-nacional/view>>. Acesso em: 13 out 2018.

_____. Presidência da República. **4ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres: mais direitos, participação e poder para as mulheres**. Texto base. Brasília, junho de 2015. Disponível em: <<http://www.spm.gov.br/4cnpm/assuntos/Documentos/texto-base-4cnpm.pdf>>. Acesso em: 10 out 2018.

_____. Lei nº 10.778, de 24 de novembro de 2003. **Estabelece a notificação compulsória, no território nacional, do caso de violência contra a mulher que for atendida em serviços de saúde públicos ou privados**. Brasília, DF, nov. 2003b.

_____. Lei nº 11.340 de 07 de agosto de 2006. **Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências**. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, ago. 2006.

_____. Lei nº 13.266, de 5 de abril de 2016. **Extingue e transforma cargos públicos; altera a Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e a Lei nº 11.457, de 16 de março de 2007; e revoga dispositivos da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003**. Brasília, DF, abr. 2016.

_____. Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019. **Estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios**. Brasília, DF, jun 2019. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/lei/L13844.htm>. Acesso em: 03 jan 2020.

_____. Ministério da Educação. Resumo técnico: Censo da Educação Superior 2018. 2.ed. – Brasília, DF: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2018.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. **Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher: princípios e diretrizes**. Brasília. Ministério da Saúde, 2004.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos. **Agenda de Prioridades de Pesquisa so Ministério da Saúde**. Brasília. Ministério da Saúde, 2018.

_____. Presidência da República. Secretaria Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres. Secretaria de Políticas para as Mulheres. **Política nacional de enfrentamento à violência contra as mulheres**. Brasília (DF): Secretaria de Políticas para as Mulheres; 2011. 45p.

_____. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. **Plano Nacional de Políticas para as Mulheres**. Brasília, 2005.

_____. Senado Federal/DataSenado. **Violência doméstica e familiar contra a mulher**. Brasília, junho de 2017. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/institucional/datasenado/arquivos/aumenta-numero-de-mulheres-que-declaram-ter-sofrido-violencia>>. Acesso em: 28 agosto 2018.
Acesso em: 20 nov. 2018.

BRILHANTE, A. V. M.; NATIONS, M. K.; CATRIB, A. M. F. “Taca cachaça que ela libera”: violência de gênero nas letras e festas de forró no Nordeste do Brasil. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 34, n. 3, e00009317, 2018. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/csp/v34n3/1678-4464-csp-34-03-e00009317.pdf>>. Acesso em: 07 out 2018.

BUHI, E. R.; CLAYTON, H.; SURRENCY, H. H. Stalking Victimization Among College Women and Subsequent Help-Seeking Behaviors. **Journal of American College Health**, v. 57, n.4, p. 419–426, 2009. doi:10.3200/jach.57.4.419-426

CARNEIRO, J. B.; GOMES, N. P.; ESTRELA, F. M.; SANTANA, J. D.; MOTA, R. S.; ERDMANN, A. L. Violência conjugal: repercussões para mulheres e filhas(os). **Esc Anna Nery**, v. 21, n.4, 2017. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/pdf/1277/127752022015.pdf>>. Acesso em: 17 out 2018

CHO, H.; HUANG, L. Aspects of Help Seeking among Collegiate Victims of Dating Violence. **Journal of Family Violence**, v.32, n.4, p. 409–417, 2016. doi:10.1007/s10896-016-9813-3

CORTES, L. F.; PADOIN, S. M. M.; VIEIRA, L. B.; LANDERDAHL, M. C.; ARBOIT, J. Cuidar mulheres em situação de violência: empoderamento da enfermagem em busca de equidade de gênero. **Rev Gaúcha Enferm.**, Porto Alegre, v. 36 n.esp, p. 77-84, 2015. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rgenf/v36nspe/0102-6933-rgenf-36-spe-0077.pdf>>. Acesso em: 07 out 2018.

COSTA, M. S.; SERAFIM, M. L. F.; NASCIMENTO, A. R. S. Violência contra a mulher: descrição das denúncias em um Centro de Referência de Atendimento à Mulher de Cajazeiras, Paraíba, 2010 a 2012. **Epidemiol. Serv. Saúde**, Brasília, v. 24, n.3, p. 551-558, 2015. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/ress/v24n3/2237-9622-ress-24-03-00551.pdf>>. Acesso em: 28 agosto 2018.

COULTER, R. W. S.; MAIR, C.; MILLER, E.; BLOSNIICH, J. R., MATTHEWS, D. D.; MCCAULEY, H. L. Prevalence of Past-Year Sexual Assault Victimization Among Undergraduate Students: Exploring Differences by and Intersections of Gender Identity, Sexual Identity, and Race/Ethnicity. **Prevention Science**, v.18, n.6, p. 726–736, 2017.

CRANNEY, S. The Relationship Between Sexual Victimization and Year in School in U.S. Colleges. **Journal of Interpersonal Violence**, v.30, n.17, p. 3133–3145, 2015. doi:10.1177/0886260514554425

DANTAS, G. S. V.; SILVA, P. L.; SILVA, J. K.; RIOS, M. A. Caracterização dos casos de violência física contra mulheres notificados na Bahia. **Arq. Ciênc. Saúde**, v. 24, n. 4, p. 63-68, out./dez. 2017. Disponível em: <<http://www.cienciasdasaude.famerp.br/index.php/racs/article/view/878/731>>. Acesso em: 19 out 2018.

DATA POPULAR/INSTITUTO AVON. Violência contra a mulher no ambiente universitário, 2015. Disponível em: <http://www.ouvidoria.ufscar.br/arquivos/PesquisaInstitutoAvon_V9_FINAL_Bx20151.pdf>. Acesso em: 28 agosto 2018.

DELZIOVO, C. R.; BOLSONI, C. C.; NAZÁRIO, N. O.; COELHO, E. B. S. Characteristics of sexual violence against adolescent and adult women reported by the public health services in Santa Catarina State, Brazil. *Cad. Saúde Pública*, v. 33, n.6, e00002716, 2017. Disponível em: < <https://www.scielo.org/pdf/csp/2017.v33n6/e00002716/pt>>. Acesso em: 11 dez 2018.

DRABBLE, L.; TROCKI, K. F.; HUGHES, T. L.; KORCHA, R. A.; LOWN, A. E. Sexual orientation differences in the relationship between victimization and hazardous drinking among women in the National Alcohol Survey. **Psychology of Addictive Behaviors**, v.27, n. 3, p. 639– 648, 2013.

FANTASIA, H. C.; SUTHERLAND, M. A. Screening for Physical and Sexual Violence Among College Women. **Journal of Obstetric, Gynecologic & Neonatal Nursing**, v. 45, n. 3, 2016. doi:10.1016/j.jogn.2016.03.107.

FANTASIA, H. C.; SUTHERLAND, M. A.; HUTCHINSON, M. K. Lifetime and Recent Experiences of Violence Among College Women. *J. Forensic Nurs.*, v.14, n.4, p.190-197, 2018. doi: 10.1097/JFN.0000000000000211.

FERNÁNDEZ, M. D.; SILVA, I. M. M.; VÁZQUEZ-PORTOMEÑE, F.; CALVO, M. S. R. Características y consecuencias de la violencia de género: estudio de casos confirmados por sentencia judicial. **Rev Esp Med Legal**, v. 43, n.3, p. 115- 122, 2017. Disponível em: <<http://www.elsevier.es/es-revista-revista-espanola-medicina-legal-285-avance-resumen-caracteristicas-consecuencias-violencia-genero-estudio-S037747321730038X>>. Acesso em:

23 out 2018.

FERREIRA, R. M.; VASCONCELOS, T. B.; FILHO, R. E. M.; MACENA, R. H. M. Características de saúde de mulheres em situação de violência doméstica abrigadas em uma unidade de proteção estadual. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 21, n. 12, p. 3937-3946, 2016. Disponível em: <<https://www.scielo.org/pdf/csc/2016.v21n12/3937-3946/pt>>. Acesso em: 18 out 2018.

FONAPRACE; UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA. Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) graduandos (as) das IFES, 2018. Disponível em: <<http://www.andifes.org.br/wp-content/uploads/2019/05/V-Pesquisa-Nacional-de-Perfil-Socioecon%C3%B4mico-e-Cultural-dos-as-Graduandos-as-das-IFES-2018.pdf>>. Acesso em: 16 jan 2020.

GARBIN, C. A. S.; ROVIDA, T. A. S.; COSTA, A. A.; GARBIN, A. J. I. Recognition and reporting of violence by professionals of the family health strategy. **Arch Health Invest**, v. 5, n.1, p. 8-12, 2016. Disponível em: <<http://archhealthinvestigation.com.br/ArcHI/article/view/1294/1575>>. Acesso em: 18 out 2018.

GARCIA, L. P.; FREITAS, L. R. S.; SILVA, G. D. M.; HÖFELMANN, D. A. Estimativas corrigidas de feminicídios no Brasil, 2009 a 2011. **Rev Panam Salud Publica**, v. 37, n. 4/5, p. 251-7, 2015. Disponível em: <<https://www.scielo.org/pdf/rpsp/2015.v37n4-5/251-257/pt>>. Acesso em: 19 out 2018.

GRESCHENCHEN, F. **Educação, Trabalho e Mulheres: A Inserção Feminina em Cursos de Educação Profissional no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina – Campus Joinville**. 2017. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade da Região de Joinville, Joinville, 2017.

GROSSI, P. K.; ALMEIDA, S.; TAVARES, F. Violência de Gênero: em busca do fortalecimento de mulheres. In: MENEGHEL, S. N. (Org.) **Rotas Críticas: mulheres enfrentando a violência**. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2007. Cap 4, p.71-81.

GUEDES, R. N.; FONSECA, R. M. G. S.; EGRY, E. Y. Limites e possibilidades avaliativas da estratégia saúde da família para a violência de gênero. *Rev Esc Enferm USP*, p. 47, n.2, p.304-11, 2013. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/reeusp/v47n2/05.pdf>>. Acesso em: 09 dez 2018.

HERMEL, J. S.; DREHMER, L. B. R. Repercussões da violência intrafamiliar: Um estudo com mulheres em acompanhamento psicológico. **Psicol. Argum.**, v. 31, n. 74, p. 437-466, jul./set. 2013. Disponível em: <<https://periodicos.pucpr.br/index.php/psicologiaargumento/article/view/20395/19659>>. Acesso em: 18 out 2018

HINOJOSA-MILLÁN, S.; VALLEJO-RODRÍGUEZ, D. C.; GALLO-GÓMEZ, Y. N.; LISCANO-FIERRO, L. N.; GÓMEZ-OSSA, R. Prevalencia de violencia sexual en estudiantes de la Universidad Tecnológica de Pereira, Colombia, 2010. **Revista Colombiana de Obstetricia y Ginecología**, v. 64, n. 1, p. 21-26, 2013. doi: <https://doi.org/10.18597/rcog.126>.

HIRATA, H.; KERGOAT, D. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. *Cadernos de Pesquisa*, v. 37, n. 132, p. 595-609, set./dez. 2007. Disponível em: <<http://publicacoes.fcc.org.br/ojs/index.php/cp/article/view/344/348>>. Acesso em: 05 dez 2018.

HOLLAND, K. J.; CORTINA, L. M. “It Happens to Girls All the Time”: Examining Sexual Assault Survivors’ Reasons for Not Using Campus Supports. *Am J Community Psychol.*, v. 59, p.50–64, 2017. doi: 10.1002/ajcp.12126.

IPEA/FBSP- Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Atlas da violência 2018. Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: <http://www.forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2018/06/FBSP_Atlas_da_Violencia_2018_Relatorio.pdf>. Acesso em: 28 agosto 2018.

JOHNSON, L. M.; MATTHEWS, T. L.; NAPPER, S. L. Sexual orientation and sexual assault victimization among US college students. *The Social Science Journal*, v.53, n.2, p. 174–183, 2016.

JORDAN, C. E.; COMBS, J. L.; SMITH, G. T. An Exploration of Sexual Victimization and Academic Performance Among College Women. *Trauma, Violence, & Abuse*, v. 15, n.3, p. 191-200, 2014. doi: 10.1177/1524838014520637.

KIMBLE, M.; NEACSIU, A. D.; FLACK, W. F.; HORNER, J. Risk of unwanted sex for college women: Evidence for a red zone. *Journal of American College Health*, v.57, p.331-338, 2008.

KREBS, C. P.; LINDQUIST, C. H.; WARNER, T. D., FISHER, B. S., & MARTIN, S. L. College women's experiences with physically forced, alcohol- or other drug-enabled, and drug facilitated sexual assault before and since entering college. *Journal of American College Health*, v.57, n. 6, p. 639– 647, 2010.

KUSMA, J. M. G.; NEVES, J. G.; SILVA, A. B. Contribuição pedagógica do movimento feminista no combate à violência de gênero. *EDUCA – Revista Multidisciplinar em Educação*, Porto Velho, v. 4, n. 9, p. 48-64, set/dez, 2017. Disponível em: <<http://www.periodicos.unir.br/index.php/EDUCA/article/view/2245/2140>>. Acesso em: 1 dez 2018.

LANGENDERFER-MAGRUDER, L.; WALLS, N. E.; KATTARI, S. K.; WHITFIELD, D. L.; RAMOS, D. Sexual Victimization and Subsequent Police Reporting by Gender Identity Among Lesbian, Gay, Bisexual, Transgender, and Queer Adults. *Violence and Victims*, v.31, n.2, p. 320–331, 2016.

LÉVESQUE, S.; RODRIGUE, C.; BEAULIEU-PRÉVOST, D.; BLAIS, M.; BOISLARD, M. A.; LÉVY, J. J. Intimate partner violence, sexual assault, and reproductive health among university women. *The Canadian Journal of Human Sexuality*, v.25, n.1, p. 9–20, 2016. doi:10.3138/cjhs.251-A

LIMA, L. A. A.; MONTEIRO, C. F. S.; JÚNIOR, F. J. G. S.; COSTA, A. V. M. Marcos e dispositivos legais no combate à violência contra a mulher no Brasil. *Revista de*

Enfermagem Referência, Coimbra, IV, n. 11, p. 139-146, 2016. Disponível em: <<http://www.scielo.mec.pt/pdf/ref/vserIVn11/serIVn11a15.pdf>>. Acesso em: 18 out 2018

LINDQUIST, C. H.; BARRICK, K.; KREBS, C.; CROSBY, C. M.; LOCKARD, A. J.; SANDERS-PHILLIPS, K. The Context and Consequences of Sexual Assault Among Undergraduate Women at Historically Black Colleges and Universities (HBCUs). **Journal of Interpersonal Violence**, v.28, n.12, p. 2437–2461, 2013. doi: 10.1177/0886260513479032.

LITTLETON, H.; GRILLS, A.; LAYH, M.; RUDOLPH, K. Unacknowledged Rape and Re-Victimization Risk. **Psychology of Women Quarterly**, v.41, n.4, p. 437–450, 2017. doi:10.1177/0361684317720187

LUCENA, K. D. T.; DEININGER, L. S. C.; COELHO, H. F. C.; MONTEIRO, A. C. C.; VIANNA, R. P. T.; NASCIMENTO, J. A. Analysis of the cycle of domestic violence against women. **J Hum Growth Dev**, v. 26, n.2, p.139-146, 2016. Disponível em: <<http://www.periodicos.usp.br/jhgd/article/view/119238/117006>>. Acesso em: 22 jan 2020.

MARTÍN-BAENA, D.; TALAVERA, M.; MONTERO-PIÑAR, I. Interpersonal Violence and Health in Female University Students in Spain. **Journal of Nursing Scholarship**, v.48, n.6, p. 561–568, 2016. doi:10.1111/jnu.12239

MARTIN-STOREY, A.; PAQUETTE, G.; BERGERON, M.; DION, J.; DAIGNEAULT, I.; HÉBERT, M.; RICCI, S. Sexual Violence on Campus: Differences Across Gender and Sexual Minority Status. **Journal of Adolescent Health**, v.62, n.6, p. 701–707, 2018. doi:10.1016/j.jadohealth.2017.12.013

MASTERS, N. T.; CASEY, E.; WELLS, E. A.; MORRISON, D. M. Sexual scripts among young heterosexually active men and women: Continuity and change. **Journal of Sex Research**, v.50, n.5, p. 409–420, 2013.

MC DANIEL, A. Women's Rising Share of Tertiary Enrollment: A Cross-National Analysis. **FIRE: Forum for International Research in Education**, v. 1, n. 2, 2014. Disponível em: <<https://preserve.lehigh.edu/fire/vol1/iss2/1/>>. Acesso em 28 dez 2019.

MELO, A. C. M.; GARCIA, L. P. Care for young victims of assault in public emergency services in 2011: Sex differences. **Ciência & Saúde Coletiva**, n.22, v.4, p.1333-1341, 2017. Disponível em: <<https://www.scielo.org/pdf/csc/2017.v22n4/1333-1341/pt>>. Acesso em: 05 dez 2018.

MELO, B. T. Q. **Barreiras (In)Visíveis: a segregação de gênero em cursos universitários da UFRN**. 2014. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2014.

MENEGHEL, S. N.; et al. As rotas que estamos percorrendo. In: MENEGHEL, S. N. (Org.) **Rotas Críticas: mulheres enfrentando a violência**. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2007. Cap 3, p. 63-69.

MENEGHEL, S. N.; ROSA, B. A. R.; CECCON, R. F.; HIRAKATA, V. N.; DANILEVICS, I. M. Femicídios: estudo em capitais e municípios brasileiros de grande porte populacional. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 22, n. 9, p. 2963-2970, 2017. Disponível em:

<<http://www.scielo.br/pdf/csc/v22n9/1413-8123-csc-22-09-2963.pdf>>. Acesso em: 19 out 2018.

MESECVI. Mecanismo de Seguimiento de la Convención de Belém do Pará. **Guía para la aplicación de la Convención Interamericana para Prevenir, Sancionar y Erradicar la Violencia contra la Mujer** (Convención de Belém do Pará). OAS. Documentos oficiales. 2014. Disponível em: < <http://www.oas.org/es/mesecvi/docs/bdp-guiaaplicacion-web-es.pdf> >. Acesso em: 19 out 2018

MORENO-REALPHE, S. P.; FERRAND, P. A. S.; QUEVEDO, L. A. G.; CEDEÑO, C. L. V. *¿Sutilezas da discriminação e a violência basada no gênero?: situação numa faculdade de medicina na Bogotá D.C.* **Revista Med**, v.23, n.1, p. 27-37, 2015. Disponível em: <<http://www.scielo.org.co/pdf/med/v23n1/v23n1a04.pdf>>. Acesso em: 19 jan 2020.

OBSERVATÓRIO DO TERCEIRO SETOR. **Expectativa de vida de transexuais e travestis no Brasil é de 35 anos**. São Paulo, 2018. Disponível em: < <https://observatorio3setor.org.br/noticias/expectativa-de-vida-de-transexuais-e-travestis-no-brasil-e-de-35-anos/>>. Acesso em: 02 jan 2020.

OLIVEIRA, R. N. G.; FONSECA, R. M. G. S. Necessidades em saúde: a interface entre o discurso de profissionais de saúde e mulheres vitimizadas. **Rev. Latino-Am. Enfermagem**, v. 23, n. 2, p. 299-306, mar./abr. 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rlae/v23n2/pt_0104-1169-rlae-3455-2555.pdf>. Acesso em: 17 out 2018.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração Universal de Direitos Humanos**. ONU, 1948. Disponível em: < https://www.unicef.org/brazil/pt/resources_10133.htm>. Acesso em: 25 set 2018.

_____. **Glossário de termos do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 5: Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas**. 2016. Disponível em: < <https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2017/06/Glossario-ODS-5.pdf>>. Acesso em: 29 nov 2018.

ORTOLAN, M. L. M.; SEI, M. B. Plantão psicológico no serviço-escola de Psicologia da Universidade Estadual de Londrina. **Revista Brasileira de Extensão Universitária**, v. 7, n. 1, p. 29-35 jan. – jun. 2016. Disponível em: <<https://periodicos.uffs.edu.br/index.php/RBEU/article/view/3079>>. Acesso em: 01 mar 2019.

PASINATO, W.; SANTOS, C. M. **Mapeamento das Delegacias da Mulher no Brasil**. Núcleo de Estudos de Gênero Pagu, Universidade Estadual de Campinas PAGU/UNICAMP, Campinas, 2008. Disponível em: < <https://www12.senado.leg.br/institucional/omv/entenda-a-violencia/pdfs/mapeamento-das-delegacias-da-mulher-no-brasil>>. Acesso em: 13 out 2018.

PERES, M. F. T.; BARRETO, A. D. L.; BABLER, F.; QUARESMA, I. Y. V.; ARAKAKI, J. N. L.; ELUF-NETO, J. Exposição à violência, qualidade de vida, depressão, e burnout entre estudantes de medicina em uma universidade estadual paulista. **Rev Med**, São Paulo, v. 93, n. 3, p. 115-24, jul./set. 2014. Disponível em: < <http://www.periodicos.usp.br/revistadc/article/view/103407/101887>>. Acesso em: 17 out

2018.

PIEROTTI, C. F.; D'OLIVEIRA, A. F. P. L.; TERRA, M. F. A situação de violência doméstica de gênero na atenção primária à saúde. **Arq Med Hosp Fac Cienc Med Santa Casa**, São Paulo, v. 63, n. 1, p. 12-18, 2018. Disponível em: <<http://arquivosmedicos.fcmsantacasasp.edu.br/index.php/AMSCSP/article/view/58/45>>. Acesso em: 19 out 2018.

PINHEIRO, L. S.; JUNIOR, A. T. L.; FONTOURA, N. O.; SILVA, R. Mulheres e trabalho: breve análise do período 2004-2014, IPEA. Nota técnica. n.24, p 3-28, 2016. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/nota_tecnica/160309_nt_24_mulher_trabalho_marco_2016.pdf>. Acesso em: 05 dez 2018

PIRES, R. O. M. **Domesticando Corpos, Construindo Médicos:** das relações de gêneros a uma Sociologia da profissão. 2017. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2017.

POLIT, D. F.; BECK, C. T. **Fundamentos de Pesquisa em Enfermagem:** avaliação de evidências para a prática da enfermagem. 9. ed. Porto Alegre: Artmed, 2019.

RICOLDI, A.; ARTES, A. Mulheres no ensino superior brasileiro: espaço garantido e novos desafios. **ex æquo**, n. 33, p. 149-161, 2016. Disponível em: <<http://www.scielo.mec.pt/pdf/aeq/n33/n33a11.pdf>>. Acesso em: 11 dez 2018.

ROSALES, R. H.; BEDÓN, M.B.; DÍAZ, C. P.; BRIOSO, A. S.; PACHECO, E. C. Depresión y ansiedad en mujeres en situación de maltrato en la relación de pareja según tipo de convivencia, en zonas urbano-marginales de la ciudad de Lima. **Theorema – UNMSM**, v.1, n.1, jun 2014. Disponível em: <<http://revistasinvestigacion.unmsm.edu.pe/index.php/Theo/article/view/11945/10690>>. Acesso em: 17 out 2018.

SAFFIOTI, H. I. B. **Gênero, patriarcado, violência.** São Paulo: Expressão Popular, 2015.

SAGOT M. Ruta critica de las mujeres afectadas por la violencia intrafamiliar en América Latina: estudios de caso de diez países. Washington: Organización Panamericana de la Salud; 2000. doi: 10.13140/2.1.4019.8726

SAGOT, M. A rota crítica da violência intrafamiliar em países latino-americanos. In: MENEGUEL, S. N. (Org.). **Rotas Críticas:** mulheres enfrentando a violência. São Leopoldo, RS: Editora Unisinos, 2007. cap 1, p.23-50.

SANTOS, A. G.; MONTEIRO, C. F. S.; FEITOSA, C. D. A.; VELOSO, C.; NOGUEIRA, L. T.; ANDRADE, E. M. L. R. Types of non-psychotic mental disorders in adult women who suffered intimate partner violence: an integrative review. **Rev Esc Enferm USP**, v. 52, e03328, 2018. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/reeusp/v52/0080-6234-reeusp-52-e03328.pdf>>. Acesso em: 18 out 2018.

SANTOS, A. L. P. **Encargos Reprodutivos na Educação Superior:** um estudo de gênero no curso de Ciências Biológicas do Centro de Ciências Agrárias - CCA/UFPB. 2013. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2013.

SANTOS, D. F.; CASTRO, D. S.; LIMA, E. F. A.; et al. Percepção de mulheres acerca da violência vivenciada. **Rev Fund Care Online**, v. 9, n.1, p. 193-199, jan./mar. 2017. Disponível em: <http://www.seer.unirio.br/index.php/cuidadofundamental/article/view/5353/pdf_1>. Acesso em: 16 out 2018.

SANTOS, M. S.; JAEGER, F. P. “Até hoje não sei o que é a palavra amor! ”: o impacto do abuso sexual em mulheres. **DiÁLOGO**, Canoas, n. 37, p. 9-20, abr. 2018. Disponível em: <<https://revistas.unilasalle.edu.br/index.php/Dialogo/article/view/3430> >. Acesso em: 22 out 2018

SCHUSTER, I.; KRAHÉ, B.; TOPLU-DEMIRTAŞ, E. Prevalence of Sexual Aggression Victimization and Perpetration in a Sample of Female and Male College Students in Turkey. **The Journal of Sex Research**, v.53, n.9, p. 1139–1152, 2016. doi:10.1080/00224499.2016.120705

SCOTT, J. W. “Gênero: uma categoria útil de análise histórica”. **Educação & Realidade**. Porto Alegre, v. 20, n. 2, jul./dez. 1995, pp. 71-99.

SENN, C. Y.; ET AL. Sexual violence in the lives of first-year university women in Canada: no improvements in the 21st century, **BMC Women’s Health**, v. 14, n 135, 2014. Doi: <https://doi.org/10.1186/s12905-014-0135-4>.

SHRADER, E.; SAGOT, M.; **Domestic Violence: Women’s Way Out**. Washington, D. C.: Pan American Health Organization, (Occasional Publication No. 2), 2000, 124 p.

SILVA, E. B.; PADOIN, S. M. M.; VIANNA, L. A. C. Mulher em situação de violência: limites da assistência. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, n. 20, v. 1, p. 249-258, 2015. Disponível em: < http://www.scielo.br/pdf/csc/v20n1/pt_1413-8123-csc-20-01-00249.pdf>. Acesso em: 08 out 2018.

SILVA, F. F.; RIBEIRO, P. R. C. Trajetórias de mulheres na ciência: “ser cientista” e “ser mulher”. **Ciênc. Educ, Bauru**, v. 20, n. 2, p. 449-466, 2014. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/html/2510/251031473012/>>. Acesso em: 10 dez 2018.

SILVA, L. E. L.; OLIVEIRA, M. L. C. Características epidemiológicas da violência contra a mulher no Distrito Federal, 2009 a 2012. **Epidemiol. Serv. Saude**, Brasília, v. 25, n. 2, p. 331-342, abr./jun. 2016. Disponível em: < <https://www.scielo.org/pdf/ress/2016.v25n2/331-342/pt>>. Acesso em: 19 out 2018.

SILVA, N. N. F.; LEAL, S. M. C.; TRENTIN, D.; VARGAS, M. A. O.; VARGAS, C. P.; VIEIRA, L. B. Atuação dos enfermeiros da atenção básica a mulheres em situação de violência. **Enferm. Foco**, v. 8, n.3, p. 70-74, 2017. Disponível em: <<http://revista.cofen.gov.br/index.php/enfermagem/article/view/1290/403>>. Acesso em: 18 out 2018.

SOARES, L. S.; BEZERRA, M. A. R.; SILVA, D. C.; ROCHA, R. C.; ROCHA, S. S.; TOMAZ, R. A. S. Vivência de mães na conciliação entre aleitamento materno e estudos universitários. **Av Enferm**, v.35, n.3, p.284-292, 2017. Disponível em:

<<http://www.scielo.org.co/pdf/aven/v35n3/0121-4500-aven-35-03-00284.pdf>>. Acesso em: 02 mar 2019

SUTHERLAND, M. A.; FANTASIA, H. C.; HUTCHINSON, M. K. Screening for intimate partner and sexual violence in college women: missed opportunities. **Women's Health Issues**, v. 26, n.2, p. 217-24, 2016. doi: 10.1016/j.whi.2015.07.008

SUTHERLAND, M.; FANTASIA, H. C.; FONTENOT, H. B. Reproductive Coercion and Partner Violence Among College Women. **Journal of Obstetric, Gynecologic & Neonatal Nursing**, v.44, s56, 2015. doi:10.1111/1552-6909.12625

TEIXEIRA, L. G. A. **Políticas Públicas de Assistência Estudantil no Instituto Federal Goiano- campus Urataí: um olhar de gênero**. 2016. Tese (Doutorado em Educação) - Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2016.

TEIXEIRA, M. C. B.; DIAS, M. C.; RIBEIRO, C. D. M. Entre espelhos: a formação em saúde e sua produção de violência. **Revista da ABENO**, v. 18, n. 2, p. 156-165, 2018. Disponível em: <<https://revabeno.emnuvens.com.br/revabeno/article/view/586/417>>. Acesso em: 16 out 2018.

TORA, A. Assessment of Sexual Violence Against Female Students in Wolaita Sodo University, Southern Ethiopia. **Journal of Interpersonal Violence**, v. 28, n. 11, p. 2351–2367, 2013. doi:10.1177/0886260512475316

TURCHIK, J. A.; HASSIJA, C. M. Female Sexual Victimization Among College Students: Assault Severity, Health Risk Behaviors, and Sexual Functioning. **Journal of Interpersonal Violence**, v. 29, n.13, p. 2439 –2457, 2014. doi: 10.1177/0886260513520230.

UNITED NATIONS. **Report of the world conference of the international women's year, Mexico City, 1975**. New York, 1976. Disponível em: <http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2015/03/relatorio_conferencia_mexico.pdf>. Acesso em: 20 jan 2020.

UNITED NATIONS. **Report of the world conference of the United Nations decade for women: equality, developmet and piece, Copenhagen, 1980**. New York, 1980. Disponível em: <http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2015/03/relatorio_conferencia_copenhagem.pdf>. Acesso em: 20 jan 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA. **Manual de Dissertações e Teses da UFSM: Estrutura e apresentação**. MDT. Santa Maria: Ed. da UFSM, 2015. 88p. Disponível em: <>. Acesso em: 19 out 2018.

_____. Portaria n. 85.895, de 22 de setembro de 2017. Designa pessoas para Comissão Institucional de Políticas de Igualdade de Gênero da Universidade Federal de Santa Maria. **Boletim Pessoal n. 687/2017** – setembro de 2017. Disponível em: <https://www.ufsm.br/pro-reitorias/progep/wp-content/uploads/sites/341/2018/08/boletim_pessoal_2017_09.pdf>. Acesso em: 28 mar 2020.

VALLS, R.; PUIGVERT, L.; MELGAR, P.; GARCIA-YESTE, P. Breaking the Silence at Spanish Universities: Findings From the First Study of Violence Against Women on

Campuses in Spain. **Violence Against Women**, v.22, n.13, p.1519-1539, 2016. doi: 10.1177/1077801215627511.

VENTURINI, S. M. **Gestão da Permanência de Acadêmicas em Cursos de Formação Docente: uma questão de gênero**. 2017. Dissertação (Mestrado Profissional em Políticas Públicas e Gestão Educacional) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2017.

VIEIRA, R. C. et al. Câncer de colo uterino: detecção precoce e ações educativas com mulheres universitárias. **Rev. Ciênc. Ext.**v.13, n.1, p.72-82, 2017. Disponível em: <https://ojs.unesp.br/index.php/revista_proex/article/view/1339/1321>. Acesso em: 16 jan 2020.

VOTH SCHRAG, R. J.; EDMOND, T. E. Service Use and Needs Among Female Survivors of Intimate Partner Violence Attending Community College. **J Fam Viol.**, v.33, p. 393–404, 2018. doi: 10.1007/s10896-018-9958-3.

WASELFISZ, J. J. Mapa da Violência 2015: Homicídios de mulheres no Brasil. ONU Mulheres. Organização Mundial da Saúde. OPAS/OMS. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. FLASCO/ Brasil, 2015. Disponível em: <https://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2015/MapaViolencia_2015_mulheres.pdf>. Acesso em: 29 agosto 2018

WIBLE, E. Investigating the presence of a red zone for unwanted sexual experiences among college students: Class year and gender. **Inquiry Journal**, 2013. Available from: <<https://www.unh.edu/inquiryjournal/spring-2013/investigating-presence-red-zone-unwanted-sexual-experiences-among-college-students-class>>. Access in: 04 Jan 2020.

WIGDERSON, S.; KATZ, J. Feminine Ideology and Sexual Assault. **Violence Against Women**, v. 21, n. 5, p. 616–631, 2015. doi:10.1177/1077801215573333

WORLD HEALTH ORGANIZATION. Global status report on violence prevention 2014. Geneva, 2014. Disponível em: <http://www.az.undp.org/content/dam/azerbaijan/docs/Crisis%20Prevention/Global_status_report_violence_prevention_2014.pdf>. Acesso em: 05 out 2018.

ZOTARELI, V.; FAÚNDES, A.; OSIS, M. J.; DUARTE, DUARTE, G.; SOUSA, M. H. Gender and Sexual Violence Among Students at a Brazilian University. **Rev. Bras. Saúde Matern. Infant.**, Recife, v.12, n.1, p. 37-46, 2012.

ZUO, X.; LOU, C.; GAO, E.; LIAN, Q.; SHAH, I. H. Gender role attitudes, awareness and experiences of non-consensual sex among university students in Shanghai, China. **Reproductive Health**, v.15, n.1, 2018. doi:10.1186/s12978-018-0491-x

APÊNDICE A – CARTAZ DE DIVULGAÇÃO DA PESQUISA



**VIOLÊNCIA DE GÊNERO NA UNIVERSIDADE:
PERCEPÇÃO DAS MULHERES ESTUDANTES E A ROTA CRÍTICA
PARA SEU ENFRENTAMENTO.**

**PARTICIPE
DA PESQUISA**

QUEM PODE PARTICIPAR: ESTUDANTES DO SEXO FEMININO, MATRICULADAS EM GRADUAÇÃO, PÓS-GRADUAÇÃO OU CURSOS TÉCNICOS NÃO VINCULADOS AO ENSINO MÉDIO, DE QUALQUER UM DOS CAMPI DA UFSM.

TEMPO ESTIMADO PARA RESPONDER O QUESTIONÁRIO: **10 A 15MIN**

ACESSE O PORTAL DO ALUNO







APÊNDICE B – DIVULGAÇÃO DA PESQUISA NO *SITE* DA UFSM

☰ Menu

- Início
- Contato
- Ouvidoria
- Internacional
- Webmail
- Serviços UFSM

Você está aqui: [UFSM](#) > Acadêmicas podem participar de pesquisa de mestrado sobre violência de gênero na universidade

Acadêmicas podem participar de pesquisa de mestrado sobre violência de gênero na universidade

Publicado em 02/07/2019, 11h05. Atualizado 02/07/2019, 11h07


Acadêmicas da UFSM podem participar como voluntárias da pesquisa “Violência de gênero na universidade: percepção das mulheres estudantes e a rota crítica para seu enfrentamento”, que fará parte da dissertação de mestrado em Enfermagem de Tais Tasqueto Tassinari, com a orientação da professora Stela Maris de Mello Padoim e co-orientação da professora Tassiane Ferreira Langendorf.

A pesquisa pretende identificar as percepções das mulheres estudantes acerca da violência de gênero na universidade; caracterizar a população de mulheres estudantes universitárias que vivenciaram situações de violência de gênero e; conhecer os fatores que interferem na rota crítica (busca por ajuda) para o enfrentamento da violência. O estudo recebeu parecer favorável do Comitê de Ética em Pesquisa e da Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa.

A coleta de dados iniciou no mês de junho, por meio da aplicação de um questionário online, disponível no [Portal do Aluno](#). Podem participar do estudo mulheres estudantes dos cursos técnicos não integrados ao ensino médio, graduação e pós-graduação, de qualquer campi da UFSM. O questionário está disponível para estudantes do sexo feminino e estudantes do sexo masculino que possuam nome social na Instituição.

O instrumento é composto por questões objetivas sobre dados sociodemográficos, acadêmicos, situação de violência, rota crítica e percepção sobre violência entre universitárias. Estima-se que o tempo de preenchimento seja entre 10 e 15 minutos.

Para dúvidas ou informações adicionais, as estudantes podem entrar em contato com as pesquisadoras na sala 1336, 3º andar do prédio 26, do CCS, ou pelo telefone (55) 3220-8938, com Tais ou Stela.



<https://www.ufsm.br/2019/07/02/academicas-podem-participar-de-pesquisa-de-mestrado-sobre-violencia-de-genero-na-universidade/>
1/2

**APÊNDICE C – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE
(DIGITAL)**

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM ENFERMAGEM

TERMO DE COSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO-TCLE

Título do estudo: Rota crítica de mulheres estudantes universitárias para o enfrentamento da violência de gênero.

Pesquisadora mestranda: Taís Tasqueto Tassinari

Pesquisadora responsável: Prof^a. Dr^a. Enf^a. Stela Maris de Mello Padoin

Instituição/Departamento: Universidade Federal de Santa Maria/Programa de Pós-Graduação em Enfermagem

Telefone e endereço postal completo: (55) 3220-8938. Avenida Roraima, 1000, prédio 26, Centro de Ciências da Saúde – CCS, sala 1336, 97105-970 - Santa Maria - RS.

Local da coleta de dados: Universidade Federal de Santa Maria

Eu, Stela Maris de Mello Padoin, responsável pela pesquisa Rota crítica de mulheres estudantes universitárias para o enfrentamento da violência de gênero, e Taís Tasqueto Tassinari, aluna do curso de mestrado em enfermagem, a convidamos a participar como voluntária deste estudo.

Esta pesquisa pretende conhecer a rota crítica de mulheres universitárias para o enfrentamento da violência de gênero (ou seja, o caminho percorrido pelas mulheres na sua busca por ajuda). Os objetivos específicos desta pesquisa são: caracterizar a população de mulheres estudantes universitárias que vivenciaram situações de violência de gênero; conhecer os fatores que interferem na rota crítica de mulheres estudantes universitárias; identificar as respostas encontradas pelas mulheres ao decidirem iniciar sua rota crítica e; identificar as percepções das mulheres estudantes acerca da violência de gênero na Universidade.

Acreditamos que este estudo seja importante para contribuir para o conhecimento científico da enfermagem sobre o tema, de modo que poderá possibilitar o conhecimento sobre a rota crítica das mulheres estudantes universitárias. Assim, poderão ser identificados os pontos frágeis, bem como repensar e readequar a rede de cuidados, contemplando as

Comitê de Ética em Pesquisa da UFSM: Av. Roraima, 1000 - 97105-900 - Santa Maria - RS -
2º andar do prédio da Reitoria. Telefone: (55) 3220-9362 - E-mail: cep.ufsm@gmail.com.

necessidades desta população. Para sua realização será feito o seguinte: a coleta de dados se realizará por meio de duas etapas. A primeira etapa será por meio de um questionário online, com o intuito de caracterizar a população de mulheres estudantes, bem como identificar as mulheres que já sofreram situações de violência de gênero. Ao final do questionário haverá um espaço para que as mulheres disponibilizem seu número de telefone, caso tenham interesse em participar da próxima etapa da pesquisa, que se realizará por meio de grupos focais. Estes grupos serão guiados por uma moderadora e serão utilizados para aprofundar sentimentos e ideias das participantes a respeito da rota crítica das mulheres estudantes universitárias.

Nesta fase da pesquisa, sua participação constará de responder o questionário online. O questionário divide-se em três partes, sendo a primeira de caracterização, a segunda sobre a situação de violência, contando com questionamentos sobre a rota crítica e; a terceira parte com foco na violência de gênero ocorrida na Universidade. Também, ao final do questionário, poderá demonstrar sua vontade ou não, de participar da etapa de grupos focais.

É possível que aconteçam os seguintes desconfortos ou riscos: emergirem sentimentos e emoções devido à sensibilidade do tema, além do cansaço em decorrência da participação na pesquisa. Desta forma, ressaltamos que será possível fazer pausas ou intervalos durante o preenchimento do questionário, além da possibilidade de suspensão ou desistência. Os benefícios que esperamos como estudo são indiretos, sendo relacionados ao maior conhecimento sobre o enfrentamento da violência de gênero em mulheres universitárias, além da possibilidade de contribuir com novas investigações que abordem temáticas relacionadas à violência de gênero em mulheres universitárias, bem como seu enfrentamento.

Durante todo o período da pesquisa você terá a possibilidade de tirar qualquer dúvida ou pedir qualquer outro esclarecimento. Para isso, entre em contato com algum dos pesquisadores ou com o Comitê de Ética em Pesquisa.

Em caso de algum problema relacionado com a pesquisa, você terá direito à assistência gratuita que será prestada pelo Setor de Atenção Integral ao Estudante- SATIE/PRAE, na forma de acolhimento psicossocial. Este serviço está localizado no Prédio da União Universitária (2º andar), Campus Central da UFSM.

Você tem garantida a possibilidade de não aceitar participar ou de retirar sua permissão a qualquer momento, sem nenhum tipo de prejuízo pela sua decisão.

As informações desta pesquisa serão confidenciais e poderão divulgadas, apenas, em eventos ou publicações, sem a identificação dos voluntários, a não ser entre os responsáveis

pelo estudo, sendo assegurado o sigilo sobre sua participação.

Os gastos necessários para a sua participação na pesquisa serão assumidos pelos pesquisadores. Fica, também, garantida indenização em casos de danos comprovadamente decorrentes da participação na pesquisa.

Autorização

() Eu,....., após a leitura deste documento e ter tido acesso ao contato da pesquisadora responsável, para esclarecer todas as minhas dúvidas, estou suficientemente informado, ficando claro para que minha participação é voluntária e que posso retirar este consentimento a qualquer momento sem penalidades ou perda de qualquer benefício. Estou ciente também dos objetivos da pesquisa, dos procedimentos aos quais serei submetido, dos possíveis danos ou riscos deles provenientes e da garantia de confidencialidade. Diante do exposto e de espontânea vontade, ao clicar nesta opção, expresso minha concordância em participar deste estudo.

.....

Stela Maris de Mello Padoin- Pesquisadora responsável.

.....

Taís Tasqueto Tassinari- mestranda do PPGENF.

Santa Maria, de de 2019.

**APÊNDICE D- TERMO DE ASSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TALE
(DIGITAL)**

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM ENFERMAGEM

TERMO DE ASSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO-TALE

Título do estudo: Rota crítica de mulheres estudantes universitárias para o enfrentamento da violência de gênero.

Pesquisadora mestranda: Enf^a. Taís Tasqueto Tassinari

Pesquisadora responsável: Prof^a. Dr^a. Enf^a. Stela Maris de Mello Padoin

Instituição/Departamento: Universidade Federal de Santa Maria/Programa de Pós-Graduação em Enfermagem

Telefone e endereço postal completo: (55) 3220-8938. Avenida Roraima, 1000, prédio 26, Centro de Ciências da Saúde – CCS, sala 1336, 97105-970 - Santa Maria - RS.

Local da coleta de dados: Universidade Federal de Santa Maria

Olá, eu, Stela Maris de Mello Padoin, enfermeira e professora do departamento de enfermagem da Universidade Federal de Santa Maria, juntamente com Taís Tasqueto Tassinari, enfermeira e aluna do curso de mestrado em enfermagem, estamos realizando uma pesquisa com mulheres estudantes universitárias. Queremos conhecer as situações de violência que sofrem no período que estão na universidade e, como é sua busca por ajuda. O título da pesquisa é: Rota crítica de mulheres estudantes universitárias para o enfrentamento da violência de gênero. O termo “rota crítica” significa o caminho que a mulher percorre em sua busca por ajuda; as pessoas ou locais que a auxiliam para sair de uma situação de violência.

Estamos te convidando a participar da pesquisa, mas você não é obrigada e não precisa participar se não quiser. Você pode conversar com alguém antes de decidir se quer participar ou não, por exemplo pode falar com seus pais para se certificar que eles concordam.

O objetivo geral dessa pesquisa é conhecer a rota crítica de mulheres universitárias para o enfrentamento da violência de gênero (ou seja, o caminho percorrido pelas mulheres na sua busca por ajuda). Também, temos alguns objetivos específicos, que são:

Caracterizar a população de mulheres estudantes universitárias que vivenciaram situações de violência de gênero (saber quantas mulheres são, se são muitas ou poucas, tentar traçar um perfil com as principais características dessas mulheres); Conhecer os fatores que

interferem na rota crítica de mulheres estudantes universitárias (que fatores que interferem nessa busca por ajuda); Identificar as respostas encontradas pelas mulheres ao decidirem iniciar sua rota crítica (quando as mulheres iniciam a busca por ajuda, que tipo de retorno elas tem, das pessoas, serviços e instituições em que buscam ajuda) e ; Identificar as percepções das mulheres estudantes acerca da violência de gênero na Universidade.

Assim, estamos convidando para esta pesquisa, todas as mulheres estudantes, com matrícula em cursos técnicos, de graduação e pós-graduação na Universidade Federal de Santa Maria.

Lembramos, que sua participação é voluntária, ou seja, você é quem decide se quer participar ou não e, caso decida não participar, isso não resultará em nenhum problema para você nem mudará em nada sua situação com a Universidade. Também, mesmo que você decida participar e, depois mudar de ideia e não quiser mais, você tem o direito de desistir em qualquer momento da pesquisa, sem nenhum problema.

Faremos esta pesquisa da seguinte forma: a coleta de dados se realizará por meio de duas etapas. A primeira etapa será por meio de um questionário online, para caracterizar a população de mulheres estudantes e identificar as mulheres que já sofreram situações de violência de gênero. Ao final do questionário haverá um espaço para que as mulheres deixem seu número de telefone, caso tenham interesse em participar da próxima etapa da pesquisa, que se realizará por meio de grupos focais. Estes grupos serão guiados por uma moderadora e serão utilizados para aprofundar sentimentos e ideias das participantes sobre a rota crítica das mulheres estudantes universitárias, ou seja, sobre o caminho que as mulheres percorrem quando decidem iniciar sua busca por ajuda. Estes grupos tem duração esperada de mais ou menos uma hora, e pretendemos realizá-los em uma sala de aula do CCS, disponibilizada pelo Programa de Pós-Graduação em Enfermagem da UFSM. O grupo será gravado com gravador digital e depois as falas serão transcritas para que possamos analisá-las.

Nesta fase da pesquisa, sua participação constará de responder o questionário online. O questionário divide-se em três partes, sendo a primeira de caracterização, a segunda sobre a situação de violência, com questionamentos sobre a rota crítica e; a terceira parte com foco na violência de gênero ocorrida na Universidade. Também, ao final do questionário você poderá dizer se tem vontade ou não, de participar da etapa de grupos focais. Dentre as mulheres que aceitarem participar dos grupos, serão sorteadas algumas, de modo aleatório e, serão convidadas a participar. Lembramos que se você marcar que deseja participar dos grupos e, depois quando for convidada, não quiser mais, não tem problema. Você pode escolher se quer

participar somente desta fase, ou de ambas.

É possível que aconteçam os seguintes desconfortos ou riscos: emergirem sentimentos e emoções devido à sensibilidade do tema, além do cansaço em decorrência da participação na pesquisa. Desta forma, ressaltamos que você poderá fazer pausas ou intervalos durante o preenchimento do questionário, além da possibilidade de suspensão ou desistência.

Os benefícios que esperamos como estudo são indiretos, sendo relacionados ao maior conhecimento sobre o enfrentamento da violência de gênero em mulheres universitárias, além da possibilidade de contribuir com novas investigações que abordem temáticas relacionadas à violência de gênero em mulheres universitárias, bem como seu enfrentamento.

Em caso de algum problema relacionado com a pesquisa, você terá direito à assistência gratuita que será prestada pelo Setor de Atenção Integral ao Estudante- SATIE/PRAE, na forma de acolhimento psicossocial. Este serviço está localizado no Prédio da União Universitária (2º andar), Campus Central da UFSM.

É importante que você saiba que a sua participação é voluntária, ou seja, você não receberá nenhum incentivo financeiro ou de outra natureza para participar. Da mesma forma, não precisará gastar nada, pois, todos os gastos necessários para a realização da pesquisa serão assumidos pelas pesquisadoras. Fica, também, garantida indenização em casos de danos comprovadamente decorrentes da participação na pesquisa.

As informações que serão coletadas sobre você nesta pesquisa serão confidenciais e só quem terá acesso a elas são as pesquisadoras. Não falaremos que você está na pesquisa com mais ninguém e seu nome não irá aparecer em nenhum lugar.

Depois que a pesquisa for concluída, os resultados serão informados para você e seus pais, assim como poderão divulgadas, apenas, em eventos ou publicações, sem a identificação das voluntárias, a não ser entre as pesquisadoras, sendo assegurado o sigilo sobre sua participação.

Lembramos que você tem direito de recusa ou retirada do assentimento informado. Ninguém ficará bravo ou desapontado com você se você disser não. A escolha é sua. Você pode pensar nisto e falar depois se você quiser. Você pode dizer sim agora e mudar de ideia depois e tudo continuará bem.

Caso você queira conversar com as pesquisadoras sobre esta pesquisa, antes de decidir sobre sua participação, poderá entrar em contato pelo telefone (55) 3220-8938, podendo ligar a cobrar. Também, se preferir conversar pessoalmente, poderá procurar pelas pesquisadoras no seguinte endereço: Avenida Roraima, 1000, prédio 26, Centro de Ciências da Saúde –

CCS, sala 1336, 97105-970 - Santa Maria - RS.

Também, você poderá entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa da UFSM:

Um comitê de ética em pesquisa em seres humanos é integrado por um grupo de pessoas que trabalham para garantir que seus direitos como participante de pesquisa sejam respeitados. Ele tem a obrigação de avaliar se a pesquisa foi planejada e se está sendo executada de forma ética. Se você entender que a pesquisa não está sendo realizada da forma como imaginou ou que está sendo prejudicado de alguma forma, você pode entrar em contato com o CEP da UFSM: Av. Roraima, 1000 - 97105-900 - Santa Maria - RS - 2º andar do prédio da Reitoria. Telefone: (55) 3220-9362 - E-mail: cep.ufsm@gmail.com. Caso prefira, você entrar em contato sem se identificar.

Certificado do assentimento: eu,

(escreva seu nome completo) entendi que a pesquisa é sobre a rota crítica de mulheres estudantes universitárias para o enfrentamento da violência de gênero, ou seja, sobre as situações de violência que as mulheres estudantes sofrem no período que estão na universidade e, como é sua busca por ajuda. Entendi que a pesquisa pretende caracterizar a população de mulheres estudantes universitárias que vivenciaram situações de violência de gênero; conhecer os fatores que interferem na rota crítica de mulheres estudantes universitárias; identificar as respostas encontradas pelas mulheres ao decidirem iniciar sua rota crítica e; identificar as percepções das mulheres estudantes acerca da violência de gênero na Universidade. Também compreendi que fazer parte dessa pesquisa significa que precisarei responder a um questionário online, que é dividido em três partes, sendo a primeira de caracterização das mulheres, a segunda sobre a situação de violência de gênero e a rota crítica e; a terceira parte com foco na violência de gênero ocorrida na Universidade. Ao final do questionário haverá um espaço para que eu deixe meu número de telefone, caso eu queira participar da próxima etapa da pesquisa, que se realizará por meio de grupos focais, utilizados para aprofundar sentimentos e ideias das participantes sobre a rota crítica das mulheres estudantes universitárias. Ao clicar para a página seguinte, eu aceito participar dessa pesquisa.

.....

Assinatura da pesquisadora responsável

Data:...../...../.....

Comitê de Ética em Pesquisa da UFSM: Av. Roraima, 1000 - 97105-900 - Santa Maria - RS - 2º andar do prédio da Reitoria. Telefone: (55) 3220-9362 - E-mail: cep.ufsm@gmail.com.

APÊNDICE E – TERMO DE CONFIDENCIALIDADE

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM ENFERMAGEM

TERMO DE CONFIDENCIALIDADE

Título do Projeto: Rota crítica de mulheres estudantes universitárias para o enfrentamento da violência de gênero.

Discente: Enf^ª. Taís Tasqueto Tassinari

Pesquisadora Responsável: Prof^ª. Dr^a. Enf^ª. Stela Maris de Mello Padoin

Instituição/Departamento: Universidade Federal de Santa Maria- Programa de Pós-Graduação em Enfermagem

Telefone para contato: 55 3220 8938

Local da coleta de dados: Universidade Federal de Santa Maria

A pesquisadora do presente projeto se compromete em preservar a privacidade das participantes envolvidas, cujos dados serão coletados por meio de questionário online, via portal do aluno e, também, por meio de grupos focais, realizados em sala disponibilizada pelo Programa de Pós Graduação em Enfermagem- PPGENF/UFSM. Estas informações serão utilizadas única e exclusivamente para execução deste projeto e somente serão divulgadas de forma anônima. Ainda, as informações serão guardadas em um armário na sala da pesquisadora responsável – Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Avenida Roraima, 1000, prédio 26, sala 1336, cep 97105-900, Santa Maria, RS- por um período de cinco anos. Após, os dados serão destruídos.

Este projeto de pesquisa foi revisado e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da UFSM em/...../....., com o número de registro Caae

Santa Maria,..... de.....de 2019.

Stela Maris de Mello Padoin- Pesquisadora Responsável

ANEXO A – PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP**PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP****DADOS DO PROJETO DE PESQUISA**

Título da Pesquisa: ROTA CRÍTICA DE MULHERES ESTUDANTES UNIVERSITÁRIAS PARA O ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA DE GÊNERO

Pesquisador: Stela Maris de Mello Padoin

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 10009319.7.0000.5346

Instituição Proponente: Universidade Federal de Santa Maria/ Pró-Reitoria de Pós-Graduação e

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 3.316.380

Apresentação do Projeto:

Trata-se de projeto de pesquisa apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Enfermagem da Universidade Federal de Santa Maria/RS, intitulado “Rota crítica de mulheres estudantes universitárias para o enfrentamento da violência de gênero”.

O estudo pretende conhecer qual a rota crítica percorrida por mulheres estudantes universitárias no enfrentamento da violência de gênero. Rota crítica deve ser entendida como “um processo construído a partir da sequência de decisões e ações realizadas pelas mulheres em situação de violência e das respostas encontradas na sua busca de soluções”.

Para isso a pesquisa consistirá em um estudo descritivo exploratório, com uma etapa quantitativa e uma etapa qualitativa. Primeiramente será enviado as estudantes de cursos técnicos, graduação e pós-graduação da UFSM um questionário via portal do aluno. “A partir disso, as mulheres serão identificadas e convidadas para a segunda etapa de coleta de dados, que será realizada por meio de grupos focais. Para a segunda etapa serão convidadas as estudantes que tenham sofrido algum tipo de violência de gênero. Os dados do questionário serão analisados por meio de frequências absolutas e relativas. Já os dados provenientes da etapa qualitativa serão analisados conforme a proposta de análise temática de conteúdo de Minayo.”

A pesquisa apresenta robusto referencial teórico, descrição da metodologia, cronograma e orçamento.



Continuação do Parecer: 3.316.380

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo geral: “Conhecer a rota crítica de mulheres universitárias para o enfrentamento da violência de gênero.”

Objetivos específicos: “Caracterizar a população de mulheres estudantes universitárias que vivenciaram situações de violência de gênero; Conhecer os fatores que interferem na rota crítica de mulheres estudantes universitárias; Identificar as respostas encontradas pelas mulheres ao decidirem iniciar sua rota crítica; Identificar as percepções das mulheres estudantes acerca da violência de gênero na Universidade.”

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos: “É possível que aconteçam os seguintes desconfortos ou riscos: emergirem sentimentos e emoções devido à sensibilidade do tema, além do cansaço em decorrência da participação na pesquisa. Desta forma, ressaltamos que será possível fazer pausas ou intervalos durante o preenchimento do formulário ou participação no grupo focal, além da possibilidade de suspensão ou desistência.”

Benefícios: “Os benefícios que esperamos como estudo são indiretos, sendo relacionados ao maior conhecimento sobre o enfrentamento da violência de gênero em mulheres universitárias, além da possibilidade de contribuir com novas investigações que abordem temáticas relacionadas à violência de gênero em mulheres universitárias, bem como seu enfrentamento.”

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Não há.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

- A folha de rosto foi apresentada com todas as assinaturas obrigatórias;
- Apresentado o registro do projeto junto ao Gabinete de Projetos da UFSM;
- O termo de confidencialidade contém todas as informações indispensáveis e assinatura;
- Apresentado termo de autorização institucional para envio de formulários via CPD;
- Consta Termo de Apoio à Pesquisa do SATIE -UFSM.
- O termo de consentimento livre e esclarecido (TCLE) e o Termo de Assentimento foram apresentados de forma adequada.

Endereço: Av. Roraima, 1000 - prédio da Reitoria - 2º andar

Bairro: Camobi

CEP: 97.105-970

UF: RS

Município: SANTA MARIA

Telefone: (55)3220-9362

E-mail: cep.ufsm@gmail.com



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE
SANTA MARIA/ PRÓ-REITORIA
DE PÓS-GRADUAÇÃO E**



Recomendações:

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Considerações Finais a critério do CEP:

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BASICAS_DO_PROJETO_1312427.pdf	01/05/2019 19:02:31		Aceito
Outros	TERMO_DE_APOIO_TAIS.pdf	01/05/2019 18:59:21	TAIS TASQUETO TASSINARI	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	termosassentimentoconsentimento.docx	01/05/2019 18:57:44	TAIS TASQUETO TASSINARI	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	projeto.docx	01/05/2019 18:56:56	TAIS TASQUETO TASSINARI	Aceito
Outros	confidencialidade.docx	20/03/2019 19:39:32	Stela Maris de Mello Padoin	Aceito
Outros	gap.pdf	20/03/2019 19:39:09	Stela Maris de Mello Padoin	Aceito
Folha de Rosto	folha.pdf	11/03/2019 20:36:33	Stela Maris de Mello Padoin	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	a.jpg	11/03/2019 20:29:22	Stela Maris de Mello Padoin	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

SANTA MARIA, 09 de
Maio de 2019

**Assinado por:
CLAUDEMIR DE
QUADROS
(Coordenador(a))**